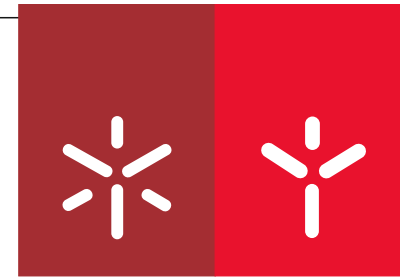


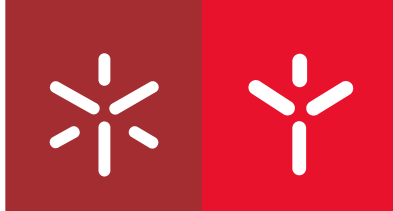


Universidade do Minho  
Escola de Direito

Natacha Ribeiro

Tramitação prejudicial acelerada e urgente no  
contencioso da União: potencialidades na  
mitigação da dilação temporal exigida pelo  
reenvio à luz da tutela jurisdicional efetiva





**Universidade do Minho**  
Escola de Direito

Natacha Ribeiro

**Tramitação prejudicial acelerada e urgente no  
contencioso da União: potencialidades na  
mitigação da dilação temporal exigida pelo  
reenvio à luz da tutela jurisdicional efetiva**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em Direito da União Europeia

Trabalho efetuado sob a orientação da  
**Professora Doutora Alessandra Aparecida Souza da Silveira**

agosto de 2016

## DECLARAÇÃO

Nome: Natacha Ribeiro

Endereço eletrónico: [natacha.ribeiro.p@gmail.com](mailto:natacha.ribeiro.p@gmail.com)

Número do Bilhete de Identidade:

Título dissertação: Tramitação prejudicial acelerada e urgente no contencioso da União:  
potencialidades na mitigação da dilação temporal exigida pelo reenvio à luz da tutela  
jurisdicional efetiva

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Doutora Alessandra Aparecida Souza da Silveira

Ano de conclusão: 2016

Designação do Mestrado: Mestrado em Direito da União Europeia

DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, NÃO É PERMITIDA A  
REPRODUÇÃO DE QUALQUER PARTE DESTA DISSERTAÇÃO

Universidade do Minho, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Aos meus pais e irmã.





## RESUMO

No âmbito das vias de acesso à justiça da União Europeia, o reenvio prejudicial (art. 267.º do TFUE) surgiu como um mecanismo de cooperação judiciária, tendente a promover a aplicação uniforme/homogênea do direito da União. Todavia, com o passar do tempo, converteu-se numa alternativa de proteção jurisdicional, tendo em conta as insuficiências da execução do recurso de anulação. De qualquer forma, o reenvio também comporta em si dificuldades de aplicação à luz do princípio da tutela jurisdicional efetiva (art. 19.º, n.º 1, § 2, do TUE) e do direito fundamental dos particulares à ação (art. 47.º, § 1, da CDFUE).

O presente estudo ocupa-se da problemática da dilação temporal no âmbito do reenvio prejudicial, sobretudo quando estão em causa situações que exigem uma particular celeridade processual. É o caso, nomeadamente, dos processos que se enquadram no domínio do espaço de liberdade, segurança e justiça (título V da terceira parte do TFUE) ou cujas circunstâncias factuais relevem de uma particular urgência, o que ocorre, por exemplo, na deslocação ou retenção ilícitas de crianças ou ainda quando um particular se encontra detido ou privado da sua liberdade e a libertação depende da resposta do Tribunal de Justiça da União Europeia.

Na tentativa de fazer face a essas dificuldades, o legislador da União procedeu a revisões do funcionamento do reenvio prejudicial, criando mecanismos excecionais e derogatórios da tramitação ordinária: a tramitação prejudicial acelerada (art. 105.º e 106.º do RPTJ) e a tramitação prejudicial urgente (art. 107.º a 114.º do RPTJ).

Verificando-se um crescimento do contencioso naquelas matérias, a nossa inquietação prende-se com o resultado obtido, ao longo dos anos, dessas tramitações excecionais na mitigação da dilação temporal exigida pelo reenvio à luz da tutela jurisdicional efetiva. Partindo de uma análise essencialmente jurisprudencial, procuraremos aferir, designadamente, se esses mecanismos excecionais protegem suficientemente as garantias dos cidadãos.



## ABSTRACT

Among the procedure instruments of the Union litigation, the preliminary ruling (article 267 of the FEU Treaty) comes forward as a means of judicial cooperation, aiming to promote the uniform/homogeneous application of the EU law. Nevertheless, over time, it turned into an alternative of judicial protection, given the weaknesses of the execution of the action for annulment. Anyway, the preliminary ruling also brings with it enforcement difficulties in the light of the principle of effective judicial protection (article 19 (1), § 2, of the EU Treaty) and the fundamental right of all EU citizens to an effective remedy (article 47, § 1, of the CFREU).

This study approaches the issue of the temporal delay that occurs in the context of preliminary ruling procedure, especially in cases involving situations requiring a particular promptness. Such is the case, namely, of procedures whose questions arise from the area of freedom, security and justice (part three, title V, of the FEU Treaty) or whose factual circumstances embody a particular urgency, which occurs, for example, when a child is wrongfully removed or retained in another Member State by one of its parents, or yet when a person is deprived of liberty and whose release depends on the response of the Court of Justice.

In an attempt to address these difficulties, the EU legislator undertook revisions of the preliminary ruling procedure, by creating exceptional and derogatory mechanisms of the ordinary ruling procedure: the expedited preliminary ruling procedure (articles 105 and 106 of the RPCJ) and the urgent preliminary ruling procedure (articles 107 to 114 of the RPCJ).

As a corollary of the litigation growth falling under those areas, our concern relates to the results, over the years, of these exceptional ruling procedures on the mitigation of temporal delay, required by the preliminary ruling procedure, in the light of effective judicial protection. Mainly through a jurisprudential analysis, we seek to perceive, in particular, if these exceptional mechanisms protect adequately the guarantees of citizens.



## ÍNDICE

AGRADECIMENTOS .....	iii
RESUMO .....	v
ABSTRACT .....	vii
ÍNDICE.....	ix
SIGLAS E ABREVIATURAS .....	xiii
NOTA DE CITAÇÃO .....	xv
CITAÇÃO .....	xvii
NOTAS INTRODUTÓRIAS .....	1
1. Enunciação do problema.....	1
2. Importância científica do problema .....	3
3. Método e sequência do estudo .....	5
PARTE I	
CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS: O REENVIO PREJUDICIAL E A GARANTIA DA TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA DOS PARTICULARES.....	7
1. As condições de acesso ao reenvio prejudicial pelo juiz nacional.....	7
1.1. Do reenvio de interpretação .....	8
1.2. Do reenvio de apreciação da validade.....	9
2. O reenvio prejudicial como consagração da repartição de poderes jurisdicionais ....	9
3. O reenvio prejudicial como mecanismo de cooperação judiciária .....	11
4. A afinidade entre o reenvio prejudicial e o princípio da tutela jurisdicional efetiva .....	13
CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DA TRAMITAÇÃO PREJUDICIAL ACELERADA E DA TRAMITAÇÃO PREJUDICIAL URGENTE...	18
1. Introdução .....	18
2. Da criação de uma tramitação prejudicial acelerada.....	18
3. Da criação de uma tramitação prejudicial urgente.....	21
CAPÍTULO III – ASPETOS PROCESSUAIS DA TRAMITAÇÃO PREJUDICIAL URGENTE E DA TRAMITAÇÃO PREJUDICIAL ACELERADA .....	28
1. Da tramitação prejudicial urgente .....	28
1.1. Pedido e decisão do pedido de tramitação prejudicial urgente .....	29
1.2. Designação da secção encarregada dos processos que sigam tramitação prejudicial urgente.....	31

1.3. Fase escrita e oral .....	33
1.4. Modo de comunicação .....	36
2. Da tramitação prejudicial acelerada .....	37
2.1. Pedido e decisão do pedido de tramitação prejudicial acelerada .....	37
2.2. Fase escrita e oral .....	38
2.3. Modo de comunicação .....	39
3. Tabela expositiva dos trâmites processuais no âmbito de reenvios prejudiciais .....	39
<b>PARTE II</b>	
<b>CAPÍTULO IV – DETERMINAÇÃO DA NATUREZA DO CONTENCIOSO NA TRAMITAÇÃO PREJUDICIAL URGENTE E A SUA HARMONIZAÇÃO COM O PRINCÍPIO DA TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA.....</b>	<b>43</b>
1. Condições de acesso à tramitação prejudicial urgente.....	43
1.1. Determinação da condição do domínio do ELSJ .....	43
1.2. Determinação da condição da condição de urgência .....	45
1.3. Análise jurisprudencial.....	46
1.3.1. Cooperação judiciária em matéria civil .....	46
1.3.2. Vistos, asilo e imigração .....	63
1.3.3. Cooperação em matéria penal.....	79
<b>CAPÍTULO V – A ATIVIDADE JUDICIAL NA TRAMITAÇÃO PREJUDICIAL URGENTE: APRECIACÕES DE EFICÁCIA DO MECANISMO .....</b>	<b>94</b>
1. Reflexão crítica .....	94
1.1. Quanto ao volume de processos .....	94
1.2. Quanto à natureza do contencioso.....	95
1.3. Quanto à dilação temporal .....	99
<b>CAPÍTULO VI – IMPLICAÇÕES DA CONDIÇÃO DO ELSJ: A POSIÇÃO DOS PARTICULARES .....</b>	<b>104</b>
1. Implicações do indeferimento da tramitação prejudicial urgente por exclusão do domínio do ELSJ.....	104
2. Processos cujas questões que revelem do ELSJ e simultaneamente questões excluídas .....	105
3. A fragilidade da condição do ELSJ .....	108
<b>PARTE III</b>	

CAPÍTULO VII – DETERMINAÇÃO DA NATUREZA DO CONTENCIOSO NA TRAMITAÇÃO PREJUDICIAL ACELERADA E A SUA HARMONIZAÇÃO COM O PRINCÍPIO DA TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA.....	113
1. Condições de acesso à tramitação prejudicial acelerada: domínios de aplicação..	113
1.1. Análise jurisprudencial.....	114
CAPÍTULO VIII – A ATIVIDADE JUDICIAL NA TRAMITAÇÃO PREJUDICIAL ACELERADA: APRECIACÕES DE EFICÁCIA DO MECANISMO .....	134
1. Reflexão crítica .....	134
1.1. Quanto ao volume de processos .....	134
1.2. Quanto à natureza do contencioso.....	134
1.3. Quanto à dilação temporal .....	135
2. Situações de exclusão da tramitação prejudicial acelerada.....	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	142
ANEXOS.....	150
Quadro I – Duração dos processos com TPU .....	150
Quadro II – Matéria dos processos com TPU .....	153
Quadro III – Pedidos de TPU indeferidos: tramitação posterior e matéria.....	155
Quadro IV – Intervenção dos em nos processos com TPU .....	157





## **SIGLAS E ABREVIATURAS**

Al. – Alínea(s)

Art. – Artigo(s)

CAAS – Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen

CDFUE ou Carta – Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia

CEDH ou Convenção – Convenção Europeia dos Direitos do Homem

CE – Comunidade Europeia

CEE – Comunidade Económica Europeia

CEEA – Comunidade Europeia da Energia Atómica

Cfr. – Conferir/confrontar

Cit. – Citado

Coord. – Coordenação

DUE – Direito da União Europeia

Ed. – Edição

ELSJ – Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça

EM – Estado(s)-Membro(s)

ETJUE – Estatuto do Tribunal de Justiça da União Europeia

JAI – Justiça e Assuntos Internos

JOUE – Jornal Oficial da União Europeia

N.º – Número

N.ºs – Números

P. – Página

Pp. – Páginas

Proc. – Processo

RPTJ – Regulamento de Processo do Tribunal de Justiça

Ss. – Seguintes

TCE – Tratado que institui a Comunidade Europeia

TEDH – Tribunal Europeu dos Direitos do Homem

TFUE – Tratado de Funcionamento da União Europeia

TJ ou Tribunal – Tribunal de Justiça

TJUE – Tribunal de Justiça da União Europeia

TPA – Tramitação prejudicial acelerada

TPU – Tramitação prejudicial urgente

TUE – Tratado da União Europeia

UE – União Europeia

## **NOTA DE CITAÇÃO**

### **Referências normativas**

Para efeitos da presente dissertação, no caso de publicações do Jornal Oficial da União Europeia, procuramos proceder a uma citação rigorosa dos textos publicados na versão oficial, tendo sido, contudo, introduzidas alterações provocadas pela atualização linguística. Damos preferência às versões publicadas em língua portuguesa, quando disponíveis.

Quanto à citação dos tratados, seguimos o sistema uniforme subsequente à renumeração dos artigos dos tratados, efetuada após o Tratado de Lisboa.

### **Referências bibliográficas**

Na primeira citação, as obras são referidas pelo nome completo do autor, título integral – sendo que quando se trate de estudo inserido em obra coletiva ou publicação periódica indica-se ainda o título da respetiva obra ou publicação – volume, número de edição (quando não se tratar da primeira edição), editora, ano de publicação e página citada. Nas citações seguintes, as obras são indicadas pelo nome do autor e pelas primeiras palavras do título, seguidas da expressão (cit.) e da página citada.

A reprodução de textos doutrinários estrangeiros é, em regra, efetuada em língua portuguesa, salvo excecionalmente pequenos trechos nos quais optamos pela sua língua original, sob pena de desvirtuar as palavras e o sentido original das obras citadas.

Para uma leitura mais homogénea, optou-se por efetuar as transcrições em corpo normal, entre aspas, sem uso de itálico.

Relativamente a citações de obras ou textos da Internet, indicamos o sítio eletrónico onde podem ser consultados.

### **Referências jurisprudenciais**

Os acórdãos do Tribunal de Justiça são enunciados com base nos seguintes critérios: o nome pelo qual vierem a ser conhecidos; a data do acórdão; o número do processo e a eventual indicação dos números dos parágrafos ou considerandos. Não são efetuadas referências às coletâneas de jurisprudência onde habitualmente são publicados, em razão de toda a jurisprudência citada se encontrar disponível na Internet, em <http://curia.europa.eu/>, podendo facilmente ser localizados através do motor de pesquisa, nomeadamente através do número de processo.



*“Rien n'est possible sans les hommes,  
rien n'est durable sans les institutions.”*

Jean Monnet



## NOTAS INTRODUTÓRIAS

### 1. Enunciação do problema

A presente dissertação de mestrado subordina-se ao tema: **“Tramitação prejudicial acelerada e urgente no contencioso da União: Potencialidades na mitigação da dilação temporal exigida pelo reenvio à luz da tutela jurisdicional efetiva”**, e foca-se na questão de saber de que forma é garantido aos particulares o direito fundamental da tutela jurisdicional efetiva (art. 19.º, n.º 1, § 2, do TUE) no âmbito dos reenvios prejudiciais que sigam a tramitação acelerada ou urgente e, especialmente, em que medida a dilação temporal exigida pelo reenvio pode ser mitigada por esta via.

Para uma efetiva proteção dos direitos fundamentais dos particulares é imprescindível a instituição de garantias processuais fundamentais, capazes de reforçar os mecanismos de salvaguarda daqueles direitos. Nesse sentido, a garantia de um processo equitativo apresenta-se como uma tarefa fundamental da preeminência do direito, ocupando um lugar essencial no seio da estrutura jurídica da União.

Por força do art. 19.º, n.º 3, al. b), do TUE e do art. 267.º do TFUE, o TJUE é competente para decidir, a título prejudicial, sobre a interpretação do DUE e sobre a validade dos atos adotados pelas instituições, órgãos ou organismos da União. O processo prejudicial constitui, pois, o meio contencioso destinado a garantir a uniformidade<sup>1</sup> na interpretação e na aplicação do DUE<sup>2</sup>.

Veremos que, em determinadas circunstâncias, o TJUE deve ser capaz de responder muito rapidamente a pedidos de decisões prejudiciais, designadamente no âmbito de processos judiciais nacionais urgentes ou quando estão em causa circunstâncias factuais que justificam uma especial celeridade.

---

<sup>1</sup> Cfr. Mesquita, Maria José Rangel, *Introdução ao Contencioso da União Europeia*, Almedina, 2013, p. 124.

<sup>2</sup> Cfr. Nota Informativa relativa à apresentação de pedidos de decisão prejudicial pelos órgãos jurisdicionais nacionais, JOUE (2009/C 297/01), pp. 1-6, § 1: “[o] sistema de reenvio prejudicial é um mecanismo fundamental do direito da União Europeia, que tem por finalidade fornecer aos órgãos jurisdicionais nacionais o meio de assegurar uma interpretação e uma aplicação uniformes deste direito em todos os Estados Membros”.



Tendo em conta o dinamismo que caracteriza a construção do espaço de liberdade, de segurança e de justiça (art. 3.º do TUE e 67.º do TFUE)<sup>3</sup>, inerente aos processos de reenvio urgentes, conforme procuraremos demonstrar, tais questões prejudiciais urgentes têm surgido com cada vez mais frequência, sendo, aliás, expectável que continuem a sobrevir em quantidade ascendente. Nesse domínio incluem-se, por exemplo, litígios sobre pedidos de asilo ou decisões de expulsão em matéria de direito de imigração, litígios sobre responsabilidades parentais ou execução de mandados de detenção europeus.

Ao TJUE, enquanto instituição jurisdicional da União, aplicam-se princípios e regras jurídicas de natureza substantiva e processual, que se regem pelos tratados e por diversos diplomas legislativos avulsos que contemplam e desenvolvem a tramitação processual aplicável. No caso do TJ, aplica-se em específico, nomeadamente, o Regulamento de Processo do Tribunal de Justiça<sup>4</sup>, que constitui a sua principal fonte do regime processual. Este diploma abrange matérias diversificadas: organização do Tribunal; disposições processuais comuns; reenvios prejudiciais; ações e recursos diretos; recursos e decisões do Tribunal Geral; reapreciação das decisões do Tribunal Geral; pareceres; e processos especiais.

No que importa para o presente estudo, aquele regulamento prevê tramitações diferenciadas<sup>5</sup> no âmbito dos reenvios prejudiciais e que visam responder à necessidade de resposta célere: a tramitação prejudicial acelerada e a tramitação prejudicial urgente.

A nossa inquietação centra-se, pois, nas questões de saber se aqueles mecanismos processuais são suficientes para garantir uma tutela jurisdicional efetiva quando estão em causa circunstâncias de facto e de direito que exigem uma célere conclusão processual, e se, na prática, os objetivos que estiveram na base da criação legislativa destas tramitações se mostram cumpridos.

Em razão da pormenorização que se pretende oferecer com a presente dissertação, iremos centrar a investigação aos reenvios prejudiciais, motivo pelo qual

---

<sup>3</sup> Os Tratados constitutivos, na versão Lisboa, conferem uma grande importância à concretização de um espaço de liberdade, de segurança e de justiça e reparte as matérias relacionadas em quatro domínios: as políticas relativas ao controlo nas fronteiras, ao asilo e à imigração; a cooperação judiciária em matéria civil; a cooperação judiciária em matéria penal e a cooperação policial.

<sup>4</sup> Cfr. JOUE (2012/L 265/1), pp. 1-42.

<sup>5</sup> Cfr. Mesquita, Maria José Rangel, *Introdução...*, cit., p. 189.

será excluída a análise à aplicação que tem sido realizada da tramitação acelerada nas ações e recursos diretos.

## 2. Importância científica do problema

Convém esclarecer que o mecanismo do reenvio prejudicial foi criado pelos Tratados sem que, todavia, o dotassem de sanção para a eventualidade de violação<sup>6</sup>. Sem prejuízo da confiança no respeito pelos EM do dever geral de lealdade e cooperação no cumprimento dos objetivos da UE<sup>7</sup> que lhes incumbe, acautelado pela ação de incumprimento (art. 258.º do TFUE), que visa sancionar os EM que faltem ao cumprimento das obrigações que decorrem dos Tratados e do direito derivado, tem sido denotada uma posição secundarizada dos particulares no acesso ao TJUE, na medida em que o reenvio se assume como uma via indireta de tutela para aqueles. Ressaltemos, porém, que o reenvio prejudicial constitui um instrumento essencial para a salvaguarda da tutela jurisdicional efetiva, permitindo superar os obstáculos processuais que limitam o acesso direto ao TJ dos particulares<sup>8</sup>.

Deste modo, resultou de especial relevância a concretização de um processo de *subjativização* deste mecanismo, mediante um progressivo reconhecimento de que o reenvio não serve somente os interesses da aplicação uniforme e eficaz do DUE, mas ainda o interesse dos cidadãos em gozar dos direitos que aquele acervo lhes reconhece e

---

<sup>6</sup> Tem vindo a ser defendido pela doutrina que o reenvio facultativo não se traduz automaticamente num direito ao reenvio, mas antes numa *pretensão legítima* das partes, por força do art. 267.º, § 2, do TFUE. E essa pretensão legítima significa que os particulares gozam de uma pretensão de que a decisão final proferida pelo órgão jurisdicional nacional resulte da contribuição do TJ, e, em especial, quando se afigure que essa pronúncia é, no caso concreto, imprescindível para garantir o direito fundamental à ação. Cfr. Fernandes, Filipa, *O direito fundamental à ação e as suas implicações no contencioso da União Europeia pós-Tratado de Lisboa, por um «mecanismo europeu de resgate» dos direitos dos particulares*, Princípia, 2015, pp. 60-85.

<sup>7</sup> Cfr. art. 4.º, n.º 3, do TUE.

<sup>8</sup> Cfr. Coutinho, Francisco Pereira, “Os Juízes Portugueses e o Reenvio Prejudicial”, in Duarte, Maria Luísa Duarte, Luís Fernandes e Francisco Pereira Coutinho (coord.), *20 Anos de Jurisprudência da União sobre Casos Portugueses. O que fica do diálogo entre os Juízes portugueses e o Tribunal de Justiça da União Europeia*, 2011, pp. 18 e 19.

da tutela do TJUE para o efeito<sup>9/10</sup>. De facto, compete particularmente aos órgãos jurisdicionais nacionais salvaguardar os direitos que o DUE confere aos particulares.

Não obstante, não raras vezes nos deparamos com dificuldades que assaltam os juízes nacionais perante um eventual reenvio no âmbito de um litígio, na medida em que acarreta um incidente processual de suspensão da instância nacional, prologando o processo nacional mais do que o desejado. E, como sabemos, os juízes nacionais são de certa forma pressionados para uma célere conclusão dos processos que lhes são atribuídos, quer em termos da própria legislação nacional processual, quer em termos de carreira. Nestas condições, reveste particular importância a possibilidade de o processo de reenvio prejudicial perante o TJ poder vir a correr os seus termos sob uma tramitação especialmente célere.

Mas sem prejuízo da importância da exigência de celeridade dos processos, importa não descuidar a efetiva tutela dos direitos e interesses dos indivíduos, uma vez

---

<sup>9</sup> Estando-se perante uma situação na qual o tribunal nacional está obrigado ao reenvio, assiste aos particulares um verdadeiro direito ao reenvio obrigatório, concretizando o seu direito fundamental à ação. Cfr. Fernandes, Filipa, *O direito fundamental à ação...*, pp. 60-85.

<sup>10</sup> Verificando-se a falta de reenvio, o Estado transgressor da legalidade é passível de perseguição judiciária perante o TJ, a pedido da Comissão ou de qualquer EM. E se o TJ concluir que o art. 267.º foi violado e, conseqüente, esta instituição privada da sua competência que lhe é atribuída por essa disposição normativa, cumpre ao EM faltoso providenciar, pelos meios internos adequados, no sentido de que as disposições do DUE sejam acatadas pelos tribunais nacionais. De facto, e conforme o defendeu o TJ, “quando é cometida uma violação do direito da União por um órgão jurisdicional nacional, as disposições dos artigos 258.º a 260.º do TFUE preveem a possibilidade de recorrer ao Tribunal de Justiça para que seja declarado esse incumprimento em relação ao Estado-Membro em causa”. Cfr. Parecer 1/09 do Tribunal de Justiça, de 08-03-2011, proferido nos termos do art. 218.º, n.º 11, do TFUE. No importante acórdão *Köbler*, de 30 de setembro de 2003, proc. C-224/01, o TJ julgou que o incumprimento da obrigação de reenvio faz parte dos elementos que devem ser considerados no âmbito da responsabilidade do Estado por danos causados por uma decisão contrária ao DUE por parte de um órgão jurisdicional nacional que se pronuncia em última instância. Os EM são obrigados a ressarcir os particulares pelos danos sofridos em razão de violações do DUE, cabendo à ordem nacional designar o órgão jurisdicional competente para resolver os litígios que digam respeito a essa violação. Para mais desenvolvimentos, cfr., entre outros, Silveira, Alessandra, “A responsabilidade do Estado-juiz por violação do Direito da União Europeia à luz da jurisprudência do Tribunal de Justiça”, in *Scientia Iuridica*, Tomo LVII, n.º 315, Universidade do Minho, 2008; Fernandes, Sophie Perez, *A responsabilidade civil do Estado-legislador por violação do direito da União Europeia: breves notas sobre o caso português*, Princípiã, 2013.

que não seria concebível uma tal simplificação da tramitação processual que originasse uma inaceitável compressão dos direitos dos particulares abrangidos.

Veremos que a tramitação prejudicial acelerada tem por objetivo promover a progressão do reenvio prejudicial, reduzindo a média da duração dos processos em situações especiais. No entanto, a sua aplicação pelo TJ tem sido limitada, em razão da sua complexidade e consequências, como se desenvolverá.

Quanto à tramitação prejudicial urgente, com a sua entrada em vigor em março de 2008, procurou-se responder às insuficiências sentidas em domínios delicados como o asilo, imigração e cooperação judiciária em matéria civil, policial ou penal.

Nas linhas que se seguirão, procuraremos demonstrar de que forma inovam aquelas tramitações derogatórias da tramitação ordinária, ao permitir uma resolução mais célere dos litígios. Debruçar-nos-emos designadamente sobre as suas inovadoras características processuais, adiantando-se, desde logo, o facto de os prazos de apresentação dos articulados e observações escritas serem mais curtos, as partes e interessados que podem intervir no processo serem mais restritos, admitir-se a possibilidade de ser omitida a fase escrita do processo. Todos estes elementos demonstram a procura do TJ em, de certa forma, reinventar-se ao remodelar o reenvio prejudicial de modo a permitir aos particulares uma maior e melhor proteção jurisdicional efetiva dos seus interesses.

### **3. Método e sequência do estudo**

É nosso objetivo proceder a um estudo essencialmente prático, pelo que atribuiremos particular importância às decisões prejudiciais do TJ e ainda aos despachos de deferimento ou indeferimento de aplicação de uma tramitação excecional em detrimento da tramitação ordinária. Realizaremos um balanço da jurisprudência do TJ que abrange o período compreendido entre 1 de março de 2008, data da entrada em vigor da tramitação prejudicial urgente, e 31 de dezembro de 2015, termo do último ano civil, doravante designado “período de referência”. É certo que a previsão legislativa da tramitação prejudicial acelerada foi bem anterior à urgente, no entanto, visto pretendemos lograr uma análise comparativa dos objetivos e efeitos dessas tramitações, teremos em conta o mesmo período temporal para ambas.

Decidimos estruturar a presente dissertação em três partes, uma geral, outra dedicada à tramitação prejudicial urgente em particular e a terceira à tramitação prejudicial acelerada.

Numa primeira parte, levaremos a cabo uma apresentação de considerações prévias acerca do reenvio prejudicial e da garantia da tutela jurisdicional efetiva dos particulares, de modo que nos permita enquadrar, numa fase mais avançada, as questões centrais deste estudo.

De seguida, procederemos a uma contextualização histórica do processo de criação legislativa da tramitação prejudicial acelerada e urgente, analisando textos preparatórios e objetivos visados.

Essencial para obter uma cabal resposta às questões sobre as quais nos propomos debruçar, analisaremos ainda, individualmente, os traços processuais que caracterizam cada uma das duas tramitações aqui em apreço, e de que modo as suas respetivas exigências protegem os interesses das partes processuais.

Numa segunda parte, procuraremos num primeiro capítulo estudar a natureza do contencioso na tramitação prejudicial urgente, nomeadamente ao nível do domínio do ELSJ e da condição de urgência. Nesse seguimento, naquele que será o capítulo sobre o qual mais nos alongaremos e, provavelmente, o cerne deste estudo, realizaremos um vasto estudo jurisprudencial, o qual incidirá sobre os 28 processos que no período de referência correram termos sob a tramitação prejudicial urgente. O tema que aqui vamos tratar exige, pois, uma profunda análise prática.

Posteriormente, e com base naquela jurisprudência, procederemos a uma reflexão crítica acerca do volume dos processos, da natureza do contencioso e da dilação temporal verificada.

Consideramos ainda pertinente dedicarmos uma parte do trabalho às implicações do indeferimento da tramitação prejudicial urgente por exclusão do domínio ELSJ, abordando as suas fragilidades.

Na terceira parte, seguiremos a organização da anterior, com um capítulo dedicado à natureza do contencioso na tramitação prejudicial acelerada, apoiado no estudo jurisprudencial dos processos que seguiram aquela tramitação no período de referência.

Seguiremos, aqui também, com uma reflexão crítica, passando ainda pela abordagem das situações de exclusão da tramitação prejudicial acelerada.

## **PARTE I**

### **CAPÍTULO I**

#### **CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS: O REENVIO PREJUDICIAL E A GARANTIA DA TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA DOS PARTICULARES**

**Sumário:** 1. As condições de acesso ao reenvio prejudicial pelo juiz nacional. 1.1. Do reenvio de interpretação. 1.2. Do reenvio de apreciação da validade. 2. O reenvio prejudicial como consagração da repartição de poderes jurisdicionais. 3. O reenvio prejudicial como mecanismo de cooperação judiciária. 4. A afinidade entre o reenvio prejudicial e o princípio da tutela jurisdicional efetiva.

##### **1. As condições de acesso ao reenvio prejudicial pelo juiz nacional**

Começaremos por ressaltar que o DUE é um direito repleto de noções específicas e que regula situações complexas, obedecendo a princípios próprios, razões pelas quais é possível, e natural, que seja suscetível de embaraçar um juiz menos familiarizado com conceitos jurídicos estranhos ao direito nacional<sup>11</sup>.

É neste enquadramento que se insere a figura do reenvio prejudicial, prevista no art. 267.º do TFUE (anterior art. 234.º do Tratado CE), que permite ao juiz nacional colocar questões ao juiz da UE no decorrer de um processo judicial que lhe tenha sido distribuído, sem embargo de essas questões deverem obedecer a determinados parâmetros. Na senda do já afirmado pelo TJ, o sistema do reenvio prejudicial “constitue la véritable clé de voûte du fonctionnement du marché intérieur”<sup>12</sup>.

Não se centrando este estudo na figura do reenvio prejudicial *de per se*, não poderemos, contudo, deixar de tecer algumas breves considerações a seu respeito, dado o seu papel fulcral na harmonização do DUE junto dos EM e a sua conexão direta com o presente estudo.

No seu § 1, o art. 267.º do TFUE dispõe que o TJUE é competente para decidir a título prejudicial sobre a interpretação dos tratados e sobre a validade e a interpretação dos atos adotados pelas instituições, órgãos ou organismos da União. Resulta de jurisprudência assente que o reenvio prejudicial tem por objetivo garantir a correta

---

<sup>11</sup> Cfr. Campos, João Mota de, António Pinto Pereira e João Luiz Mota de Campos, *O Direito Processual da União Europeia, Contencioso Comunitário*, Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª ed. revista e aumentada, 2014, p. 375.

<sup>12</sup> Cfr. Relatório do Tribunal das Comunidades Europeias, Luxemburgo, maio 1995, consultado a 30 de novembro de 2015, disponível em [http://www.cvce.eu/content/publication/2003/4/2/3644862f-2e8f-4170-9616-e573a41b61c5/publishable\\_fr.pdf](http://www.cvce.eu/content/publication/2003/4/2/3644862f-2e8f-4170-9616-e573a41b61c5/publishable_fr.pdf), p. 5.

aplicação e interpretação uniforme do DUE na globalidade dos seus EM. Como é sabido, as questões prejudiciais de validade têm por objetivo aferir da conformidade de um ato da União com os respetivos parâmetros de validade e apenas podem ter por objeto atos adotados pelas instituições, órgãos e organismos da União<sup>13/14</sup>. Por seu turno, as questões prejudiciais de interpretação visam a determinação do sentido de uma determinada disposição ou princípio do DUE e podem ter por objeto os tratados e os atos adotados pelas instituições, órgãos e organismos da União<sup>15</sup>.

### 1.1. Do reenvio de interpretação

Qualquer órgão jurisdicional dispõe do poder de submeter ao TJ uma questão de interpretação de uma disposição do DUE quando o considere necessário para resolver um litígio que lhe tenha sido submetido<sup>16</sup>. Todavia, um órgão jurisdicional cujas decisões não sejam suscetíveis de recurso judicial no âmbito do direito interno é, em princípio, obrigado a submeter essa questão ao TJ<sup>17</sup>, salvo quando já exista jurisprudência na matéria (e quando o quadro eventualmente novo não suscite nenhuma dúvida razoável quanto à possibilidade de aplicar essa jurisprudência) ou quando o modo correto de interpretar a norma em questão seja inequívoco.

Por outras palavras, um órgão jurisdicional cujas decisões possam ser objeto de recurso pode, nomeadamente quando se considere suficientemente esclarecido pela jurisprudência do TJ, decidir ele próprio da interpretação correta do DUE e da sua aplicação à situação factual que lhe compete decidir. No entanto, um reenvio prejudicial pode revelar-se particularmente útil, na fase apropriada da tramitação do processo, quando se trate de uma questão de interpretação nova que apresente um interesse geral para a aplicação uniforme do DUE em todos os EM ou quando a jurisprudência existente não se afigure aplicável a um quadro factual inédito. Nesta medida, cabe ao

---

<sup>13</sup> Cfr. art. 267.º, § 1, al. a) e b), do TFUE.

<sup>14</sup> Para maiores desenvolvimentos acerca do alcance das expressões “interpretação” e “aplicação” do direito da União, cfr. Campos, João Mota de, António Pinto Pereira e João Luiz Mota de Campos, *O Direito Processual...*, pp. 375-381.

<sup>15</sup> Cfr. art. 267.º, § 1, al. a) e b), do TFUE.

<sup>16</sup> Cfr. acórdão *Foto-Frost/Hauptzollamt Lübeck-Ost*, de 22 de outubro 1987, proc. C-314/85.

<sup>17</sup> Cfr., nomeadamente, acórdãos *Parfums Christian Dior*, de 04 de novembro de 1997, proc. C-337/95; *Lyckeskog*, de 04 de junho de 2002, proc. C-99/00; *Intermodal Transports*, de 15 de setembro de 2005, proc. C-495/03.

órgão jurisdicional nacional expor em que medida a interpretação solicitada é necessária para proferir a sua decisão<sup>18</sup>.

## **1.2. Do reenvio de apreciação da validade**

Não obstante os órgãos jurisdicionais nacionais poderem rejeitar os fundamentos de invalidade perante eles invocados, certo é que a possibilidade de declarar inválido um ato adotado por uma instituição, órgão ou organismo da União é da exclusiva competência do TJ. Qualquer órgão jurisdicional nacional deve, portanto, apresentar uma questão ao TJ quando tenha dúvidas sobre a validade daquele ato, indicando as razões pelas quais considera que o mesmo poderia ser inválido.

No entanto, quando tenha dúvidas sérias sobre a validade de um ato adotado por uma instituição, órgão ou organismo da União em que se baseia um ato interno, o juiz nacional pode excecionalmente suspender, a título temporário, a aplicação deste último ou adotar qualquer outra medida provisória a seu respeito. Numa tal situação, é obrigado a colocar a questão da validade ao TJ, indicando as razões pelas quais considera que o referido ato não é válido<sup>19</sup>.

Por último, notemos que foi com o Tratado de Lisboa que foi introduzido o § 4 do atual art. 267.º do TFUE, particularmente importante para esta investigação, o qual prevê que, se uma questão daquela natureza for suscitada em processo pendente perante um órgão jurisdicional nacional relativamente a uma pessoa que se encontre *detida*, o Tribunal pronunciar-se-á com a maior brevidade possível. Não obstante desenvolvermos adiante o alcance desta disposição, cumpre desde já adiantar que é neste domínio que se torna relevante e se percebe a importância de uma tramitação acelerada e de uma tramitação prejudicial urgente, tramitações para as quais efetivamente remete aquela norma.

## **2. O reenvio prejudicial como consagração da repartição de poderes jurisdicionais**

Como vimos, o TJ é competente para decidir a título prejudicial sobre a interpretação dos tratados, sobre os atos adotados pelas instituições da União ou pelos seus órgãos e organismos, denotando-se desde logo uma nítida separação de funções entre os órgãos jurisdicionais nacionais e o TJ. Não tem, pois, o TJ competência para se

---

<sup>18</sup> Nota Informativa..., cit., §§ 11-14.

<sup>19</sup> Nota Informativa..., cit., §§ 15-17.



pronunciar sobre a interpretação das disposições nacionais, nem decidir se a interpretação oferecida pelo órgão nacional é a correta, assim como não tem competência para apreciar a compatibilidade de uma disposição nacional com o DUE<sup>20</sup>. Por outras palavras, o papel do TJ em sede de reenvio prejudicial passa por esclarecer o juiz nacional e as partes envolvidas acerca do sentido da norma europeia, oferecendo todos os elementos necessários à conclusão sobre a compatibilidade do direito nacional com o DUE<sup>21</sup>.

Sobre esta questão, ensina o advogado-geral Maurice Lagrange que “convém somente - e trata-se de um perigo de que nos começamos a aperceber à medida que se multiplicam os processos ao abrigo do art. 177.º [atualmente art. 267.º do TFUE] - evitar que o Tribunal, sob a aparência da interpretação, se substitua, em maior ou menor escala, ao juiz nacional, que, não o esqueçamos, é competente para aplicar o Tratado e os regulamentos comunitários, incorporados na legislação interna por efeito da ratificação: a delimitação dá fronteira entre a aplicação e a interpretação é, certamente, um dos problemas mais delicados que coloca o funcionamento do art. 177.º [atualmente art. 267.º do TFUE], e é-o tanto mais quando esta fronteira é a da competência respetiva do Tribunal comunitário e dos órgãos jurisdicionais nacionais, que nenhum juiz tem por missão dirimir em caso de conflito”<sup>22</sup>.

Resulta tanto do texto dos tratados como de jurisprudência assente, que o art. 267.º do TFUE consagra, para além do princípio da cooperação judiciária, uma verdadeira e concreta repartição de competências à qual corresponde uma separação de competências<sup>23</sup>.

---

<sup>20</sup> Cfr. Campos, João Mota de, António Pinto Pereira e João Luiz Mota de Campos, *O Direito Processual...*, pp. 366 e 367.

<sup>21</sup> Cfr. Silveira, Alessandra, *Princípios de Direito da União Europeia: Doutrina e Jurisprudência*, QuidJuris, 2011, p. 235.

<sup>22</sup> Cfr. conclusões do advogado-geral Maurice Lagrange, de 25 de junho de 1964, em *Costa/Enel*, proc. C-6/64.

<sup>23</sup> Cfr. acórdãos *Redmond*, de 29 de novembro de 1978, proc. C-83/78; *Bruno e o.*, de 10 de junho de 2010, proc. C-395/08 e C-396/08; *Stichting Natuur en Milieu e o.*, de 26 de maio de 2011, proc. C-165/09 a C-167/09; *Lidl & Companhia*, de 28 de julho de 2011j, proc. C-106/10; *Paint Graphos e o.*, de 8 de setembro de 2011, proc. C-78/08 a C-80/08.

### 3. O reenvio prejudicial como mecanismo de cooperação judiciária

No que diz respeito ao princípio da cooperação judiciária, intrínseco à própria UE, devem os órgãos nacionais cumprir o seu dever de reenvio, “a menos que concluam que a questão não é pertinente ou que a disposição comunitária em causa foi já objeto de uma interpretação por parte do Tribunal de Justiça ou que a correta aplicação do direito comunitário se impõe com tal evidência que não dá lugar a qualquer dúvida razoável”<sup>24/25</sup>. A verificação das circunstâncias que podem, nos termos supra mencionados, determinar a faculdade ou a obrigação do reenvio prejudicial, deve ser avaliada tendo em conta as características próprias do DUE, das dificuldades particulares da sua interpretação e do risco de ocorrerem divergências jurisprudenciais no seio da União<sup>26</sup>. Deve, portanto, presidir ao bom funcionamento do reenvio o espírito de colaboração, o que necessariamente implica que o órgão jurisdicional nacional

---

<sup>24</sup> Cfr. acórdão *Intermodal*, cit., § 33. Por outras palavras, o TJ só pode recusar-se a responder a uma questão apresentada para sua apreciação por um órgão jurisdicional de reenvio quando for manifesto que a interpretação do direito da União solicitada não tem nenhuma relação com a realidade ou com o objeto do litígio no processo principal; quando o problema for hipotético ou ainda quando o TJ não disponha de elementos de facto e de direito necessários para oferecer uma resposta útil às questões submetidas. Neste sentido, cfr. nomeadamente, os acórdãos *Van der Weerd e o.*, de 7 de junho de 2007, proc. C-222/05 a C-225/05; *Melki e Abdeli*, de 22 de junho de 2010, proc. C-188/10 e C-189/10; *Jakubowska*, de 2 de dezembro de 2010, proc. C-225/09.

<sup>25</sup> Nos termos do disposto no art. 99.º do RPTJ, quando seja submetida ao TJ uma determinada questão a título prejudicial, aquele *pode* decidir, a qualquer momento, mediante proposta do juiz-relator e ouvido o advogado-geral, pronunciar-se por meio de *despacho fundamentado* numa das seguintes três hipóteses: a) quando o TJ já se tenha pronunciado ou quando a questão prejudicial for manifestamente idêntica a outra sobre a qual o T já se tenha pronunciado, b) quando a resposta a essa questão possa ser claramente deduzida da jurisprudência ou c) quando a resposta à questão submetida não suscite nenhuma dúvida razoável. Note-se que esta disposição consagra uma faculdade concedida ao TJ, e não constitui, de modo algum, uma obrigação, pelo que pode o TJ decidir por acórdão caso assim o entenda, ainda que se verifique uma das hipóteses supra referidas. É legítimo questionarmo-nos acerca da possibilidade e das razões que podem conduzir um juiz nacional a colocar questões ao TJ sobre as quais já tenha anteriormente oferecido uma resposta. Ora, entendemos que pode acontecer, por um lado, que o juiz nacional não conheça a decisão anterior do TJ, sendo certo que poderá não estar familiarizado com a abundante jurisprudência deste órgão jurisdicional da União. Por outro lado, pode ainda suceder que o juiz nacional, embora conheça a decisão anterior do TJ, simplesmente não concorde com o seu sentido, e pretenda que seja reconsiderada.

<sup>26</sup> Cfr. Ribeiro, Maria Eugénia Martins de Nazaré, Anotação ao artigo 267.º, in Porto, Manuel Lopes e Gonçalo Anastácio (coord.), *Tratado de Lisboa Anotado e Comentado*, Almedina, 2012, p. 964.

apreenda as funções assumidas pelo TJ, de modo a que o papel do TJ seja o de contribuir para a boa administração da justiça nos EM, e não proferir opiniões consultivas sobre questões genéricas ou ainda hipotéticas<sup>27</sup>.

Acresce que as questões que o juiz nacional formula ao juiz da União devem ser precisas, porquanto em caso contrário o TJ recusar-se-á a responder. E facilmente se compreende este ónus que recai sobre o órgão jurisdicional de reenvio, na medida em que, caso assim não fosse, seria desprezado o carácter de utilidade que preside à própria figura do reenvio prejudicial. Deste modo, compete ao órgão jurisdicional nacional definir o quadro factual e legal no qual se inserem as questões que formula<sup>28</sup>, sendo certo que assumirá, a final, a responsabilidade pela decisão jurisdicional tomada<sup>29</sup>.

O papel do juiz nacional nesta sede é fundamental, na medida em que é ao órgão jurisdicional a quem foi atribuído o litígio principal que compete apreciar tanto a necessidade de uma decisão prejudicial para poder proferir a sua decisão, bem como a pertinência das questões que irá apresentar ao TJ. Note-se, porém, e sem prejuízo do referido, que o TJ poderá tomar em consideração normas do DUE às quais o órgão de reenvio não tenha eventualmente aludido nas suas questões, do mesmo modo que poderá reformular as questões que lhe forem submetidas<sup>30</sup>.

Ora, conforme tem vindo a ser recordado pela doutrina, e na lição de Maria de Nazaré Ribeiro, o reenvio prejudicial “institui um instrumento de cooperação direta entre o Tribunal de Justiça e os órgãos jurisdicionais nacionais, através de um processo não contencioso, estranho a qualquer iniciativa das partes e no decurso do qual estas

---

<sup>27</sup> Neste sentido, cfr. acórdão *Schmidberger*, de 12 de junho de 2003, proc. C-112/00.

<sup>28</sup> Neste sentido, cfr. acórdãos *Telemarsicabruzzo*, de 26 de janeiro de 1993, proc. C-320/90 a C-322/90 e *Nemec*, de 09 de novembro de 2006, proc. C-205/05.

<sup>29</sup> Explica o TJ que “No âmbito do processo prejudicial, incumbe ao Tribunal de Justiça interpretar o direito da União ou pronunciar-se sobre a sua validade, e não aplicar este direito à situação de facto que está em discussão no processo principal, o que incumbe ao juiz nacional. Não compete ao Tribunal pronunciar-se sobre questões de facto suscitadas no âmbito do litígio no processo principal nem sobre as divergências de opinião na interpretação ou na aplicação das regras de direito nacional” e acresce que “O Tribunal pronuncia-se sobre a interpretação ou a validade do direito da União, procurando dar uma resposta útil para a resolução do litígio, mas é ao órgão jurisdicional de reenvio que cabe tirar as consequências dessa resposta, eventualmente afastando a aplicação da disposição nacional em questão”, cfr. Nota Informativa..., cit., §§ 7 e 8.

<sup>30</sup> Neste sentido, cfr. acórdãos *Pansard*, de 16 de janeiro de 2003, proc. C-265/01 e *Neukirchinger*, de 25 de janeiro de 2011, proc. C-382/08.

apenas são convidadas a apresentar as suas observações, sem qualquer possibilidade de modificação ou de contestação das questões colocadas (...), de submeter questões adicionais (...) ou ainda de invocar a invalidade de um ato que é objeto da questão prejudicial de interpretação suscitada pelo órgão jurisdicional nacional”<sup>31</sup>.

É nossa opinião, e na senda do já afirmado pelo TJ, que a necessidade de garantir a interpretação e aplicação uniforme do DUE exige que o monopólio da sua interpretação seja confiado a uma única jurisdição<sup>32</sup>. Acompanhamos aqui Alessandra Silveira, que aponta que “não é particularmente árduo perceber que uma ordem jurídica que aglutina e mantém unidas 27 [atualmente 28<sup>33</sup>] tradições normativas/doutrinárias/jurisprudenciais, com diferenças por vezes muito vincadas, só resulta se as suas disposições receberem uma interpretação uniforme, independentemente dos contextos nacionais em que tenham de ser aplicadas. Tem de ser assim em nome da própria igualdade dos cidadãos europeus, na medida em que o DUE deve ser aplicado no mesmo momento e com idênticos efeitos em todo o território da União, sem que os Estados-Membros lhe possam opor qualquer obstáculo; tem de ser assim porque a ordem jurídica europeia confere direitos aos particulares que cumpre aos tribunais nacionais salvaguardar – e o reenvio prejudicial oferece ao juiz nacional uma ferramenta útil e efetiva para eliminar os obstáculos que frustrem o pleno gozo daqueles direitos”<sup>34</sup>.

#### **4. A afinidade entre o reenvio prejudicial e o princípio da tutela jurisdicional efetiva**

O mecanismo do reenvio prejudicial é indissociável do princípio da tutela jurisdicional efetiva, atualmente consagrado no n.º 1, § 2, do art. 19.º do TUE, nos termos do qual os EM estabelecem as vias de acesso à justiça necessárias para assegurar uma tutela jurisdicional efetiva nos domínios abrangidos pelo DUE. De salientar que já bem antes da sua expressa consagração, este princípio vinha já sendo edificado por constante e abundante jurisprudência enquanto princípio geral do DUE<sup>35</sup>.

---

<sup>31</sup> Cfr. Ribeiro, Maria Eugénia Martins de Nazaré, Anotação ao artigo 267.º..., p. 963.

<sup>32</sup> Cfr. Relatório do Tribunal das Comunidades Europeias, cit., p. 3.

<sup>33</sup> Com a adesão da Croácia a partir de 01 de julho de 2013, tornando-se assim no 28.º EM da UE.

<sup>34</sup> Cfr. Silveira, Alessandra, *Princípios de Direito*..., p. 233.

<sup>35</sup> Cfr., nomeadamente, acórdãos *Bozeti*, de 9 de julho de 1985, proc. C-179/84; *Foglia/Novello*, de 11 de março de 1980, proc. C-104/79; *Johnston*, de 15 de maio de 1986, proc. C-222/84.

Parafraseando Ph. Léger, o princípio da tutela jurisdicional efetiva compreende dois elementos importantes: a faculdade de “remettre en cause tout acte”<sup>36</sup>, e a faculdade de “faire trancher tout litige susceptible de porter atteinte à l’un de ces droits”<sup>37</sup>. Consequentemente, este princípio compreende não só “le droit au juge”<sup>38</sup> (devendo entender-se como tal não só o juiz nacional, como o juiz da União), mas também o “droit au jugement”<sup>39</sup> (e num prazo razoável, como desenvolveremos adiante).

Este princípio exprime-se desde logo no art. 47.º da CDFUE<sup>40</sup>, sob a epígrafe “direito à ação e a um tribunal imparcial”, expressamente consagrado com direito fundamental. Acompanhamos ainda Ph. Léger quando afirma que este direito constitui um princípio fundamental do DUE, sem o qual este não poderia existir<sup>41</sup>. Dispõe esta norma que: toda a pessoa cujos direitos e liberdades garantidos pelo DUE tenham sido violados tem direito a uma ação perante um tribunal; toda a pessoa tem direito a que a sua causa seja julgada de forma equitativa, publicamente e num prazo razoável, por um tribunal independente e imparcial, previamente estabelecido por lei; toda a pessoa tem a

---

<sup>36</sup> Cfr. Léger, P., “Le droit à un recours juridictionnel effectif”, in Labayle, H., *Réalité et perspectives du droit communautaire des droits fondamentaux*, Bruxelles, Bruylant, collection droit et justice, 2000, p. 202.

<sup>37</sup> Léger, P., “Le droit à un recours...”, p. 202.

<sup>38</sup> Léger, P., “Le droit à un recours...”, p. 202.

<sup>39</sup> Léger, P., “Le droit à un recours...”, p. 202.

<sup>40</sup> Relativamente à eficácia da Carta no seio da União, importa notar que com o Tratado de Lisboa, a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia adquiriu força juridicamente vinculativa, conforme previsto no n.º 1 do art. 6.º do TUE, integrando, nas palavras de Alessandra Silveira, o “bloco de constitucionalidade (ou de jusfundamentalidade) sobre o qual o TJUE pode pronunciar-se”, cfr. Silveira, Alessandra, *Princípios de Direito...*, p. 232. Sobre o conceito de bloco de “jusfundamentalidade” da União, ver a explicação de Alessandra Silveira em Silveira, Alessandra (coord.), *Direito da União Europeia e Transnacionalidade: Acção Jean Monnet*, QuidJuris, 2010 pp. 36-42. Conforme explica aquela autora, tal expressa consagração significa que a Carta pode ser invocada pelos particulares junto dos tribunais nacionais contra o EM que aplique o Direito da União, o que passou a exigir um diálogo ainda mais frequente entre aqueles órgãos jurisdicionais nacionais e o TJUE através do reenvio prejudicial, na medida em que “o modelo europeu de proteção dos direitos fundamentais tem especificidades que decorrem da estrutura e objetivos da ordem jurídica europeia – e neste contexto o juiz nacional terá porventura dificuldades em aferir da conformidade do direito interno com os direitos fundamentais reconhecidos pelo Direito da União”, cfr. Silveira, Alessandra, *Princípios de Direito...*, p. 232.

<sup>41</sup> Cfr. Léger, P., “Le droit à un recours...”, p. 199.

possibilidade de se fazer aconselhar, defender e representar em juízo, e que é concedida assistência judiciária a quem não disponha de recursos suficientes, na medida em que essa assistência seja necessária para garantir a efetividade do acesso à justiça.

No que diz respeito ao *direito à ação*, ou *direito a um recurso efetivo*<sup>42</sup>, no sentido de os particulares poderem fazer valer judicialmente os direitos que o DUE lhes confere, foi no caso *Johnston*<sup>43</sup> que foi consagrado, onde o TJ configurou o direito ao controlo jurisdicional como “expressão de um princípio geral de direito que está na base das tradições constitucionais comuns aos Estados-Membros”<sup>44</sup>.

Por seu turno, o *direito a um tribunal imparcial*<sup>45</sup> reflete a jurisprudência do TJ segundo a qual o direito a um processo equitativo enquanto princípio fundamental do DUE deve ser respeitado em todos os processos, nomeadamente de índole administrativa. Desdobra-se ainda no direito dos particulares a um processo concluído num prazo razoável. Ora, seguindo a jurisprudência do TJ, o carácter razoável do prazo é apreciado tendo em consideração as circunstâncias próprias de cada caso e, nomeadamente, a importância do litígio para o respetivo interessado, a complexidade do processo, assim como o comportamento do demandante e das autoridades competentes<sup>46</sup>. Trata-se de um elenco de critérios não taxativo nem cumulativo, pelo que quando a duração do processo se considera justificada à luz de um dos elementos vindos de referir, não é exigível uma análise sistemática de todos os restantes.

O referido art. 47.º da CDFUE tem por fontes materiais diretas o art. 13.º da CEDH, sob a epígrafe “direito a um recurso efetivo” relativamente ao seu § 1; o art. 6.º da CEDH sob a epígrafe “direito a um processo equitativo” relativamente ao seu §

---

<sup>42</sup> “Right to an effective remedy”, na versão oficial da Carta em língua inglesa, e “Droit à un recours effectif”, na versão oficial da Carta em língua francesa.

<sup>43</sup> E posteriormente reiterado nos acórdãos *Heylens*, de 15 de outubro de 1987, proc. 222/86 e *Borelli*, de 3 de dezembro de 1992, proc. C-97/91.

<sup>44</sup> Cfr. acórdão *Johnston*, cit., fundamento 18.

<sup>45</sup> “Right to a fair trial”, na versão oficial da Carta em língua inglesa, e “Droit à un tribunal impartial”, na versão oficial da Carta em língua francesa.

<sup>46</sup> Cfr. nomeadamente, os acórdãos *Sumitomo e Nippon*, de 25 de janeiro de 2007, proc. C-403/04P e C-405/04P; *Baustahlgewebe*, de 17 de dezembro de 1998, proc. C-185/95P; *Limburgse*, de 15 de outubro de 2002, proc. C-238/99P, C-244/99P, C-245/99P, C-247/99P, C-250/99P, C-252/99P e C-254/99P; *Thyssen Stahl*, de 2 de outubro de 2003, proc. C-194/99P.

2<sup>47/48</sup>, e a previsão de sistemas de apoio judiciário no quadro do sistema de garantia da CEDH e do sistema jurisdicional da UE, relativamente ao seu § 3.

Por um lado, o art. 13.º da CEDH impõe que os Estados devem assegurar na sua ordem jurídica interna um sistema que permita reparar as violações aos direitos e garantias que se encontram protegidos naquele diploma, porquanto são as autoridades nacionais que devem, segundo o art. 1.º da CEDH, ser responsáveis em primeiro lugar pela proteção dos direitos e garantias. O recurso a que alude o art. 13.º deve, pois, ser efetivo, tanto em direito como na prática, o que significa que o seu exercício não pode ser perturbado de modo injustificado por atos ou omissões das autoridades do Estado requerido, e oferecendo a possibilidade de superar a alegada violação<sup>49</sup>.

Por outro lado, e quanto ao art. 6.º da CEDH, cumpre sublinhar que a figura do processo equitativo não pode ser definida em termos gerais, porquanto deve ser verificada atendendo às circunstâncias particulares de cada caso, considerando o processo no seu conjunto. Um elemento essencial do processo equitativo e do princípio da boa administração consiste no direito a que a causa seja examinada num prazo razoável, isto é, sem atrasos que comprometam a eficácia e credibilidade da justiça<sup>50</sup>. Para tanto, e conforme salienta Irene Barreto, “incumbe aos Estados organizar o seu sistema judiciário de modo a que as suas jurisdições possam garantir a cada um o direito de obter uma decisão definitiva (...)”<sup>51</sup>.

---

<sup>47</sup> Cfr. acórdão *Johnston*, cit., fundamento 18.

<sup>48</sup> Conforme explica Maria José Rangel Mesquita, “Se o cotejo entre a redação do artigo 47.º da Carta e os artigos da CEDH que o inspiram revela que a redação daquele não coincide inteiramente com a destes (...), tal não implica uma compressão do âmbito de proteção conferida pelos direitos consagrados, uma vez que as disposições gerais que regem a interpretação e a aplicação da Carta, em concreto o n.º 2 do artigo 5.º e o artigo 53.º, impõem que os direitos consagrados pela Carta que correspondam a direitos garantidos pela CEDH tenham o mesmo sentido e âmbito dos direitos conferidos por esta e que nenhuma disposição da Carta deve ser interpretada no sentido de restringir ou lesar os direitos reconhecidos, designadamente, pela CEDH.”, cfr. Mesquita, Maria José Rangel de, Anotação ao artigo 47.º: direito à ação e a um tribunal imparcial, in Silveira, Alessandra, e Mariana Canotilho (coord.), *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia comentada*, Almedina, 2013, p. 537.

<sup>49</sup> Para maiores desenvolvimentos, cfr. Barreto, Irene Cabral, *A Convenção Europeia dos Direitos do Homem anotada*, 4ª ed., 2010, pp. 303-307.

<sup>50</sup> Cfr. Barreto, Irene Cabral, *A Convenção Europeia...*, pp. 180-187.

<sup>51</sup> Cfr. Barreto, Irene Cabral, *A Convenção Europeia...*, p. 186. Explica ainda que “o facto de o processo estar sujeito ao princípio do dispositivo, não dispensa os juízes da obrigação de assegurarem o respeito das exigências do artigo 6.º em matéria de prazo razoável”.

## Conclusão

Podemos concluir que a afinidade entre o reenvio prejudicial e a tutela jurisdicional efetiva encontra-se consagrada no princípio do primado do DUE<sup>52</sup>. Tendo em conta que o DUE é integrado “no sistema jurídico dos Estados-membros [...] e que se impõe aos seus órgãos jurisdicionais nacionais”<sup>53</sup>, as jurisdições dos EM serão as primeiras garantes do respeito deste princípio, e, caso tal não se verifique, as primeiras a sancionar a sua violação. Neste sentido, é necessário que estes órgãos possam dirigir-se ao TJ em caso de dúvida, que serve de guia na aplicação do DUE pelos órgãos jurisdicionais nacionais.

É neste seguimento que surge o mecanismo do reenvio prejudicial, como uma solução para a insuficiência das vias de acesso diretas ao TJ (principalmente o recurso de anulação), em cumprimento do princípio da tutela jurisdicional efetiva dos particulares<sup>54</sup>.

---

<sup>52</sup> O princípio do primado, apesar da sua não consagração formal, faz parte do direito positivo da União desde o acórdão *Costa/Enel*, de 15 de julho 1964, proc. 6/64, Coletânea especial portuguesa 1962-1964, p. 549. Efetivamente e conforme explanado por Alessandra Silveira, trata-se de um princípio recortado jurisprudencialmente pelo TJ e que decorre “de um princípio formalmente plasmado nos tratados constitutivos: a lealdade europeia”, Cfr. Silveira, Alessandra, *Princípios de Direito...*, p. 130. Cfr. ainda Amaral, Diogo Freitas Do, e Nuno Piçarra, “O tratado de Lisboa e o princípio do primado do direito da união europeia: uma «evolução na continuidade»”, in *Revista de Direito Público*, n.º 1, 2009.

<sup>53</sup> Cfr. acórdão *Costa/Enel*, cit.

<sup>54</sup> Cfr. Jurgelaitienė, G., e K. Simanskis, “Le renvoi préjudiciel dans un système des contentieux communautaires peut-il être un remède au déséquilibre de protection juridictionnelle à l’égard des requérants individuels?”, in *Current Issues of Business And Law*, vol. 3, 2009, p. 179.



## **CAPÍTULO II**

### **ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DA TRAMITAÇÃO PREJUDICIAL ACELERADA E DA TRAMITAÇÃO PREJUDICIAL URGENTE**

**Sumário:** 1. Introdução. 2. Da criação de uma tramitação prejudicial acelerada. 3. Da criação de uma tramitação prejudicial urgente.

#### **1. Introdução**

A tramitação do processo de reenvio prejudicial no TJ é bastante complexa, nomeadamente em razão do número de participantes e, bem assim, dos condicionalismos de ordem linguística. Essa complexidade esteve na origem da circunstância de, previamente à consagração legal de trâmites processuais mais céleres, os processos terem uma duração registada de quase 2 anos. Perante esse cenário, e não negligenciado a necessidade de garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos, o TJ examinou as possibilidades de reduzir a duração do tratamento das questões prejudiciais.

#### **2. Da criação de uma tramitação prejudicial acelerada**

Nesse ensejo, no ano de 2000, foram introduzidas modificações no Regulamento de Processo do Tribunal de Justiça que consagraram uma tramitação acelerada para certas “ações e recursos que apresentem especial urgência”<sup>55</sup>, tendo então sido inserido um novo capítulo naquele regulamento, nos seguintes moldes:

“CAPÍTULO III-A

DA TRAMITAÇÃO ACELERADA

Artigo 62.º-A

1. O presidente pode excecionalmente, a pedido do demandante ou do demandado, sob proposta do juiz-relator, ouvidas as outras partes e o advogado-geral, decidir julgar um processo seguindo uma tramitação acelerada, afastando as disposições do presente regulamento, quando a especial urgência do processo exija que o Tribunal decida num prazo curto.

O pedido de tramitação acelerada deve ser apresentado por requerimento separado no momento da apresentação da petição ou da contestação ou resposta.

2. Em caso de tramitação acelerada, a petição e a contestação ou resposta só podem ser completadas por uma réplica ou uma tréplica se o presidente o julgar necessário.

---

<sup>55</sup> Cfr. Alterações ao Regulamento de Processo do Tribunal de Justiça, JOUE (2000/L 322/1), pp.1-3, considerando 1.

O interveniente só pode apresentar alegações escritas se o presidente o julgar necessário.

3. Assim que for apresentada a contestação ou resposta ou, se a decisão de submeter um processo a tramitação acelerada apenas for tomada após a apresentação deste articulado, assim que tal decisão for tomada, o presidente marca a data da audiência, que é imediatamente comunicada às partes. Pode adiar a audiência quando a organização de medidas de instrução ou de outras medidas preparatórias o imponha.

Sem prejuízo do artigo 42.º, as partes podem completar a sua argumentação e oferecer as respetivas provas na fase oral, devendo justificar o atraso na apresentação das provas.

4. O Tribunal decide, ouvido o advogado-geral.”.

Aquelas alterações foram acompanhadas de alterações ao Regulamento de Processo do Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias, esclarecendo o legislador que “a fim de acelerar a tramitação dos processos no Tribunal de Primeira Instância, há que prever para esse efeito a possibilidade de o Tribunal se pronunciar sobre certos processos seguindo uma tramitação acelerada e de decidir que não haverá réplica nem tréplica. É conveniente, além disso, adaptar o prazo e as modalidades de intervenção de terceiros”<sup>56</sup>. Assim, através deste ato legislativo, foi inserido, após o art. 76.º, um novo capítulo com a seguinte redação:

“CAPÍTULO III-A

DA TRAMITAÇÃO ACELERADA

Artigo 76.º-A

1. O Tribunal pode, atendendo à especial urgência e às circunstâncias do processo, a pedido do demandante ou do demandado, ouvidas as outras partes e o advogado-geral, decidir julgar o processo seguindo uma tramitação acelerada.

O pedido de tramitação acelerada deve ser apresentado por requerimento separado no momento da apresentação da petição ou da contestação ou resposta.

Em derrogação do artigo 55.º, o Tribunal conhece prioritariamente dos processos que decida julgar seguindo uma tramitação acelerada.

(...)”.

A tramitação acelerada tornou-se aplicável aos reenvios prejudiciais com a entrada em vigor das alterações ao Regulamento de Processo do Tribunal de Justiça de 16 de maio de 2000<sup>57</sup>, através das quais foi inserido após o art. 104.º a seguinte disposição:

---

<sup>56</sup> Cfr. Alterações ao Regulamento de Processo do Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias, JOUE (2000/L 322/4), pp. 4-6, considerando 3.

<sup>57</sup> Cfr. Alterações ao Regulamento de Processo do Tribunal de Justiça, cit., pp. 43-45.

“Artigo 104.º-A

A pedido do órgão jurisdicional nacional, o presidente pode, excecionalmente, sob proposta do juiz-relator, ouvido o advogado-geral, decidir submeter um reenvio prejudicial a tramitação acelerada, afastando a aplicação das disposições do presente regulamento, quando as circunstâncias invocadas justifiquem a urgência extraordinária em responder à questão submetida a título prejudicial.

Neste caso, o presidente marca de imediato a data da audiência, que será comunicada às partes no processo principal e aos outros interessados referidos nos artigos 20.º do Estatuto CE, 21.º do Estatuto CEEA e 103.º, n.º 3, do presente regulamento, juntamente com a notificação da decisão de reenvio.

As partes e outros interessados mencionados no parágrafo anterior podem eventualmente, dentro de um prazo fixado pelo presidente, que não pode ser inferior a 15 dias, apresentar alegações ou observações escritas. O presidente pode convidar as partes e os referidos interessados a limitar essas alegações ou observações às questões jurídicas essenciais suscitadas pela questão prejudicial.

As eventuais alegações ou observações escritas são comunicadas às partes e aos outros interessados acima referidos antes da audiência.

O Tribunal decide, ouvido o advogado-geral”.

A tramitação prevista por aquela nova disposição implicou, em comparação com a tramitação ordinária, as seguintes diferenças: o prazo para apresentação de observações escritas é fixado pelo presidente do Tribunal, não podendo contudo ser inferior a 15 dias (a que acresce o prazo de dilação fixo, em razão da distância, de 10 dias); a audiência de alegações, cuja data é marcada assim que a decisão de reenvio é notificada, é obrigatória; o advogado-geral não apresenta conclusões formais, mas é ouvido em conferência.

Sem prejuízo daquelas três novas características processuais, a tramitação acelerada veio incluir as mesmas etapas que a tramitação ordinária, apenas se obtendo uma aceleração substancial mediante a atribuição, em todas as fases do processo, de prioridade absoluta no tratamento do processo em causa. Podemos concluir, assim, que a maior celeridade passou a ser obtida em detrimento de todos os outros processos pendentes. Cremos que por este motivo, a tramitação acelerada tem sendo praticada com grandes reservas. Com efeito, entre 2001 e 2006 a tramitação acelerada apenas foi

utilizada três vezes<sup>58</sup>, tendo decorrido, respetivamente, 76 (para o processo prejudicial), 168 e 171 dias desde a entrada do pedido até à prolação do acórdão do TJ.

No que diz respeito aos reenvios prejudiciais, o TJ sentiu, portanto, uma necessidade de ser levada a cabo uma modificação significativa das regras processuais então existentes, a fim de poderem ser satisfeitas as exigências de celeridade e eficácia nas repostas dadas às questões prejudiciais, primordialmente no âmbito do ELSJ, cujo conceito desenvolveremos adiante. Facilmente se compreende essa preocupação, desde logo considerando os interesses em causa naquele domínio, bem como a necessidade pelos órgãos jurisdicionais nacionais de cumprir determinados prazos de direito derivado ou de direito nacional.

### **3. Da criação de uma tramitação prejudicial urgente**

A introdução da TPU teve origem, por seu turno, nas conclusões da presidência do Conselho Europeu, de 4 e 5 de novembro de 2004, onde aquele órgão salienta “a importância do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias no espaço relativamente novo de liberdade, segurança e justiça e está satisfeito com o facto de o Tratado Constitucional aumentar significativamente os poderes do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias nesta matéria”. Mais refere que “na perspetiva do Tratado Constitucional, há que pensar em conceber uma solução a aplicar com vista a um tratamento rápido e adequado dos pedidos de decisões prejudiciais que digam respeito ao espaço de liberdade, segurança e justiça, se necessário alterando o Estatuto do Tribunal”<sup>59</sup>. Convidou, nesse ensejo, a Comissão a apresentar uma proposta para esse efeito, depois de consultado o Tribunal de Justiça.

Foi assim a Comissão instada a apresentar uma proposta de modo a criar condições para que o Tribunal se pronuncie rapidamente através da instauração de um

---

<sup>58</sup> Foi em 2001 que o TJ recorreu pela primeira vez à tramitação acelerada, no âmbito de um reenvio prejudicial no processo *Jippes*, proc. C-189/01. O pedido prejudicial deu entrada no TJ no dia 27 de abril de 2001, tendo o TJ decidido por acórdão de 12 de julho de 2001, tendo, portanto, o processo durado 76 dias. A segunda vez foi, desta vez, no âmbito de um recurso de decisão do Tribunal de Primeira Instância, acórdão *Comissão/Artegodan e o.*, de 24 de julho de 2003, proc. C-39/03P. Em 2004, voltou a ser utilizada esta tramitação, o que ocorreu no âmbito de um recurso direto, em *Comissão/Conselho*, acórdão de 13 de julho de 2004, proc. C-27/04P.

<sup>59</sup> Cfr. Conclusões da Presidência, Conselho Europeu de Bruxelas, 4 e 5 de novembro de 2004, documento 14292/1/04, n.º 3, p. 36.

tipo de tramitação que permita um tratamento rápido e adequado dos pedidos de decisão prejudicial que digam respeito ao espaço de liberdade, de segurança e de justiça.

A Comissão, não obstante considerar que havia que “ter confiança no bom funcionamento do Tribunal de Justiça”, referiu na sua comunicação de 28 de junho de 2006 que “em caso de necessidade, poderiam ser introduzidas no Estatuto do Tribunal de Justiça e no seu Regulamento de Processo regras especiais que permitam um tratamento imediato de casos particularmente urgentes [...]”<sup>60</sup>.

Por seu turno, em 25 de setembro de 2006, o Tribunal de Justiça apresentou um primeiro documento de reflexão sobre o tratamento das questões prejudiciais relativas ao espaço de liberdade, segurança e justiça<sup>61</sup>. Nesse documento, o Tribunal de Justiça sublinha, designadamente, que as formas de processo então existentes, incluindo a tramitação acelerada prevista no art. 104.º-A do RPTJ, não são suscetíveis de garantir uma tramitação suficientemente rápida a essa categoria de processos. O TJ justifica aquela conclusão no facto de o tratamento dos processos respeitantes ao espaço de liberdade, de segurança e de justiça nos órgãos jurisdicionais nacionais dever frequentemente ser efetuado dentro de prazos restritos, e que essa exigência pode, em diversos casos, decorrer de regulamentação europeia ou nacional.

No que respeita ao direito europeu derivado, o TJ aponta, a título de exemplo, o Regulamento (CE) n.º 2201/2003 do Conselho, de 27 de novembro de 2003<sup>62</sup>, que uniformiza a competência internacional e cria um sistema único de reconhecimento e execução de decisões em matéria matrimonial e em matéria de responsabilidade

---

<sup>60</sup> Cfr. Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu, ao Comité das Regiões e ao Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias sobre a adaptação das disposições do título IV do Tratado que institui a Comunidade Europeia relativas às competências do Tribunal de Justiça, com vista a assegurar uma tutela jurisdicional mais efetiva, de 28-06-2006, COM/2006/346 final.

<sup>61</sup> Cfr. Documento de reflexão sobre o tratamento das questões prejudiciais relativas ao espaço de liberdade, de segurança e de justiça, 25 de setembro 2006, documento 13272/06, JUR 356, COUR 42, JUSTCIV 208, ASIM 66.

<sup>62</sup> Relativo à competência, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria matrimonial e em matéria de responsabilidade parental e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1347/2000, JOUE (2003/L 338/1), pp. 1-29.

parental<sup>63</sup>, e que impõe vários prazos ao tribunal nacional, nomeadamente um prazo de seis semanas para decidir (exceto em caso de circunstâncias excepcionais que o impossibilitem) quando lhe seja apresentado um pedido de regresso de uma criança deslocada de forma ilícita<sup>64</sup>. Aponta ainda o Regulamento (CE) n.º 1206/2001 do Conselho, de 28 de maio de 2001, relativo à cooperação entre os tribunais dos EM no domínio da obtenção de provas em matéria civil ou comercial<sup>65</sup>, segundo o qual o tribunal requerido executará prontamente o pedido, o mais tardar no prazo de 90 dias a contar da data da receção do pedido do tribunal onde o processo tenha sido iniciado<sup>66</sup>.

Recorda ainda o TJ que noutros atos comunitários, os prazos instituídos dirigem-se, desde logo, às autoridades administrativas<sup>67</sup>. Por vezes, ao impor prazos que se aplicam às autoridades administrativas, a regulamentação comunitária encoraja os EM a também fixarem prazos para os seus órgãos jurisdicionais<sup>68</sup>. Efetivamente, no que respeita aos mecanismos processuais instaurados pela legislação dos EM, o exame dos direitos desses Estados revela que, numerosas vezes, os órgãos jurisdicionais nacionais devem respeitar prazos ou tratar com urgência ou prioridade processos relativos a asilo, imigração e/ou matérias matrimoniais e de responsabilidade parental.

---

<sup>63</sup> Para maiores desenvolvimentos, cfr. Gonçalves, Anabela Susana De Sousa, “Âmbito de aplicação do Regulamento n.º 2201/2003 e reconhecimento de decisões em matéria matrimonial – Acórdão do TPR de 15.1.2013, Proc. 2186/06”, in *Cadernos de Direito Privado*, n.º 44, 2013, pp. 51-57.

<sup>64</sup> Cfr. art. 11.º, n.º 3. Cfr. igualmente art. 11.º, n.º 6, 15.º, n.º 5, e 31.º, n.º 1.

<sup>65</sup> Cfr. JOUE (2001/L 174/1), pp. 1-24.

<sup>66</sup> Cfr. art. 10.º, n.º 1.

<sup>67</sup> Cfr. Regulamento (CE) n.º 343/2003 do Conselho, de 18 de fevereiro de 2003, que estabelece os critérios e mecanismos de determinação do EM responsável pela análise de um pedido de asilo apresentado num dos EM por um nacional de um país terceiro, e impõe diversos prazos nesse sentido, JOUE (2003/L 50/1), p. 1-10. Tais prazos podem ser prorrogados, por exemplo, em razão de um processo de recurso ou de uma revisão com efeitos suspensivos (art. 17.º, 18.º e 20.º, e art. 9.º, n.º 1, do Regulamento de execução da Comissão n.º 1560/2003, de 2 de setembro de 2003). Mas essa prorrogação implica a obrigação de informar sem demora o Estado responsável, o que sublinha a exigência de respeito dos prazos como regra geral.

<sup>68</sup> A Diretiva 2005/85/CE do Conselho, de 1 de dezembro de 2005, relativa a normas mínimas aplicáveis ao procedimento de concessão e retirada do estatuto de refugiado nos Estados-Membros, JOUE (2005/L 326/13), p. 13-34, prevê que os requerentes de asilo devem dispor do direito a um recurso efetivo para um órgão jurisdicional contra, entre outras, as decisões relativas a um pedido de asilo e a decisão de retirar o estatuto de refugiado. Segundo a diretiva, os EM podem fixar prazos para o órgão jurisdicional apreciar a decisão tomada pela autoridade administrativa (cfr. art. 39.º, n.º 4).

O TJ acrescenta que “[d]e acordo com a experiência do Tribunal de Justiça, apenas uma modificação significativa das regras processuais existentes poderia garantir um tratamento suficientemente rápido de um pedido prejudicial relativo ao espaço de liberdade, de segurança e de justiça. Ao referir a necessidade de alterar o Estatuto do Tribunal de Justiça, o Conselho Europeu parece colocar-se na mesma perspetiva”<sup>69</sup>.

Para atingir esse objetivo, o TJ propõe que poderia confiar-se o tratamento dos processos em causa a uma formação especial, seguindo uma tramitação particularmente aligeirada, eventualmente contrabalançada por um mecanismo de salvaguarda consistindo numa possibilidade de reexame, a qual “poderia ser designada de tramitação prejudicial urgente”, e poderia ser utilizada nos processos relativos ao espaço de liberdade, de segurança e de justiça, quando a urgência em decidir não permitisse, materialmente, respeitar os prazos de uma tramitação normal ou de uma tramitação acelerada<sup>70</sup>.

Aquele órgão jurisdicional propôs, naquele documento de reflexão sobre o tratamento das questões prejudiciais relativas ao ELSJ duas alternativas. Uma primeira segundo a qual apenas poderiam participar, tanto na fase escrita como na fase oral, as partes no litígio nacional, o EM do órgão jurisdicional na origem do pedido prejudicial, a Comissão e as instituições de que emanasse o ato cuja validade fosse impugnada ou cuja interpretação fosse solicitada. A final, o Tribunal de Justiça decidiria através de despacho. Para permitir aos EM e às instituições defenderem o seu ponto de vista não obstante a sua exclusão da primeira fase da tramitação, poderia prever-se a possibilidade de um reexame. Este poderia ser requerido, por exemplo, no prazo de um mês. O novo processo de reexame daria lugar a um acórdão.

A segunda hipótese consistiria numa tramitação em que participariam todas as entidades referidas no art. 23.º do Estatuto do Tribunal de Justiça, mas segundo regras práticas mais estritas, nomeadamente a tradução para todas as línguas apenas das questões prejudicial, fixação de um prazo de resposta mais curto do que no quadro da tramitação acelerada, fixação do volume máximo das observações, ou mesmo não apresentação de observações escritas, inexistência de conclusões do advogado-geral, o qual seria porém ouvido como na tramitação acelerada. O Tribunal de Justiça proferiria um acórdão sujeito às regras normais, isto é, sem possibilidade de reexame.

---

<sup>69</sup> Cfr. Documento de reflexão sobre o tratamento das questões prejudiciais..., cit., p. 5.

<sup>70</sup> Cfr. Documento de reflexão sobre o tratamento das questões prejudiciais..., cit., p. 5.

Seguiu-se que, mediante pedido de 11 de julho de 2007, o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias propôs a inserção no seu Estatuto de um novo art. 23.º-A com a seguinte redação<sup>71</sup>:

“O Regulamento de Processo pode prever a tramitação acelerada de certos processos e a tramitação urgente dos pedidos de decisão prejudicial apresentados em domínios determinados, em derrogação do disposto nos artigos 20.º e 23.º do presente Estatuto”.

Simultaneamente, o Tribunal de Justiça enviou ao Conselho, com vista à sua aprovação, um projeto de alterações do Regulamento de Processo do Tribunal de Justiça tendo por objeto a criação de uma tramitação prejudicial urgente de certos pedidos de decisão prejudicial nos domínios objeto do título VI do TUE e do título IV da parte III do Tratado CE (espaço de liberdade, de segurança e de justiça).

Por seu turno, a Comissão, no seu parecer de 20 de novembro de 2007, “congratula-se” com a iniciativa do TJ na apresentação daqueles dois atos jurídicos, e explica nesse documento que a necessidade de assegurar uma proteção jurisdicional efetiva e garantir a interpretação uniforme do direito da UE nos prazos fixados nesta matéria exige a criação de uma nova tramitação<sup>72/73</sup>. Mais refere aquela instituição que as regras então vigentes não permitem ao Tribunal deliberar, de forma regular e com a rapidez necessária nos casos em que estivesse em causa, designadamente, matéria de asilo ou decisões de expulsão em matéria de direito de imigração, litígios sobre responsabilidades parentais, bem como execução de mandados de captura europeus.

Assim, naquele documento, expõe a Comissão que uma tramitação prejudicial urgente deverá ser criada a fim de assegurar a conciliação entre os seguintes interesses:

- Deve ser rápida, a fim de garantir a proteção jurisdicional efetiva das pessoas que a solicitem;

---

<sup>71</sup> Cfr. Parecer da Comissão das Comunidades Europeias, de 20-11-2007, SEC (2007) 1540 final, documento 2007/0812 (CNS), § 1.

<sup>72</sup> Cfr. Parecer da Comissão..., cit., § 5.

<sup>73</sup> Um parecer é um instrumento que permite às instituições fazer uma declaração de forma não vinculativa, ou seja, sem impor qualquer obrigação legal aos seus destinatários. Um parecer não é, portanto, vinculativo, podendo ser emitido pelas principais instituições da UE. Cfr. Parlamento Europeu, “As fontes e o âmbito de aplicação do direito da União Europeia”, in *Fichas técnicas sobre a União Europeia*, 2016, disponível em [http://www.europarl.europa.eu/ftu/pdf/pt/FTU\\_1.2.1.pdf](http://www.europarl.europa.eu/ftu/pdf/pt/FTU_1.2.1.pdf).



- Deve ser flexível para poder funcionar nos contextos nacionais mais variados, nomeadamente no que diz respeito aos prazos a que pode ser sujeito o órgão jurisdicional de reenvio;
- Deve respeitar o princípio do contraditório e, por conseguinte, o direito das partes no processo principal a um processo equitativo;
- Deve permitir ao Tribunal de Justiça obter informações graças à implicação da Comissão, do EM de origem do processo, do Parlamento e do Conselho, se os seus atos estiverem em causa, e graças às contribuições dos outros EM que desejem intervir;
- Não deve ter por efeito atrasar a tramitação dos outros processos pendentes no Tribunal de Justiça<sup>74</sup>.

Por fim, conclui a Comissão por emitir um parecer favorável à proposta de alteração do art. 23.º-A do Estatuto, propondo, por sua vez, a seguinte redação:

“O Regulamento de Processo pode prever a tramitação acelerada de certos processos e a tramitação urgente dos pedidos de decisão prejudicial relativos ao espaço de liberdade, de segurança e de justiça, em derrogação do disposto nos artigos 20.º e 23.º do presente Estatuto”.

Esta nova proposta de redação apresenta, como se vê, ligeiras diferenças à proposta do TJ, especificando a matéria aplicável à tramitação acelerada e urgente. Com efeito, a Comissão esclarece que tem somente uma observação de ordem jurídica a fazer quanto à redação do art. 23.º-A proposto pelo TJ, salientando que o âmbito de aplicação da nova tramitação prejudicial urgente deve ser definido no próprio Estatuto, na medida em que se trata de uma questão que, pela sua natureza, deve ser resolvida pelo legislador do Estatuto<sup>75</sup>.

Por decisão do Conselho de 20 de dezembro de 2007, foi alterado o Protocolo (n.º 3) relativo o Estatuto do Tribunal de Justiça<sup>76</sup>, tendo sido introduzido o art. 23.º-A, com a seguinte redação, que se mantém inalterada nesta data:

“O Regulamento de Processo pode prever a tramitação acelerada de certos processos e a tramitação urgente dos pedidos de decisão prejudicial relativos ao espaço de liberdade, de segurança e de justiça. Nos processos referidos no parágrafo anterior, pode se prever um prazo para a apresentação das alegações ou observações escritas mais curto do que o estabelecido no

---

<sup>74</sup> Cfr. Parecer da Comissão..., cit., § 7.

<sup>75</sup> Cfr. Parecer da Comissão..., cit., § 9.

<sup>76</sup> Cfr. Decisão do Conselho, de 20 de dezembro de 2007, que altera o Protocolo (n.º 3) relativo ao Estatuto do Tribunal de Justiça, JOUE (2008/L 24/42), pp. 42-43, cuja entrada em vigor se verificou em 1 de março de 2008.

artigo 23.º, e, em derrogação do disposto no artigo 20.º, quarto parágrafo, que o processo seja julgado sem conclusões do advogado-geral. A tramitação urgente pode prever, além disso, a limitação das partes e outros interessados referidos no artigo 23.º, autorizados a apresentar alegações ou observações escritas e, em casos de extrema urgência, que não se realize a fase escrita”.

Nesse seguimento, foi ainda alterado o RPTJ<sup>77</sup>, por forma a introduzir as disposições processuais relativas ao procedimento prejudicial urgente, tendo sido aditado o art. 104.º-B, que criou a tramitação prejudicial urgente, e cuja entrada em vigor se verificou em 1 de março de 2008.

Atualmente, a tramitação prejudicial urgente encontra-se consagrada no RPTJ sob o art. 107.º, que estipula que “um reenvio prejudicial que suscite uma ou várias questões relativas aos domínios objeto do título V da parte III do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia pode, a pedido de um órgão jurisdicional de reenvio ou, a título excecional, oficiosamente, ser submetido a tramitação urgente, em derrogação das disposições do presente regulamento”<sup>78</sup>.

## **Conclusão**

No seguimento desta evolução histórica, temos que, desde 1 de março de 2008, um reenvio prejudicial que suscite uma ou várias questões relativas ao delicado domínio do ELSJ<sup>79</sup>, nomeadamente em matérias de asilo, imigração, cooperação judiciária civil, cooperação policial e judiciária em matéria penal, quer seja a pedido de um órgão jurisdicional nacional ou, a título excecional, oficiosamente, pode ser submetido a uma tramitação urgente<sup>80</sup>, com a consequente derrogação do regime ordinário previsto no Regulamento de Processo.

---

<sup>77</sup> Cfr. Alterações ao Regulamento de Processo do Tribunal de Justiça, em JOUE (2008/L 24/39), pp. 39-41.

<sup>78</sup> Cfr. art. 107.º do RPTJ, § 1.

<sup>79</sup> Cfr. Chevalier, Bernard, “Les nouveaux développements de la procédure préjudicielle dans le domaine de l'espace judiciaire européen : la procédure préjudicielle d'urgence et les réformes principales prévues par le traité de Lisbonne”, in *ERA Forum*, vol. 9, 2009, p. 594.

<sup>80</sup> Cfr. Decisão do Conselho, de 20 de dezembro de 2007, cit., pp. 42-43; Alterações ao Regulamento de Processo do Tribunal de Justiça, em JOUE (2008/L 24/39), pp. 39-41; Regulamento de Processo do Tribunal de Justiça, JOUE (2012/L 265/1), pp. 1-42.

## CAPÍTULO III

### ASPETOS PROCESSUAIS DA TRAMITAÇÃO PREJUDICIAL URGENTE E DA TRAMITAÇÃO PREJUDICIAL ACELERADA

**Sumário:** 1. Da tramitação prejudicial urgente. 1.1. Pedido e decisão do pedido de tramitação prejudicial urgente. 1.2. Designação da secção encarregada dos processos que sigam tramitação prejudicial urgente. 1.3. Fase escrita e oral. 1.4. Modo de comunicação. 2. Da tramitação prejudicial acelerada. 2.1. Pedido e decisão do pedido de tramitação prejudicial acelerada. 2.2. Fase escrita e oral. 2.3. Modo de comunicação. 3. Tabela expositiva dos trâmites processuais no âmbito de reenvios prejudiciais.

#### 1. Da tramitação prejudicial urgente

Se é verdade que a TPU simplifica as diferentes etapas do processo de reenvio prejudicial no TJ, não menos verdade é que a sua aplicação impõe contingências significativas ao Tribunal, às partes, e aos outros interessados que intervenham no processo, em particular aos EM<sup>81/82</sup>.

Atualmente, é regulada pelos art. 23.º-A do Protocolo (n.º 3) relativo ao ETJUE<sup>83</sup> e 107.º e ss. do RPTJ. A possibilidade do órgão jurisdicional nacional pedir, no âmbito de um reenvio prejudicial, a aplicação da TPU é cumulável com a possibilidade de pedir, subsidiariamente, a aplicação da TPA, nas condições previstas nos art. 23.º-A do Protocolo (n.º 3) relativo ao ETJUE e 105.º do RPTJ, prática frequente pelos órgãos de reenvio, como veremos.

---

<sup>81</sup> Esclarece o TJ que “[p]or conseguinte, só deve ser requerida em circunstâncias em que seja absolutamente necessário que o Tribunal profira uma decisão sobre o pedido de decisão prejudicial o mais rapidamente possível. Não sendo possível enumerar aqui essas situações de modo exaustivo, em virtude, designadamente, do carácter variado e evolutivo das normas da União que regulam o espaço de liberdade, segurança e justiça, um órgão jurisdicional nacional poderá apresentar um pedido de tramitação prejudicial urgente, por exemplo, nas situações seguintes: no caso, previsto no artigo 267.º, quarto parágrafo, TFUE, de uma pessoa detida ou privada de liberdade, quando a resposta à questão colocada seja determinante para a apreciação da situação jurídica dessa pessoa ou, no caso de um litígio relativo ao poder parental ou à guarda de crianças, quando a competência do juiz chamado a julgar a causa nos termos do direito da União dependa da resposta à questão prejudicial”, in Nota Informativa..., cit., § 36.

<sup>82</sup> Cfr. Skouris, Vassilios, “L’urgence dans la procédure applicable aux renvois préjudiciels”, in *Liber Amicorum en l’honneur de Bo Vesterdorf*, Bruylant, 2007, pp. 58-78.

<sup>83</sup> Cfr. JOUE (2012/C 326/201), p. 210.

### 1.1. Pedido e decisão do pedido de tramitação prejudicial urgente

Conforme já referimos, nos termos do art. 267.º do TFUE qualquer órgão jurisdicional de um EM<sup>84</sup>, chamado a conhecer de um processo que culminará numa decisão de carácter judicial, pode, em princípio, submeter uma questão prejudicial ao TJ<sup>85</sup>. A iniciativa de pedir ao TJ que se pronuncie a título prejudicial cabe unicamente ao órgão jurisdicional nacional, independentemente de as partes no processo principal o terem ou não requerido.

O pedido de submissão do processo à tramitação prejudicial urgente, no âmbito de um reenvio, pode provir do órgão jurisdicional nacional quando suscite uma ou várias questões relativas aos domínios objeto do título V da parte III do TFUE<sup>86</sup>.

A fim de permitir ao TJ decidir rapidamente se há que aplicar a tramitação TPU, deve o órgão jurisdicional nacional expor, nesse pedido, as circunstâncias de facto que comprovam a urgência e que são fundamento para a aplicação desta tramitação<sup>87</sup>, nomeadamente os riscos que acarreta a opção pela tramitação prejudicial ordinária. Dito de outra forma, o pedido de tramitação prejudicial urgente deve ser apresentado de forma a permitir que a secretaria do Tribunal se aperceba imediatamente de que o processo deve ser objeto de um tratamento específico. Para este efeito, o pedido de TPU deve ainda ser apresentado num documento distinto da decisão de reenvio propriamente dita, ou numa carta anexa que mencione expressamente esse pedido de tramitação urgente<sup>88</sup>. De acordo com o regime aplicável, o órgão de reenvio deve ainda indicar, na

---

<sup>84</sup> A qualidade de órgão jurisdicional é interpretada pelo TJ como um conceito autónomo do direito da União.

<sup>85</sup> Em conformidade com o art. 10.º, n.ºs 1 a 3, do Protocolo n.º 36, as competências do Tribunal de Justiça relativas aos atos adotados antes da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, JOUE (2007/C 306/147), p. 1-229, nos termos do título VI do TUE, no domínio da cooperação policial e da cooperação judiciária em matéria penal, e não alterados posteriormente, permanecerão todavia inalteradas pelo período máximo de cinco anos após a data de entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Durante este período, esses atos só podem, assim, ser objeto de reenvio prejudicial por órgãos jurisdicionais dos EM que tenham aceite a competência do TJ, competindo a cada Estado determinar se todos os seus órgãos jurisdicionais ou apenas os que decidem em última instância têm a faculdade de pedir ao TJ que se pronuncie.

<sup>86</sup> Cfr. art. 107.º, n.º 1, do RPTJ.

<sup>87</sup> Cfr. art. 107.º, n.º 2, do RPTJ.

<sup>88</sup> Cfr. Nota Informativa..., cit., § 39.

medida do possível, a resposta que propõe para as questões prejudiciais<sup>89</sup>, porquanto essa indicação facilita a tomada de posição das partes, dos interessados, e, ademais, a própria decisão do TJ, contribuindo para a celeridade do processo<sup>90/91</sup>.

Importa salientar que, caso o órgão jurisdicional de reenvio não tenha efetuado o pedido de aplicação da tramitação prejudicial urgente, e caso se afigure ao TJ, à primeira vista, que essa tramitação é aplicável, o presidente do TJ pode, de qualquer modo, pedir oficiosamente à secção a que alude o art. 108.º do RPTJ que examine se é necessário submeter o reenvio a essa mesma tramitação<sup>92</sup>.

A decisão de submeter um reenvio a TPU é tomada pela secção designada, sob proposta do juiz-relator, ouvido o advogado-geral. Dada a extrema celeridade com que a secção designada deve pronunciar-se sobre os pedidos de aplicação desta tramitação, note-se que as decisões quanto à aplicação da tramitação prejudicial urgente não são fundamentadas. É certo que a ausência de fundamentação pela secção designada daquela decisão, que pode ser de deferimento ou indeferimento, não permite conhecer com rigor os motivos exatos em que se baseou. Contudo, veremos em sede de análise jurisprudencial quais as circunstâncias de facto que subjazem aos processos cuja tramitação urgente foi deferida, permitindo-nos estabelecer uma certa súmula de critérios.

No período de referência esta decisão foi tomada numa média de 8 dias<sup>93</sup>. A decisão que mais tempo demorou a ser proferida, registando 19 dias a contar do pedido, ocorreu no caso *Mirza*<sup>94</sup>, sobre o qual nos debruçaremos adiante.

Defendemos, assim, que caso fosse exigido à secção designada que fundamentasse as decisões de deferimento ou indeferimento da aplicação da TPU, os processos sofreriam um atraso na sua duração total, podendo obstar aos objetivos de celeridade visados.

---

<sup>89</sup> Cfr. art. 107.º, n.º 2, do RPTJ.

<sup>90</sup> Cfr. Silveira, Alessandra, *Princípios de Direito...*, p. 241.

<sup>91</sup> Cfr. Nota Informativa..., cit., § 38.

<sup>92</sup> Cfr. art. 107.º, n.º 3, do RPTJ.

<sup>93</sup> Cfr. anexo: quadro I – Duração dos processos com TPU.

<sup>94</sup> Cfr. acórdão *Mirza*, de 17 de março de 2016, proc. C-695/15 PPU.

## **1.2. Designação da secção encarregada dos processos que sigam tramitação prejudicial urgente**

A maior inovação desta tramitação, na nossa opinião e bem assim na senda do que tem sido avançado pela doutrina, consiste no facto de todo o processo de apreciação e decisão se desenrolar no seio de uma “chambre de l’urgence”<sup>95</sup>, conforme decorre do art. 11.º, n.º 2 do RPTJ. Nos termos desta disposição normativa, o TJ designa as secções de cinco juízes encarregadas de apreciar, pelo período de um ano, os processos que sigam a tramitação prejudicial urgente. A secção designada profere a sua decisão, ouvido o advogado-geral<sup>96</sup>.

A composição da secção é determinada no dia da atribuição do processo ao juiz-relator<sup>97</sup> se a aplicação da tramitação urgente for solicitada pelo órgão jurisdicional de reenvio ou, se a aplicação deste tipo de tramitação for examinada a pedido do presidente do Tribunal, no dia em que esse pedido for apresentado.

Na eventualidade de o processo ter uma conexão de similaridade com um pedido anterior, pendente ou findo, que tenha sido tratado por um juiz-relator que não faça parte da secção encarregada, nesse ano, de tratar dos assuntos suscetíveis de serem submetidos a tramitação prejudicial urgente, pode a secção propor ao presidente do TJ que atribua o processo em causa ao juiz-relator designado no primeiro processo, a fim de ser preservada ao máximo a harmonia entre os processos decididos no TJ<sup>98</sup>. Caso o presidente entenda dar seguimento àquela proposta, o processo será então atribuído a esse juiz, sendo a secção de cinco juízes da qual faça parte que exercerá, nesse processo, as funções da secção designada.

Pode ainda suceder que a secção decida atribuir o processo a uma formação reduzida de três juízes ou, por oposição, para a reunião geral com vista à sua atribuição a uma formação mais importante, isto é, à Grande Secção, composta por 15 juízes<sup>99</sup>, como sucedeu pela primeira vez no processo *Kadzoev*<sup>100</sup>. No que diz respeito à tramitação deste caso, o órgão jurisdicional de reenvio pediu ao TJ que o processo fosse

---

<sup>95</sup> Expressão de L. Azoulai. Cfr. Bernard, Elsa, “La nouvelle procédure préjudicielle d’urgence applicable aux renvois relatifs à l’espace de liberté, de sécurité et de justice”, *Europe*, 5, 2008.

<sup>96</sup> Cfr. art. 112.º do RPTJ.

<sup>97</sup> Cfr. art. 28.º, n.º 2, do RPTJ.

<sup>98</sup> Cfr. art. 108.º, n.º 2 e 29.º, n.º 1, ambos do RPTJ.

<sup>99</sup> Cfr. art. 27.º do RPTJ.

<sup>100</sup> Cfr. acórdão *Kadzoev*, de 30 de novembro de 2009, proc. C-357/09 PPU.

submetido a tramitação urgente, alegando que advém das perguntas prejudiciais a questão de saber se há que manter um indivíduo em detenção no centro de instalação temporária, ou se deve ser libertado, encontrando-se o processo principal suspenso enquanto o processo de reenvio perdura, mantendo-se aquele indivíduo em detenção durante esse período. A secção designada, ouvido o advogado-geral, decidiu deferir o pedido do órgão jurisdicional de reenvio no sentido de o reenvio prejudicial ser submetido a tramitação urgente e remeter o processo ao TJ para a sua atribuição à Grande Secção. Também os processos *Spasic*, *Lanigan*, *N* e *Căldăraru*<sup>101</sup> foram atribuídos à Grande Secção.

Seguimos aqui o entendimento do TJ quando afirma que, constatando a quantidade média de pedidos de aplicação da TPU, que são na maioria não simultâneos e surgem em fluxo moderado, podemos afirmar que não se justifica a designação de várias secções para conhecerem simultaneamente dos processos submetidos a tramitação urgente. Não obstante, importa não descurar que a gestão deste tipo de processos ocupa boa parte do expediente da secção em questão<sup>102</sup>.

Perante o exposto, não podemos deixar de acompanhar as palavras de Helena Patrício, quando afirma que a secção assume um “papel de filtro e de formação de julgamento – na verdade, cabe à secção em causa tomar todas as decisões necessárias e úteis ao desenrolar do procedimento, desde a fase inicial da decisão relativa à adoção ou não da específica tramitação urgente até à prolação do acórdão final, passando pelas medidas relativas à instrução do processo implicando a organização das fases escrita e oral”<sup>103</sup>.

---

<sup>101</sup> Respetivamente, acórdãos *Spasic*, de 27 de maio de 2014, proc. C-129/14 PPU; *Lanigan*, de 16 de julho de 2015, proc. C-237/15 PPU; *N*, de 15 de fevereiro de 2016, proc. C-601/15 PPU; *Aranyosi* *Căldăraru*, 5 de abril de 2016, proc. apensos C-404/15 e C-659/15 PPU.

<sup>102</sup> Cfr. Relatório sobre a aplicação da tramitação prejudicial urgente pelo Tribunal de Justiça, pelo Presidente do TJ, de 31 de janeiro de 2012, p. 6, consultado a 30 de novembro de 2015, disponível em [http://curia.europa.eu/jcms/upload/docs/application/pdf/2012-07/pt\\_rapport.pdf](http://curia.europa.eu/jcms/upload/docs/application/pdf/2012-07/pt_rapport.pdf).

<sup>103</sup> Cfr. Patrício, Helena, “O mandado de detenção europeu na jurisprudência do Tribunal de Justiça”, in *UNIO EU Journal Law*, n.º 0, 2009, p. 77.

### 1.3. Fase escrita e oral

O processo no TJUE comporta duas fases: uma fase oral e outra escrita<sup>104</sup>, sendo certo que a diferenciação de tratamento existente entre as fases escrita e oral reflete o equilíbrio prosseguido pelo Conselho com a consagração da tramitação prejudicial urgente e que consiste no compromisso entre a necessidade de assegurar um tratamento rápido dos processos em causa e a preservação de determinadas características elementares do reenvio prejudicial.

A fase escrita no TJ compreende a comunicação às partes e instituições da UE cujas decisões estejam em causa, das petições, requerimentos, observações, alegações, contestações e respostas, bem como réplicas, sendo caso disso, e de todas as peças em seu apoio ou cópias autenticadas<sup>105</sup>.

Tendo em conta as especificidades da TPU, cumpre notar, em primeiro lugar, que diferentemente do que prevalece na tramitação ordinária, aqui apenas participam na fase escrita as partes no litígio pendente na jurisdição nacional, o EM de que releva esta jurisdição, assim como a Comissão Europeia e as instituições que produziram o ato objeto da interpretação solicitada ou validade contestada<sup>106</sup>.

Importa ainda realçar que quando num pedido de decisão prejudicial seja feita referência a um processo administrativo ou judicial que tenha decorrido num EM diferente daquele a que pertence o órgão jurisdicional de reenvio, o Tribunal pode convidar esse EM a apresentar, por escrito ou na audiência, todas as precisões que se afigurem úteis<sup>107</sup>.

A decisão de submeter ou de não submeter o reenvio prejudicial à TPU é, num primeiro tempo, notificada de imediato às partes autorizadas a intervir supra mencionadas, a fim de prepararem as suas observações escritas. Nesta decisão, a secção tem o poder de fixar o prazo dentro do qual aquelas partes podem apresentar os seus articulados ou observações<sup>108</sup>, tendo o Conselho recomendado que aquela fase não fosse reduzida a menos de 10 dias úteis<sup>109</sup>. A secção tem ainda as faculdades de precisar as

---

<sup>104</sup> Cfr. art. 20.º do Protocolo (n.º 3) relativo ao ETJUE.

<sup>105</sup> Para maiores desenvolvimentos, cfr., nomeadamente, Mesquita, Maria José Rangel de, *Introdução...*, Almedina, 2013.

<sup>106</sup> Cfr. art. 109.º, n.º 1, do RPTJ.

<sup>107</sup> Cfr. art. 109.º, n.º 3, do RPTJ.

<sup>108</sup> Cfr. art. 109.º, n.º 2, do RPTJ.

<sup>109</sup> Cfr. Decisão do Conselho, de 20 de dezembro de 2007, cit., p. 44.



questões de direito que poderão abordar em particular e de fixar a extensão máxima destas peças<sup>110</sup>. Estas faculdades são mais uma das medidas legislativas que demonstram uma constante preocupação com a celeridade do processo.

Cumpra ainda referir que “em casos de extrema urgência”, a fase escrita pode ser omitida por decisão da secção<sup>111</sup>. Quanto a esta possibilidade, não podemos deixar de sublinhar a sua sensibilidade, porquanto defendemos que, atendendo à particularidade do domínio objeto dos processos que corram termos sob a tramitação prejudicial urgente, a celeridade do processo não pode sobrepor-se às garantias de tutela jurisdicional efetiva dos particulares de tal modo que ponha em causa os seus direitos fundamentais. Somos de opinião que a supressão da fase escrita neste tipo de tramitação e a realização de apenas uma audiência, ainda que em prol da celeridade e resposta à urgência do processo, dificilmente acautelará suficientemente aos particulares uma garantia efetiva do seu direito ao contraditório. Contudo, note-se que o TJ nunca fez uso dessa possibilidade, pelo que não nos é possível aferir com convicção da razoabilidade dessa faculdade legislativa perante um caso concreto.

Uma vez que as partes autorizadas a intervir dominam a língua do processo, a fase escrita pode ter início imediatamente, sem necessidade de aguardar pela tradução do pedido de reenvio prejudicial nas demais línguas oficiais da União<sup>112</sup>.

Esta característica da TPU contribui para uma maior celeridade do processo, aliviando ainda o trabalho dos serviços de tradução do TJ, porquanto todas as peças serão redigidas numa única língua.

Diferentemente do que sucede com a fase escrita, a fase oral é aberta à participação de todas as partes aludidas no art. 23.º do ETJ<sup>113</sup>, incluindo assim todos os

---

<sup>110</sup> Cfr. art. 109.º, n.º 2, do RPTJ.

<sup>111</sup> Cfr. art. 111.º do RPTJ.

<sup>112</sup> Sob a epígrafe “[t]radução e notificação do pedido de decisão prejudicial”, dispõe o art. 98.º, n.º 1, do RPTJ, que “[o]s pedidos de decisão prejudicial a que se refere o presente título são notificados aos Estados-Membros, na versão original, acompanhados de uma tradução na língua oficial do Estado destinatário. Quando seja adequado, devido à extensão do pedido, essa tradução é substituída pela tradução, na língua oficial do Estado destinatário, de um resumo desse pedido, que servirá de base à tomada de posição desse Estado. O resumo contém o texto integral da questão ou das questões submetidas a título prejudicial. Esse resumo contém, designadamente, desde que esses elementos constem do pedido de decisão prejudicial, o objeto do litígio no processo principal, os argumentos essenciais das partes nesse litígio, uma apresentação sucinta da fundamentação do reenvio, bem como a jurisprudência e as disposições do direito da União e do direito nacional invocadas”.

EM. A data previsível da audiência designada é informada logo que possível aos interessados<sup>114</sup>, encerrando-se, assim, a fase escrita.

Apuramos que nos processos prejudiciais urgentes a participação na audiência dos EM que não o EM ao qual pertence o órgão jurisdicional de reenvio foi relativamente moderada, uma vez que, em média, apenas três EM (2,9 precisamente) apresentaram observações na fase oral<sup>115</sup>. Este dado estatístico contraria aquilo que, na nossa opinião, seria expectável, na medida em que seria de esperar uma intervenção mais significativa dos EM no âmbito de processos que envolvem questões referentes a um domínio tão sensível como o é o ELSJ.

Após a realização da audiência, a formação de julgamento reúne-se a fim de deliberar, em princípio no mesmo dia, depois de ouvido o advogado-geral. Importa esclarecer que, nesta tramitação excecional, o advogado-geral não apresenta conclusões formais, apresentando antes a sua posição oralmente à formação de julgamento, no âmbito de uma reunião administrativa realizada para o efeito.

Trata-se aqui de outra inovação e que reduz o papel do advogado-geral comparativamente com aquele que assume no processo ordinário, em prol da celeridade. No entanto, denotamos que tal redução não significa um apagamento do papel do advogado-geral na tramitação prejudicial urgente, porquanto a sua “tomada de posição” é normalmente desenvolvida num documento escrito e que geralmente é publicado em simultâneo com o acórdão.

Perante esse circunstancialismo, defendemos que, a fim de preservar a uniformidade do processo no TJ e promover uma garantia de transparência do processo europeu, seria de saudar a reintrodução da figura da apresentação oral e pública das conclusões do advogado-geral no âmbito da tramitação aqui em análise. Essa reintrodução, na nossa opinião, não seria suscetível abalar a celeridade da tramitação prejudicial urgente, pois a verdade é que a tomada de posição do advogado-geral nestes

---

<sup>113</sup> Por remissão do art. 110.º, n.º 3, do RPTJ. Prevê o art. 23.º do Protocolo (n.º 3) relativo ao ETJUE que “[n]os casos previstos no artigo 267.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, a decisão do órgão jurisdicional nacional que suspenda a instância e que suscite a questão perante o Tribunal de Justiça é a este notificada por iniciativa desse órgão. Esta decisão é em seguida notificada, pelo secretário do Tribunal, às partes em causa, aos Estados-Membros e à Comissão, bem como à instituição, órgão ou organismo da União que tiver adotado o ato cuja validade ou interpretação é contestada”.

<sup>114</sup> Cfr. art. 109.º, n.º 5, do RPTJ.

<sup>115</sup> Cfr. anexo: quadro IV – Intervenção dos em nos processos com TPU.

processos já é quase sistematicamente publicada, sendo certo que essas conclusões poderiam, diferentemente do que sucede com a tramitação ordinária, ser publicadas posteriormente, juntamente com o acórdão final. De realçar que a tomada de posição do advogado-geral nos processos prejudiciais urgentes, em média, no período de referência, foi apresentada em cerca de cinco dias após a realização da audiência (4,8 precisamente)<sup>116/117</sup>. Cremos que esta solução proposta, por um lado, preservaria a celeridade do processo e, por outro, permitiria lograr uma maior uniformização do processo no TJ.

#### 1.4. Modo de comunicação

Para acelerar e facilitar a comunicação entre o órgão jurisdicional de reenvio e as partes, por um lado, e o TJ, por outro, impõe-se a utilização da via eletrónica na comunicação entre aqueles, conforme prevista no RPTJ<sup>118</sup>. É com a receção da versão eletrónica que o processo se inicia, não tendo aqui aplicação o prazo imperativo de 10 dias para o depósito dos originais, previsto para o reenvio ordinário no art. 57.º, n.º 7.

Para aquele efeito, na sua recomendação à atenção dos órgãos jurisdicionais nacionais<sup>119</sup>, o Tribunal pede àqueles órgãos nacionais de reenvio que apresentem um pedido de aplicação da tramitação acelerada ou da tramitação urgente que indiquem o endereço eletrónico e, eventualmente, o número de telecopiador, que o Tribunal poderá utilizar, bem como os endereços eletrónicos e, eventualmente, os números de telecopiador dos representantes das partes em causa<sup>120</sup>. Também as notificações e comunicações a que o TJ deva proceder neste tipo de tramitação serão concretizadas pela mesma via eletrónica.

---

<sup>116</sup> Cfr. anexo: quadro I – Duração dos processos com TPU.

<sup>117</sup> De entre os processos tidos em conta na contagem da média, apenas em *Leymann e Pustovarov*, acórdão de 1 de dezembro de 2008, proc. C-388/08 PPU, não foi a tomada de posição do advogado-geral publicada.

<sup>118</sup> Cfr. art. 114.º do RPTJ.

<sup>119</sup> As recomendações não estão dotadas de carácter vinculativo, pelo que constituem antes uma influência indireta, contribuindo para orientar as legislações dos EM e visando, portanto, a sua harmonização. Expressam o ponto de vista do órgão que o emite sobre determinadas questões, indicando as medidas ou soluções reclamadas pelos interesses da União, sugerindo comportamentos a adotar. Cfr. “As fontes e o âmbito de aplicação do direito da União Europeia”, in *Fichas técnicas sobre a União Europeia*, cit.

<sup>120</sup> Cfr. Recomendações à atenção dos órgãos jurisdicionais nacionais, relativas à apresentação de processos prejudiciais (2012/C 338/01), p. 6.

Do ponto de vista prático, as comunicações das peças por via eletrónica, tanto internamente como com as partes e outros interessados, têm sido realizadas mediante a criação de *caixas funcionais*, destinadas em particular à troca de documentos no âmbito da tramitação prejudicial urgente. Destacamos a importância da criação destas caixas funcionais, não obstante ser posterior à introdução no TJ de um sistema generalizado de apresentação e notificação de atos processuais por via eletrónica<sup>121</sup>, na medida em que permitiram colocar as comunicações referentes a um processo prejudicial urgente num circuito distinto que é objeto de uma atenção particular e contínua, contribuindo assim para manter sob atenção particular e contínua todos os atores do processo.

## **2. Da tramitação prejudicial acelerada**

A TPA encontra-se, por seu turno, regulada pelos art. 23.º-A do Protocolo (n.º 3) relativo ao ETJUE e 105.º e ss. do RPTJ. Como já referimos, o órgão jurisdicional de reenvio pode formular um pedido de TPA do processo de reenvio, assim como pode formular aquele pedido subsidiariamente ao pedido de TPU, para o caso de este último ser indeferido, prática que os órgãos jurisdicionais nacionais de reenvio têm vindo a adotar<sup>122</sup>.

Veremos em sede de análise jurisprudencial que, quando se está perante um reenvio cujas questões prejudiciais não pertencem ao domínio do ELSJ, e é em consequência indeferido o pedido de tramitação urgente, e o órgão de reenvio não formulou um pedido subsidiário de tramitação acelerada, o TJ poderá, em cumprimento do princípio da cooperação com os EM, entender que o pedido que o órgão de reenvio pretendeu na verdade formular foi o de aplicação da TPA.

### **2.1. Pedido e decisão do pedido de tramitação prejudicial acelerada**

Como vimos, o objetivo desta tramitação é de promover uma maior eficácia do reenvio prejudicial, reduzindo a duração dos processos em condições excecionais. Notemos, portanto, que a sua aplicação está limitada, em razão da sua complexidade, aos casos em que a natureza do processo exija efetivamente o seu tratamento dentro de prazos curtos.

---

<sup>121</sup> Cfr. Decisão do Tribunal de Justiça, de 13 de setembro de 2011, relativa à apresentação e à notificação de atos processuais através da aplicação e-Curia.

<sup>122</sup> Cfr. anexo : quadro III – Pedidos de TPU indeferidos: tramitação posterior e matéria.

A aplicação da TPA pode ter origem num pedido do órgão jurisdicional nacional de reenvio, ou ser aplicada oficiosamente, a título excecional, por decisão do presidente do TJ, ouvidos o juiz-relator e o advogado-geral, quando a natureza do processo exija o seu tratamento dentro de prazos curtos, afastando assim a aplicação das disposições do RPTJ referentes a tramitação ordinária<sup>123</sup>.

A data da audiência é marcada de imediato, a qual é comunicada às partes no litígio no processo principal e aos outros interessados referidos no art. 23.º do Estatuto, juntamente com a notificação do pedido de decisão prejudicial.

## **2.2. Fase escrita e oral**

Em prazo a fixar pelo presidente do TJ, o qual não pode ser inferior a 15 dias, é concedida às partes e outros interessados a possibilidade de apresentarem articulados ou observações escritas<sup>124</sup>. Com vista a assegurar uma maior celeridade do processo, o presidente pode convidar as partes e aqueles outros interessados a limitar os seus articulados ou observações escritas às questões meramente de direito e essenciais suscitadas pelo pedido de decisão prejudicial<sup>125</sup>.

Antes da audiência, os articulados que forem apresentados, bem como as observações, são comunicados a todos os interessados referidos no art. 23.º do Estatuto.

Após a audiência, havendo lugar à mesma, ou no final da fase escrita quando não haja lugar à fase oral<sup>126</sup>, o Tribunal decide, ouvido o advogado-geral. O advogado-geral submete a sua opinião oralmente ou em documento escrito para fins de utilização interna, não prevendo a lei a obrigatoriedade da sua tradução ou publicação.

---

<sup>123</sup> Cfr. art. 105.º, n.º 1, do RPTJ.

<sup>124</sup> Cfr. art. 105.º, n.º 3, do RPTJ.

<sup>125</sup> Cfr. art. 105.º, n.º 3, do RPTJ.

<sup>126</sup> Dispõe o art. 99.º do RPTJ que “[q]uando uma questão submetida a título prejudicial for idêntica a uma questão sobre a qual o Tribunal de Justiça já se tenha pronunciado, quando a resposta a essa questão possa ser claramente deduzida da jurisprudência ou quando a resposta à questão submetida a título prejudicial não suscite nenhuma dúvida razoável, o Tribunal pode, a qualquer momento, mediante proposta do juiz-relator, ouvido o advogado-geral, decidir pronunciar-se por meio de despacho fundamentado”, o que sucedeu nomeadamente no caso A., despacho de 25 de setembro de 2015, proc. C-463/15 PPU.

### 2.3. Modo de comunicação

No que diz respeito à transmissão dos atos processuais, estes reputam-se apresentados com a transmissão à secretaria, por telecopiador ou por qualquer outro meio técnico de comunicação de que o Tribunal disponha, de uma cópia do original assinado e das peças e documentos invocados em apoio, juntamente com a relação dos mesmos. O original do ato e os respetivos anexos devem ser de imediato transmitidos à secretaria<sup>127</sup>.

Acresce que as notificações e comunicações supra referidas podem ser efetuadas mediante transmissão de uma cópia do documento por telecopiador ou por qualquer outro meio técnico de comunicação de que o Tribunal e o destinatário disponham<sup>128</sup>.

### 3. Tabela expositiva dos trâmites processuais no âmbito de reenvios prejudiciais

Em jeito de recapitulação e para uma melhor perceção das diferenças processuais previstas pelo RPTJ para cada uma das formas de tramitação que pode seguir o processo reenvio prejudicial, atente-se na tabela *infra*.

ETAPAS PROCESSUAIS	TRAMITAÇÃO PREJUDICIAL ORDINÁRIA	TPA	TPU
Disposições aplicáveis	Art. 93.º a 104.º do RPTJ	Art. 105.º a 106.º do RPTJ	Art. 107.º a 114.º do RPTJ
Âmbito material de aplicação	Todos	Todos	Título V da parte III do TFUE relativo ao ELSJ
Critério de acesso à tramitação processual	O TJ adota esta tramitação após ter verificado que é competente e que as questões são admissíveis	A pedido do órgão jurisdicional de reenvio ou, a título excecional, oficiosamente, o presidente do Tribunal pode, quando a natureza do processo exija o seu tratamento dentro de prazos curtos, ouvidos o juiz-relator e o advogado-geral, decidir submeter um reenvio TPA	Um reenvio prejudicial que suscite uma ou várias questões relativas aos domínios objeto do título V da parte III do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia pode, a pedido de um órgão jurisdicional de reenvio ou, a título excecional, oficiosamente, ser submetido a TPU
Condição de urgência de aplicação	N/a	Quando a natureza do processo exija o seu tratamento dentro de prazos curtos	Urgência

<sup>127</sup> Cfr. art. 106.º, n.º 1, do RPTJ.

<sup>128</sup> Cfr. art. 106.º, n.º 2, do RPTJ.

<b>Necessidade de pedido do órgão jurisdicional de reenvio</b>	N/a	Sim, ou, a título excecional, oficiosamente por decisão do presidente do TJ	Sim, ou, a título excecional, oficiosamente por pedido do presidente do TJ à secção
<b>Decisão sobre a urgência</b>	Pelo presidente do TJ, sob proposta do juiz-relator, ouvido o advogado-geral	Pelo presidente do Tribunal, tomada sob proposta do juiz-relator, ouvido o advogado-geral	Pela secção designada de 5 juízes, sob proposta do juiz-relator, ouvido o advogado-geral
<b>Tradução do pedido de decisão prejudicial (PDP) (pelos serviços de tradução do TJ)</b>	O PDP é traduzido para todas as línguas oficiais da UE (em princípio, no prazo de um mês)	O PDP é traduzido para todas as línguas oficiais, mas fica sujeito a tratamento prioritário a fim de estar disponível mais rapidamente	O PDP é traduzido unicamente para a língua de trabalho do Tribunal (FR)
<b>Fundamentação da decisão sobre a urgência</b>	N/a	Sim, prática adotada pelo anterior presidente do TJ Skouris	Não
<b>Notificação do PDP</b>	Quando a tradução do PDP para todas as línguas fica disponível, o mesmo é notificado a todas as partes interessadas referidas no art. 23.º do ETJ	Notificação do PDP a todas as partes interessadas referidas no art. 23.º do ETJ	O PDP é notificado (na língua do processo) apenas às seguintes partes: partes no processo principal, EM do órgão jurisdicional na origem do reenvio, Comissão e instituições de onde emane o ato cuja validade é contestada ou cuja interpretação é solicitada
<b>Apresentação de observações escritas</b>	Prazo de dois meses para apresentar observações escritas (a que acresce o prazo de dilação fixo, em razão da distância, de 10 dias)	Prazo fixado pelo presidente do Tribunal, que não pode ser inferior a 15 dias (a que acresce o prazo de dilação fixo, em razão da distância, de 10 dias)	Pode ser omitida em caso de extrema urgência. Participação restrita às partes no processo principal, EM de reenvio, instituições. A decisão de submeter o reenvio a TPU fixa o prazo em que podem ser apresentados os articulados ou observações escritas (prazo desejável: 10 dias)
<b>Audiência de alegações</b>	Regra geral, realização de uma audiência se tiver sido apresentado pedido fundamentado nesse sentido	Obrigatoriedade de realização de uma audiência. Quando seja autorizada a tramitação acelerada, a data dessa audiência é imediatamente fixada pelo presidente e comunicada às partes referidas no art. 23º do Estatuto, ao mesmo tempo que o PDP	Os interessados referidos no art. 23.º do ETJ são informados, logo que possível, da data previsível da audiência

<b>Apresentação de conclusões escritas pelo advogado-geral</b>	Sim	Não. O advogado-geral é, porém, ouvido após a realização da audiência. Não está excluído que a posição do advogado-geral seja formulada por escrito (tomada de posição)	Não. O advogado-geral é, porém, ouvido após a apresentação das observações escritas (e orais, em caso de realização de audiência). Não está excluído que a posição do advogado-geral seja formulada por escrito (tomada de posição)
<b>Adoção da decisão e formação de julgamento</b>	Adoção da decisão pela formação de julgamento à qual o processo foi atribuído em reunião geral, na sequência dos trâmites normais	Adoção da decisão pela formação de julgamento à qual o processo foi atribuído em reunião geral, na sequência de trâmites com uma duração mais curta	Adoção da decisão pela secção especializada à qual o processo foi atribuído desde o início. Para efeitos da decisão essa secção especializada delibera em formação de 5 juízes, mas pode fazê-lo em formação de 3 juízes, no caso de as questões serem pouco complexas. Não compreendendo uma fase de reexame, pode ser remetido a uma formação de julgamento mais importante
<b>Forma da decisão do TJ e efeitos dessa decisão</b>	Qualquer que seja a formação de julgamento, a sua decisão tem a forma de acórdão ou de despacho (por exemplo, no caso previsto no art. 99.º do RPTJ)	Uma vez que foi realizada audiência, o Tribunal decide, em princípio, através de acórdão	A decisão da secção especializada tem a forma de acórdão
<b>Entrega dos documentos e notificações</b>	Meios ordinários previstos no RPTJ	Por telecopiador ou outro meio técnico de comunicação. O original do ato e os anexos são de imediato transmitidos à secretaria	Por telecopiador ou outro meio técnico de comunicação. O original do ato e os anexos são de imediato transmitidos à secretaria

*Tabela expositiva dos trâmites processuais no âmbito de reenvios prejudiciais.*

## Conclusão

Das características processuais vindas de examinar, consideramos pertinente a faculdade que assiste aos órgãos jurisdicionais nacionais de requerer no mesmo pedido, no âmbito de um reenvio prejudicial, a aplicação da TPU e da TPA subsidiariamente àquela.

Tendo em conta a extrema celeridade com que a secção designada deve pronunciar-se sobre os pedidos efetuados pelos órgãos nacionais de reenvio acerca do



pedido de TPU, vimos que as decisões quanto à sua aplicação não são fundamentadas, diferentemente do que sucede no âmbito da TPA.

Somos, por fim, de opinião que a supressão da fase escrita neste tipo de tramitação e a realização de apenas uma audiência, ainda que em prol da celeridade e resposta à urgência do processo, dificilmente acautelarão suficientemente aos particulares uma garantia efetiva do seu direito ao contraditório. No entanto, note-se que no período de referência o TJ não fez uso dessa faculdade.

## **PARTE II**

### **CAPÍTULO IV**

#### **DETERMINAÇÃO DA NATUREZA DO CONTENCIOSO NA TRAMITAÇÃO PREJUDICIAL URGENTE E A SUA HARMONIZAÇÃO COM O PRINCÍPIO DA TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA**

**Sumário:** 1. Condições de acesso à tramitação prejudicial urgente. 1.1. Determinação da condição do domínio do ELSJ. 1.2. Determinação da condição de urgência. 1.3. Análise jurisprudencial. 1.3.1. Cooperação judiciária em matéria civil. 1.3.2. Vistos, asilo e imigração. 1.3.3. Cooperação em matéria penal.

##### **1. Condições de acesso à tramitação prejudicial urgente**

A TPU foi inicialmente consagrada para os domínios a que se reportam os art. 29.º a 42.º do título VI do TUE e os art. 61.º a 69.º do título IV da terceira parte do TCE, no que respeita, respetivamente, à cooperação policial e judiciária em matéria penal e aos vistos, asilo, imigração e outras políticas ligadas à livre circulação das pessoas, incluindo a cooperação em matéria civil.

Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, tais matérias encontram-se tratadas no título V da terceira parte do TFUE. Trata-se de temáticas agrupadas sob a designação de espaço de liberdade, segurança e justiça, anteriormente denominado justiça e assuntos internos.

Ora, a primeira condição de acesso à TPU assenta precisamente no facto de as questões prejudiciais apresentadas em sede de reenvio recaírem sobre o domínio do ELSJ. A segunda condição prende-se com a urgência que ressalta do processo principal, isto é, a necessidade de resposta urgente às questões prejudiciais. Assim, o art. 107.º, n.º 2, do RPTJ exige que a jurisdição de reenvio exponha “as circunstâncias de facto e de direito comprovativas da urgência e que justificam a aplicação deste tipo de tramitação derogatória”.

##### **1.1. Determinação da condição do domínio do ELSJ**

Conforme tem vindo a ser destacado pela doutrina, a implementação no quadro jurídico da União desta tramitação processual está diretamente relacionada com a

extensão das competências da UE, nomeadamente ao nível do ELSJ e, bem assim, à cada vez mais extensa jurisprudência nesse domínio<sup>129</sup>.

Um reenvio prejudicial pode ser submetido a esta tramitação excecional caso levante uma ou várias questões relativas àquele domínio, “em que seja assegurada a livre circulação de pessoas, em conjugação com medidas adequadas em matéria de controlos na fronteira externa, de asilo e imigração, bem como de prevenção da criminalidade e combate a este fenómeno”<sup>130</sup>. Englobando temáticas variadas, o ELSJ caracteriza-se ainda pela sua diversidade de procedimentos: política comum em matéria de asilo, imigração e controlo de fronteiras, medidas de prevenção da criminalidade, racismo e xenofobismo, coordenação e cooperação entre autoridades policiais e judiciais, reconhecimento mútuo de decisões judiciais em matéria penal, e, se necessário, aproximação das legislações em matéria penal, reconhecimento mútuo e execução das decisões judiciais civis.

Após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, este espaço tornou-se numa prioridade para a União, enquanto objetivo da UE, figurando no TUE imediatamente após a promoção da paz, dos seus valores e do bem-estar dos seus povos, e imediatamente antes da consagração de um mercado interno. Neste contexto, é esperado que a qualidade da justiça europeia no geral, e em especial nesta matéria, seja irrepreensível.

A celeridade processual torna-se cada vez mais necessária em função da urgência determinada por uma situação de vulnerabilidade na qual se encontrem os particulares, quer seja por se encontrarem em situação de pedido de asilo por ameaça de expulsão, ou por se tratar de uma situação de afastamento de crianças dos seus pais, ou ainda por estar em causa um particular privado da sua liberdade.

Às exigências de qualidade da justiça e celeridade processual, acresce a necessidade de preservar os interesses não só dos particulares, mas também dos EM.

---

<sup>129</sup> Sobre esta matéria cfr., Coutron, Laurent, “Urgence et renvoi préjudiciel”, in *Revue des Affaires Européennes*, n.º 2, 2012, p. 393; Chevalier, Bernard, “Les nouveaux développements...”, pp. 591-607; Rosas, Allan, “Justice in haste, justice denied? The european Court of justice and the Area of Freedom, Security and Justice”, in *Cambridge Yearbook of European Legal Studies*, 2008-2009, pp. 1-13; Naômé, Caroline, “La procédure accélérée et la procédure préjudicielle d’urgence devant la Court de justice des Communautés européennes”, in *Journal de Droit Européen*, n.º 162, 2009; Skouris, Vassilios, “L’urgence dans la procédure...”, pp. 58-78.

<sup>130</sup> Cfr. art. 3.º, n.º 2, do TUE.

Efetivamente, o ELSJ debruça-se sobre domínios particularmente sensíveis para os EM, como o direito penal, historicamente ligado ao poder soberano do Estado, ou o direito dos visas e da imigração, através dos quais os EM dirigem as suas políticas nacionais, ou ainda o direito da família. Em matéria prejudicial, esta particularidade carece da intervenção de todos os EM no processo. No entanto, note-se que o TJ tinha proposto numa das duas opções que apresentou, afastar os EM da tramitação prejudicial urgente<sup>131</sup>, em prol da celeridade processual. Como vimos, esta opção foi afastada pelo Conselho, tendo sido consagrada uma solução na qual os EM não participam na fase escrita, mas podem apresentar observações orais.

## 1.2. Determinação da condição de urgência

Quanto à condição de urgência que permite acionar a TPU, constatamos que a sua definição legislativa permanece lacunar, conforme, aliás, assinala Antonio Tizzano, relembando que os textos do Estatuto e do RPTJ não precisam o que é suscetível de consubstanciar a urgência nem contêm elementos suficientes que permitam determinar o que entenderam os autores daqueles textos por *urgente*<sup>132</sup>.

Sem embargo, notemos que na Declaração do Conselho que acompanha a decisão que alterou o Protocolo (n.º 3) relativo ao ETJUE<sup>133</sup> foram apontadas as preocupações que esta tramitação procura solucionar, pelo que é possível encontrar nesse texto alguns elementos auxiliares da interpretação daquele conceito.

Nessa declaração, o Conselho faz referência às situações em que a urgência resulta dos curtos prazos impostos pela legislação nacional ou no DUE, ou das implicações graves de uma elevada dilação temporal para as pessoas envolvidas. O Conselho convida ainda o Tribunal a aplicar a TPU em situações privativas de liberdade. Encoraja ainda o Tribunal no sentido de este, na nota informativa sobre a instauração de processos prejudiciais pelos órgãos jurisdicionais nacionais, oferecer a estes órgãos as indicações úteis no que respeita aos casos em que é conveniente requerer a aplicação da tramitação urgente.

---

<sup>131</sup> Cfr. Documento de reflexão sobre o tratamento das questões prejudiciais..., cit..

<sup>132</sup> Cfr. Tizzano, Antonio e Bruno Gencarelli, “La procédure préjudicielle d’urgence devant la Cour de Justice de l’Union Européenne”, in *Il Diritto dell’Unione Europea*, n.º 4, 2009, p. 929.

<sup>133</sup> Cfr. Declaração do Conselho que acompanha a decisão que alterou o Protocolo relativo ao Estatuto do Tribunal de Justiça, JOUE (2008/L 24/44), p. 44.

Nesse seguimento, na sua recomendação, antiga nota informativa, o TJ alude aos litígios referentes às pessoas detidas ou privadas de liberdade, assim como àqueles que se reportam às responsabilidades parentais ou à guarda de crianças<sup>134</sup>.

Conforme passaremos a demonstrar, os processos de reenvio prejudicial que foram submetidos a esta forma processual circunscrevem-se nas linhas traçadas por aqueles documentos, tendo o TJ, ainda assim, expressado uma interpretação restrita do conceito de urgência.

### **1.3. Análise jurisprudencial**

Nesta secção serão objeto de análise os 28 processos de reenvio prejudicial que seguiram a tramitação prejudicial urgente ao longo do período de referência. Consideramos pertinente perceber as circunstâncias de facto e de direito que determinaram a decisão de aplicação desta tramitação, tarefa que levaremos a cabo, numa primeira fase, através de uma exposição dos respetivos casos. Optamos por apreciar aqueles processos organizando-os pelo campo material de que relevam as questões prejudiciais apresentadas ao TJ. Numa segunda fase e no capítulo seguinte já em sede de reflexão crítica, aprontaremos com uma conclusão acerca da natureza do contencioso suscetível de desencadear os art. 107.º e ss. do RPTJ e do eventual sucesso alcançado com a dilação temporal verificada.

#### **1.3.1. Cooperação judiciária em matéria civil**

A cooperação judiciária em matéria civil na UE, prevista no art. 81.º do TFUE, consiste numa política que procura aproximar e estabelecer novos meios de colaboração entre as autoridades judiciárias dos EM, e que, nas explicações de Anabela Gonçalves, visa “garantir que as divergências entre os sistemas judiciários e as ordens jurídicas dos diferentes Estados-Membros não limitem o acesso à justiça e o exercício dos direitos. Este escopo está na base da construção do Espaço Europeu de Liberdade, Segurança e Justiça, sendo a cooperação judiciária em matéria civil uma das suas políticas estruturantes (...)”<sup>135</sup>.

---

<sup>134</sup> Anteriormente, JOUE (2008/C 64/1), pp. 1-2, e JOUE (2011/C 160/1), p. 1-5. Atualmente, JOUE (2012/C 338/1), p. 1-6.

<sup>135</sup> Cfr. Gonçalves, Anabela Susana de Sousa, “Cooperação Judiciária em Matéria Civil”, in Silveira, Alessandra, Mariana Canotilho e Pedro Madeira Froufe (coord.), *Direito da União Europeia. Elementos de Direito e Políticas da União*, Almedina, 2016, pp. 339-391.

Nos ensinamentos daquela autora, a política de cooperação judiciária em matéria civil é uma forma de concretização do ELSJ, e abrange a regulamentação de relações jurídicas de natureza civil e comercial cujos elementos estão em contacto com mais do que um EM. Esta política procura aproximar e estabelecer meios de colaboração entre as autoridades judiciárias dos diferentes EM e tem como propósito garantir que as divergências entre os sistemas judiciários e as ordens jurídicas dos diferentes EM não limitem o acesso à justiça e o exercício dos direitos<sup>136</sup>.

Veremos que a esmagadora maioria de processos de reenvio submetidos ao TJ sobre esta matéria versa sobre o Regulamento (CE) n.º 2201/2003.

O ano de 2008 foi o momento para o TJ inaugurar a TPU, pelo que iniciamos o nosso estudo jurisprudencial com o acórdão **Rinau**<sup>137</sup>, que teve como alicerce a interpretação do Regulamento (CE) n.º 2201/2003<sup>138</sup>.

Este acórdão releva de particular importância, porquanto, por um lado, foi o lance de partida para o TJ precisar os pressupostos exigidos para se poder beneficiar da TPU, e, por outro, tem sido apontado como uma decisão incontornável em matéria de deslocação ou retenção ilícitas de crianças.

No processo principal, estava em causa uma menor nascida na Alemanha em 2005, filha de pai alemão e mãe lituana, então casados, mas ora divorciados, que se encontrava à data do reenvio na Lituânia com a mãe, contra a vontade do pai. No âmbito do processo de divórcio, os tribunais alemães atribuíram a guarda da menor ao pai e ordenaram o seu regresso para junto deste.

O Lietuvos Aukščiausiasis Teismas (Tribunal Supremo da Lituânia) submeteu ao TJ questões sobre as condições para a apreciação do pedido da mãe de declaração do não reconhecimento desses aspetos do acórdão em que foi decretado o divórcio. No processo que deu origem ao pedido de decisão prejudicial, o Lietuvos Aukščiausiasis Teismas da Lituânia tinha de decidir se deve revogar a decisão do Lietuvos apeliacinis

---

<sup>136</sup> Cfr. Gonçalves, Anabela Susana de Sousa, “O caso Rinau e a deslocação ou retenção ilícitas de crianças”, in *UNIO EU Law Journal*, n.º 0, 2014, pp. 126-127. Para maiores desenvolvimentos sobre o surgimento da política de cooperação judiciária em matéria civil, seus objetivos e desenvolvimentos, cfr. ainda Gonçalves, Anabela Susana de Sousa, *Da Responsabilidade Extracontratual em Direito Internacional Privado, A Mudança de Paradigma*, Almedina, 2013, pp. 106-127 e 212-226.

<sup>137</sup> Cfr. acórdão *Rinau*, de 11 de julho de 2008, proc. C-195/08 PPU.

<sup>138</sup> Cfr. Gonçalves, Anabela Susana de Sousa, “O caso Rinau...”, pp. 124-125.

teismas que indeferiu o pedido da mãe de que não fosse reconhecido o acórdão que decretou o divórcio, na parte em que este confia a guarda da menor ao pai e ordena o regresso desta à Alemanha.

Uma situação desta natureza é regida, a nível do DUE, pelo Regulamento (CE) n.º 2201/2003, em conjugação com a Convenção de Haia de 1980<sup>139</sup>.

O TJ decidiu que, depois de uma decisão de retenção ter sido proferida e levada ao conhecimento do tribunal de origem, é irrelevante, para efeitos da emissão da certidão prevista no art. 42.º do Regulamento (CE) n.º 2201/2003, que essa decisão tenha sido suspensa, revogada, anulada ou, por qualquer razão, não tenha transitado em julgado ou tenha sido substituída por uma decisão de regresso, desde que o regresso do menor não tenha efetivamente tido lugar. Acrescenta que, se não tiverem sido manifestadas dúvidas relativamente à autenticidade dessa certidão e esta tiver sido emitida em conformidade com o formulário cujo modelo figura no Anexo IV do referido regulamento, a oposição ao reconhecimento da decisão de regresso é proibida, incumbindo tão-só ao tribunal requerido declarar a executoriedade da decisão certificada e providenciar pelo regresso imediato do menor<sup>140</sup>.

---

<sup>139</sup> Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças, celebrada em 25 de outubro de 1980. Esta convenção estabelece as regras processuais aplicáveis em caso de rapto de crianças, a fim de garantir que regressem imediatamente ao Estado da respetiva residência habitual, bem como assegurar a proteção do direito de visita. Note-se que, ao contrário do regulamento, a Convenção não contém regras de competência. Nesse aspeto, o regulamento inspira-se nas regras constantes da Convenção relativa à Competência, à Lei Aplicável, ao Reconhecimento, à Execução e à Cooperação em Matéria de Responsabilidade Parental e Medidas de Proteção das Crianças, celebrada em Haia, em 19 de outubro de 1996, que ainda não entrou em vigor em todos os EM, nomeadamente entre a República Federal da Alemanha e a Lituânia. Note-se ainda que, por força do seu art. 60.º, o regulamento prevalece sobre a Convenção, na medida em que esta se refere a matérias por ele reguladas.

<sup>140</sup> Atente-se na tomada de posição apresentada em 1 de julho de 2008 pela advogada-geral Eleanor Sharpston, na qual apontou como princípio essencial que subjaz ao regulamento o da cooperação e da confiança mútua entre os tribunais e as autoridades dos EM, o que implica, em princípio, o reconhecimento e execução automáticos das decisões dos tribunais do EM da residência habitual do menor. De facto, sucedeu que a importância fundamental deste princípio foi posta em destaque na audiência, quando o advogado da mãe sugeriu que os tribunais lituanos podiam considerar que não era garantida a objetividade dos tribunais alemães num litígio entre um pai alemão e uma mãe lituana. A advogada-geral referiu que “[é] manifesto que admitir a recusa do reconhecimento com base nessas dúvidas (quer sejam ou não efetivamente sentidas pelos tribunais lituanos) aniquilaria todo o sistema pretendido pelo regulamento. Isso seria também totalmente incompatível com o objetivo de criar um

No que respeita à tramitação processual do caso, o TJ declarou que o pedido de um órgão jurisdicional de reenvio destinado a sujeitar à TPU um reenvio prejudicial tendo por objeto a interpretação do Regulamento (CE) n.º 2201/2003, se justifica desde que seja necessário agir com urgência. Por outras palavras, não é suficiente a condição de as questões prejudiciais recaírem sobre o ELSJ, mas é ainda essencial que a condição de urgência esteja comprovada. Explicou que é o caso quando qualquer demora seria muito desfavorável às relações entre o filho menor e o progenitor com o qual não reside, podendo ser irreversível a degradação dessas relações. Aclarou ainda que essa necessidade resulta tanto do considerando 17 do regulamento, relativo ao regresso sem demora de um menor em caso de deslocação ou de retenção ilícitas, como do art. 11.º, n.º 3, que fixa um prazo de seis semanas ao tribunal ao qual seja apresentado um pedido de regresso para se pronunciar.

Reforçou o TJ que a necessidade, no caso em concreto, de proteger a menor de um eventual prejuízo e de assegurar um justo equilíbrio entre os seus interesses e o dos pais é igualmente de natureza a justificar o recurso à TPU.

Deste modo, o TJ admitiu tratar o processo sob a forma urgente, por um lado, atendendo ao prazo de seis semanas previsto nesta matéria pelo Regulamento (CE) n.º 2201/2003, e por outro, por forma a evitar a degradação das relações do filho com o progenitor do qual foi afastado, o que poderia acarretar um prejuízo irreparável para essas relações.

Um ano após o acórdão *Rinau*, o TJ teve oportunidade de se debruçar novamente sobre o Regulamento (CE) n.º 2201/2003, no acórdão *Detiček*<sup>141</sup>.

No processo principal, Jasna Deticek, de nacionalidade eslovena, e Maurizio Sgueglia, de nacionalidade italiana, casados entre si, viveram em Itália e tiveram uma filha. Em 2007, intentaram uma ação de divórcio em Itália, tendo o juiz italiano, competente quanto ao mérito, decidido confiar provisoriamente a guarda da criança ao

---

espaço de liberdade, de segurança e de justiça, subscrito por todos os Estados-Membros nos Tratados”. Outro princípio que foi também vigorosamente invocado na audiência, e que, nas palavras daquela advogada-geral, constitui “o princípio mais importante que rege quer a Convenção quer o regulamento”, é o da proteção do superior interesse do menor (v., em especial, preâmbulo da Convenção e décimo segundo e décimo terceiro considerandos, bem como art. 12.º, 15.º e 23.º do regulamento; v., também, art. 3.º da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e art. 24.º, n.º 2, da CDFUE).

<sup>141</sup> Cfr. acórdão *Detiček*, de 23 de dezembro de 2009, proc. C-403/09 PPU.



pai. No próprio dia em que a medida provisória foi adotada pelo tribunal italiano, a mãe deslocou-se para a Eslovénia com a filha, então com 10 anos, e instalou-se nesse país. De seguida, requereu ao juiz esloveno, e obteve, uma medida provisória que lhe confiava a guarda da filha.

As questões prejudiciais, no caso, prendiam-se em saber se o tribunal do EM em cujo território se encontra a criança podia, nas condições acima mencionadas, tomar tal medida provisória com base no art. 20.º do Regulamento (CE) n.º 2201/2003. Por outras palavras, o que se pretendia determinar, no âmbito da questão prejudicial, é se, numa hipótese como a do processo principal, é possível obter e fazer reconhecer como prevacente uma decisão judicial proferida com base no art. 20.º, n.º 1, do referido regulamento por um tribunal cuja competência territorial apenas existe em consequência da deslocação da criança.

Entendeu o TJ que o art. 20.º do regulamento deve ser interpretado no sentido de que, em circunstâncias como as do processo principal, não permite a um tribunal de um EM adotar uma medida provisória em matéria de responsabilidade parental, destinada a confiar a guarda de uma criança que se encontra no território desse EM a um dos progenitores, quando um tribunal de outro EM, competente ao abrigo do referido regulamento para conhecer do mérito do litígio relativo à guarda da criança, já tiver proferido uma decisão confiando provisoriamente a guarda dessa criança ao outro progenitor e essa decisão tiver sido declarada executória no território do primeiro EM.

Quanto à tramitação processual, bem se compreende aqui o deferimento pela Terceira Secção do pedido de sujeição do processo à TPU. De facto, o tribunal de reenvio justificou o pedido de tramitação urgente alegando existir uma decisão judicial executória que decreta medidas cautelares, adotada pelo tribunal italiano, que confia a guarda da criança ao pai, e uma decisão judicial contrária, decretando medidas cautelares, adotada pelo tribunal esloveno, que confia a guarda da criança à mãe. Invocou o órgão jurisdicional de reenvio que era necessário atuar rapidamente, uma vez que uma decisão tardia seria contrária ao interesse da criança e poderia conduzir a uma deterioração irreparável das relações entre esta e o pai.

Nesse seguimento e com base nesses fundamentos, foi o pedido de TPU atendido pela respetiva secção designada.

Também no processo *Povse*<sup>142</sup> foram submetidas ao TJ uma série de questões prejudiciais sobre a interpretação das disposições relativas à guarda e ao regresso da criança constantes do Regulamento (CE) n.º 2201/2003, neste caso por um órgão jurisdicional nacional austríaco.

O litígio do processo principal opunha os progenitores de uma criança ilicitamente deslocada<sup>143</sup> pela sua mãe do domicílio comum em Itália para a Áustria. A complexidade deste processo resultava do facto de dois processos, um perante os órgãos jurisdicionais italianos e o outro perante os órgãos jurisdicionais austríacos, terem sido intentados em paralelo e terem tido desfechos diferentes.

A primeira questão prejudicial tinha por objeto a questão de saber se uma medida provisória, como a que foi proferida pelo órgão jurisdicional italiano, que levantou a proibição feita à mãe de sair do território italiano com a criança e atribuiu provisoriamente a guarda aos dois progenitores, autorizando a criança a residir na Áustria até que fosse adotada a decisão definitiva, é uma “decisão sobre a guarda que não determine o regresso da criança” na aceção do art. 10.º, al. b), iv), do Regulamento (CE) n.º 2201/2003. O efeito desta decisão proferida pelo órgão jurisdicional do EM da anterior residência habitual da criança consiste em transferir a competência deste para os tribunais do EM para o qual a criança raptada foi levada.

Sobre esta questão, o TJ declarou que uma decisão provisória não constitui uma “decisão sobre a guarda que não determine o regresso da criança”, na aceção do art. 10.º, al. b), iv), do referido regulamento, e não pode constituir fundamento para uma transferência de competências a favor dos tribunais do EM para o qual a criança foi ilicitamente deslocada.

---

<sup>142</sup> Cfr. acórdão *Povse*, de 1 de julho de 2010, proc. C-211/10.

<sup>143</sup> Quanto ao conceito de deslocação ilícita, veja-se o art. 3.º da Convenção:

“A deslocação ou a retenção de uma criança é considerada ilícita quando:

a) Tenha sido efetivada em violação de um direito de custódia atribuído a uma pessoa ou a uma instituição ou a qualquer outro organismo, individual ou conjuntamente, pela lei do Estado onde a criança tenha a sua residência habitual imediatamente antes da sua transferência ou da sua retenção; e  
b) Este direito estiver a ser exercido de maneira efetiva, individualmente ou em conjunto, no momento da transferência ou da retenção, ou o devesse estar se tais acontecimentos não tivessem ocorrido.

O direito de custódia referido na al. a) pode designadamente resultar quer de uma atribuição de pleno direito, quer de uma decisão judicial ou administrativa, quer de um acordo vigente segundo o direito deste Estado”.

Em segundo lugar, o TJ foi questionado sobre a interpretação do art. 11.º, n.º 8, do mesmo regulamento. Segundo esta disposição, uma decisão de retenção proferida em aplicação do art. 13.º da Convenção da Haia de 1980, como a que foi proferida no caso concreto pelos juízes austríacos a pedido do pai, não se pode opor à execução de qualquer decisão posterior que exija o regresso da criança, proferida por um tribunal competente ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 2201/2003, como a que foi obtida no processo principal pelo pai junto dos órgãos jurisdicionais italiano, depois de proferida a decisão austríaca de retenção. A questão colocada ao TJ consistia em saber se, para ser executória, a decisão que ordene o regresso da criança deve ter por base uma decisão definitiva do mesmo tribunal relativa ao direito de guarda da criança.

O TJ ofereceu uma resposta negativa àquela questão, considerando que semelhante interpretação seria dificilmente conciliável com o objetivo de celeridade prosseguido pelo art. 11.º do mesmo regulamento e com a prioridade dada à competência do tribunal de origem. O TJ precisou ainda que o art. 47.º, n.º 2, § 2, do Regulamento (CE) n.º 2201/2003 deve ser interpretado no sentido de que uma decisão proferida posteriormente por um tribunal do EM de execução, que concede um direito de guarda provisório e é considerada executória por força do direito desse Estado, não pode obstar à execução de uma decisão homologada, proferida anteriormente pelo tribunal competente do EM de origem e que ordena o regresso da criança.

Por último, o TJ declarou que a execução de uma decisão homologada não pode ser recusada no EM de execução, com fundamento no facto de, devido a uma alteração das circunstâncias ocorrida depois de ter sido proferida, ser suscetível de prejudicar gravemente o superior interesse da criança. Com efeito, essa alteração constitui uma questão de fundo que incumbe ao tribunal competente do EM de origem. Em suma, declarou que, devido à repartição de competências entre o tribunal do EM de origem e do EM de execução, este último tribunal não pode senão reconhecer a força executória de uma decisão acompanhada da certidão e que as contestações relativas a esta só podem ser suscitadas no EM de origem.

No que se refere à tramitação do processo, o órgão jurisdicional de reenvio fundamentou o seu pedido de submeter o reenvio prejudicial à TPU alegando que os contactos entre a criança e o pai foram interrompidos, pelo que uma decisão tardia sobre a execução da decisão do órgão jurisdicional nacional italiano, que ordenava o regresso da criança a Itália, agravaria o estado de deterioração das relações entre pai e filha, e

aumentaria, por conseguinte, o risco de danos psíquicos no caso de esta ser obrigada a regressar a Itália.

Sob proposta do juiz-relator, ouvida a advogada-geral, a Terceira Secção do TJ decidiu deferir o pedido do órgão jurisdicional de reenvio no sentido de submeter o reenvio prejudicial a tramitação urgente.

A este respeito, a advogada-geral destacou que o regulamento “pressupõe – e, em certos casos, exige mesmo – que os tribunais e as partes atuem rapidamente em matéria de deslocação ou retenção ilícitas [...] de uma criança. Caso esta rapidez de atuação não seja assegurada na realidade, a aplicação do regulamento será afetada, como o demonstra o presente processo. Em particular, o regulamento visa evitar que a situação se complique devido à criação de novos vínculos que a criança poderia adquirir com o Estado-Membro da deslocação ilícita”<sup>144</sup>.

Ainda no quadro da interpretação do Regulamento (CE) n.º 2201/2003, vejamos também o processo *McB*<sup>145</sup>.

O pedido prejudicial foi apresentado no âmbito de um recurso interposto na Supreme Court (Irlanda) por J. McB., pai de três menores, da decisão da High Court (Irlanda) de 2010, com fundamento no facto de esse órgão jurisdicional ter negado provimento ao seu pedido de emissão de uma decisão ou de um atestado comprovando a ilicitude da deslocação dos menores para o Reino Unido em 2009 por L. E., mãe destes, na aceção do art. 2.º, n.º 11, do regulamento e que o pai dos menores era titular de um direito de guarda à data desta deslocação. J. McB. nunca casou com L. E. Não existe qualquer decisão judicial que lhe atribua o direito de guarda dos filhos comuns na aceção do Regulamento (CE) n.º 2201/2003.

Decidiu o TJ que o regulamento em causa deve ser interpretado no sentido de que não obsta a que o direito de um EM sujeito a aquisição do direito de guarda por parte do pai de um menor, não casado com a mãe deste último, à obtenção por parte do pai de uma decisão do órgão jurisdicional nacional competente que lhe atribua tal direito, que é suscetível de tornar ilícita, nos termos do art. 2.º, n.º 11, daquele regulamento, a deslocação da criança pela mãe ou a sua retenção.

---

<sup>144</sup> Cfr. tomada de posição da advogada-geral Eleanor Sharpston, apresentada em 16 de junho de 2010, § 34.

<sup>145</sup> Cfr. acórdão *McB*, de 05 de outubro de 2010, proc. C-400/10 PPU.

Neste reenvio, o pedido de aplicação da tramitação urgente apresentado pelo órgão de reenvio foi fundamentado com o argumento de que, segundo o 17.º considerando daquele regulamento, em caso de deslocação ilícita de uma criança, deve ser obtido sem demora o seu regresso.

A este respeito, o TJ teve em consideração que resulta da decisão de reenvio que o processo se refere a três menores, com idades, respetivamente, de 3, 7 e 9 anos, e que se encontram separados do pai há mais de um ano. Teve ainda em conta que se trata de menores de tenra idade, em particular no que se refere ao mais novo, prolongar a situação em que se encontravam poderia prejudicar seriamente as relações daqueles com o pai.

Conforme já mencionamos, ao longo dos quase oito anos que constituem o período de referência aqui em estudo, a tramitação prejudicial urgente foi aplicada a requerimento do TJ em apenas uma ocasião. Efetivamente, foi no processo *Aguirre Zarraga*<sup>146</sup> que o presidente do TJ promoveu oficiosamente aquela tramitação, fazendo uso pela primeira vez da faculdade concedida pelo atual n.º 3 do art. 107.º do RPTJ.

Estava em causa, neste processo, a execução de uma decisão proferida pelo tribunal competente (espanhol), acompanhada da respetiva certidão, que ordenava o regresso de uma criança e colocava-se a questão de saber se o tribunal requerido (alemão) teria competência para recusar a execução da referida decisão em caso de violação grave dos direitos da criança. Concretamente, o órgão jurisdicional de reenvio pretendia saber, em primeiro lugar, se o Regulamento (CE) n.º 2201/2003 deve ser interpretado no sentido de que o juiz do EM requerido pode opor-se à execução de uma decisão que ordena o regresso de uma criança tomada com fundamento no art. 11.º, n.º 8, deste regulamento, quando se afigure que a criança em causa não foi ouvida, em violação das disposições do art. 42.º do referido regulamento, interpretadas em conformidade com o direito fundamental enunciado no art. 24.º da CDFUE. Pergunta, em seguida, se, em caso de resposta negativa à primeira questão, este juiz é obrigado a proceder a tal execução quando a certidão que acompanha a decisão em causa está manifestamente errada, na medida em que indica incorretamente que a criança foi ouvida.

---

<sup>146</sup> Cfr. acórdão *Aguirre Zarraga*, de 22 de dezembro de 2010, proc. C-491/10 PPU.

Decidiu o TJ que em circunstâncias como as do processo principal, o tribunal competente do EM de execução não se pode opor à execução de uma decisão, acompanhada da respetiva certidão, que ordena o regresso de uma criança ilicitamente retida, com o fundamento de que o tribunal do EM de origem que proferiu essa decisão terá violado o art. 42.º do Regulamento (CE) n.º 2201/2003, interpretado em conformidade com o art. 24.º da CDFUE, uma vez que a apreciação da existência de tal violação é da exclusiva competência dos tribunais do EM de origem.

Relativamente à tramitação do processo de reenvio, verificou-se que o órgão jurisdicional nacional não emitiu um pedido ao TJ de aplicação da tramitação prejudicial urgente.

Ora, no caso, a criança encontrava-se separada do pai há mais de dois anos e, devido à distância e às relações tensas entre as partes no processo principal, existia um risco sério de se vir a verificar uma ausência total de contactos entre a criança e o pai enquanto permanecesse o processo pendente no tribunal de reenvio, sendo que, por isso, uma tramitação normal dos autos poderia prejudicar seriamente, ou mesmo irreparavelmente, as relações entre o pai e a criança, bem como comprometer ainda mais a integração desta no seu ambiente familiar e social no caso de um eventual regresso a Espanha.

Estando, pois, em causa no processo principal a eventualidade de a separação de uma criança do progenitor ao qual a guarda foi previamente atribuída, ainda que somente a título provisório, poder deteriorar ou prejudicar as relações entre esse progenitor e a criança, e causar danos psíquicos, o próprio presidente do TJ, por nota de 19 de outubro de 2010, pediu à secção designada que examinasse a necessidade de submeter o presente reenvio prejudicial a TPU.

Face às circunstâncias do caso, a secção designada decidiu submeter o reenvio prejudicial a tramitação urgente.

Vejamos, ainda, o acórdão *Mercredi*<sup>147</sup>, no qual o TJ é chamado sobretudo a esclarecer o tribunal de reenvio, a Court of Appeal (England & Wales) (Civil Division) (Reino Unido), sobre um dos conceitos-chave do Regulamento (CE) n.º 2201/2003, o conceito de *residência habitual*.

---

<sup>147</sup> Cfr. acórdão *Mercredi*, de 22 de dezembro de 2010, proc. C-497/10 PPU.

A recorrente, Mercredi, de nacionalidade francesa, e o recorrido, Chaffe, de nacionalidade britânica, são os pais de uma criança igualmente de nacionalidade francesa, nascida fora do casamento no Reino Unido em agosto de 2009. Viveram juntos durante vários anos, até agosto de 2009, data em que pai abandonou o domicílio comum. Em outubro de 2009, ou seja, dois meses mais tarde, a mãe deixou a Inglaterra com a filha e regressou ao seu país de origem, onde a sua família reside, a ilha da Reunião, departamento ultramarino francês, onde chegaram no dia seguinte.

Quanto ao questionado, decidiu o Tribunal que o conceito em causa deve ser interpretado no sentido de que a *residência habitual* corresponde ao lugar que traduz uma certa integração da criança num ambiente social e familiar. Para tanto, e estando em causa a situação de uma criança em idade lactente que se encontra com a mãe apenas há alguns dias num EM diferente do da sua residência habitual, para o qual foi deslocada, devem nomeadamente ser tidas em conta, por um lado, a duração, a regularidade, as condições e as razões da estadia no território desse EM e da mudança da mãe para o referido Estado e, por outro, em razão, designadamente, da idade da criança, as origens geográficas e familiares da mãe, bem como as relações familiares e sociais mantidas por esta e pela criança no mesmo EM.

Mais considerou o Tribunal que tendo em conta todas as circunstâncias de facto específicas de cada caso, dever ser o órgão jurisdicional nacional a fixar a residência habitual da criança, sendo certo que na eventualidade de a aplicação dos critérios referidos levar a concluir que a residência habitual da criança não pode ser fixada, a determinação do tribunal competente deveria ser efetuada com base no critério da “*presença da criança*” na aceção do art. 13.º do regulamento.

No que diz respeito à questão de mérito do reenvio, denotamos neste acórdão uma clara liberdade de decisão que o TJ confere ao órgão jurisdicional nacional no âmbito do processo principal.

O pedido emitido pelo órgão jurisdicional de reenvio para efeitos de submissão do processo à TPU foi deferido pela secção designada, tendo o tribunal de reenvio alegado que enquanto não estiver determinado o tribunal competente, por força do DUE, em matéria de responsabilidade parental relativa à menor em causa naqueles autos, de um ano e quatro meses, não é possível conhecer do pedido principal apresentado pelo pai da menor, no sentido de obter um despacho que lhe permita relacionar-se com a sua filha, com a agravante da distância importante que separa a

residência do pai da residência da criança, que pode lesar seriamente a relação futura desta com o seu pai.

Veja-se ainda o decidido pelo TJ no acórdão *Health Service Executive*<sup>148</sup>, que correu os seus termos sob tramitação prejudicial urgente. Nesta decisão, o TJ pronunciou-se sobre diferentes aspetos do já aludido Regulamento (CE) n.º 2201/2003, cujo art. 56.º regula a colocação transfronteiriça de uma criança numa instituição ou numa família de acolhimento.

No caso, S. C., de dezassete anos, é nacional irlandesa e vivia na Irlanda. A High Court é titular do direito de guarda sobre a menor. Em 2000, S. C. foi colocada no centro de assistência do Health Service Executive (a autoridade oficial responsável pelas crianças entregues aos cuidados públicos na Irlanda). Desde então, S. C. esteve colocada tanto em famílias de acolhimento como em instituições, na Irlanda. O Health Service Executive requereu agora, no âmbito de um pedido de providência cautelar dirigido ao órgão jurisdicional de reenvio, a colocação da menor, em condições de detenção, num centro de segurança de prestação de cuidados terapêuticos e educativos, em Inglaterra. S. C. esteve anteriormente colocada num estabelecimento na Irlanda, em regime de internamento. No passado mais recentemente, tentou suicidar-se em várias ocasiões. Entendeu-se inexistir na Irlanda um centro adequado para receber S. C.

Neste quadro, a High Court pretende saber, antes de mais, se a colocação em condições de detenção, com vista à proteção do menor, está sequer abrangida pelo âmbito de aplicação material do regulamento. As demais questões visam, à luz da tramitação urgente da colocação, essencialmente esclarecer se a decisão que ordena esse tipo de colocação carece de declaração de executoriedade, tal como prevista no art. 28.º do regulamento, e que efeitos produz noutro EM, antes de existir essa mesma declaração de executoriedade. Além disso, a High Court coloca ainda questões relativas às exigências do processo de aprovação nos termos do art. 56.º, n.º 2, do regulamento.

Quanto ao mérito, veio o Tribunal declarar que é abrangida pelo âmbito de aplicação material do Regulamento (CE) n.º 2201/2003 uma decisão de um órgão jurisdicional de um EM que prevê a colocação de uma criança numa instituição de cuidados terapêuticos e educativos em regime de internamento situada noutro EM, e que

---

<sup>148</sup> Cfr. acórdão *Health Service Executive*, de 26 de abril de 2012, proc. C-92/12 PPU.



implica, embora para sua proteção, uma privação de liberdade durante um determinado período.

Entendeu ainda o Tribunal que, no que respeita à força executória de uma decisão de um órgão jurisdicional de um EM que ordena a colocação forçada de uma criança numa instituição em regime de internamento situada noutro EM, tal decisão deve ser declarada executória antes da sua execução no EM requerido. A fim de não privar este regulamento do seu efeito útil, o pedido de declaração de executoriedade deve ser tomado com especial celeridade, sem que os recursos interpostos contra essa decisão do órgão jurisdicional do EM requerido possam ter efeito suspensivo.

A situação em apreço caracterizou-se, assim, por uma excecional urgência atendendo à necessidade de proteger a criança de si própria e à falta de alternativas de colocação adequadas no território nacional. A High Court solicitou que o reenvio prejudicial fosse submetido à tramitação urgente, invocando por um lado, que o processo diz respeito a uma criança, detida contra a sua vontade para sua proteção, numa instituição de prestação de cuidados em regime de internamento. Expõe, por outro lado, que se trata igualmente de um processo respeitante à guarda de uma criança que reside habitualmente na Irlanda e que foi colocada numa instituição de prestação de cuidados em regime de internamento situada no território de outro EM, dependendo a sua própria competência da aplicabilidade do regulamento a este processo de colocação e, por conseguinte, da resposta às questões submetidas. Acrescentou que a criança aproxima-se da maioridade, momento a partir do qual já não será abrangida pela competência do órgão jurisdicional de reenvio em matéria de proteção da infância, exigindo o seu estado que seja colocada numa instituição de prestação de cuidados em regime de internamento por um curto período e devendo ser posto em prática um programa que implique uma liberdade enquadrada e crescente de modo a permitir que seja colocada junto da sua família em Inglaterra.

No processo *C.*<sup>149</sup>, o TJ foi chamado a pronunciar-se sobre o conceito de deslocação ou retenção ilícitas de uma criança na aceção do Regulamento (CE) n.º 2201/2003 e ao processo a adotar quando um órgão jurisdicional seja chamado a pronunciar-se, com base na Convenção de Haia de 1980, sobre um pedido de regresso de uma criança que foi deslocada para noutro EM ou retida ilicitamente noutro EM.

---

<sup>149</sup> Cfr. acórdão *C.*, de 9 de outubro de 2014, proc. C-376/14 PPU.

No caso, C., de nacionalidade francesa, divorciou-se da sua mulher de nacionalidade britânica. A decisão que decretou o divórcio, proferida em França, fixava a residência habitual do filho do casal com a mãe e autorizava esta última a fixar residência na Irlanda, o que esta fez. C. interpôs recurso dessa decisão. Tendo o órgão jurisdicional de recurso francês julgado procedente o seu pedido de que a residência da criança fosse fixada no domicílio do pai, C. intentou uma ação no órgão jurisdicional irlandês de primeira instância para que essa decisão fosse declarada executória e que fosse ordenado o regresso da criança a França. Tendo-lhe esta questão sido submetida em sede de recurso após o indeferimento daquele pedido, o órgão jurisdicional de reenvio irlandês interrogou nomeadamente o Tribunal sobre a questão de saber se o Regulamento (CE) n.º 2201/2003 deve ser interpretado no sentido de que no caso de a deslocação da criança ter ocorrido em conformidade com uma decisão judicial executória provisória que foi, em seguida, revogada por uma decisão judicial que fixou a residência da criança no EM de origem, o não regresso da criança a esse Estado na sequência da segunda decisão é ilícito.

Em primeiro lugar, no que respeita ao pedido de regresso da criança, o TJ recordou a deslocação ou o não regresso ilícitos de uma criança para um Estado pressupõe, por um lado, que a criança tinha residência habitual no EM de origem imediatamente antes da sua deslocação ou do seu não regresso e, por outro, que essa deslocação ou esse não regresso decorra da violação do direito de guarda atribuído nos termos da legislação desse EM. A este respeito, compete ao órgão jurisdicional do EM para onde a criança foi deslocada, chamado a pronunciar-se sobre um pedido de regresso da criança, determinar se a criança ainda tinha residência habitual no EM de origem (França) imediatamente antes do não regresso ilícito invocado. Neste contexto, não milita a favor da declaração de uma transferência da residência habitual da criança o facto de uma decisão judicial que autorizava a deslocação poder ser executada provisoriamente e ter sido objeto de recurso. No entanto, deve ser ponderada com outros elementos de facto que podem demonstrar uma integração da criança num meio social e familiar depois da sua deslocação, em especial, o tempo decorrido entre a deslocação e a decisão judicial que revogou a decisão de primeira instância e que fixou a residência da criança no domicílio do progenitor que permanece no EM de origem, sendo certo que o tempo decorrido desde essa decisão nunca deve ser tido em consideração.

Em segundo lugar, no que respeita à execução do acórdão do órgão jurisdicional de recurso que atribuiu o direito de guarda ao pai no EM de origem, a circunstância de a

residência habitual da criança ter podido mudar na sequência de uma decisão de primeira instância e de essa mudança ter eventualmente sido constatada pelo órgão jurisdicional chamado a pronunciar-se sobre um pedido de regresso, não pode constituir um elemento que o progenitor que retém uma criança em violação de um direito de guarda pode invocar em seu benefício para prolongar a situação de facto criada pela sua conduta ilícita e para se opor à execução da decisão.

O órgão jurisdicional de reenvio pediu que o pedido de reenvio prejudicial fosse sujeito a TPU, invocando que o considerando 17 do Regulamento (CE) n.º 2201/2003 indica que, em caso de deslocação ilícita de uma criança, deve ser obtido sem demora o seu regresso. Por decisão da terceira secção do TJ, foi deferida a aplicação da tramitação urgente.

No caso *Bradbrooke*<sup>150</sup>, o TJ foi chamado a pronunciar-se sobre uma questão prejudicial referente aos n.ºs 6 e 7 do art. 11.º do Regulamento (CE) n.º 2201/2003 pela terceira vez desde a entrada em vigor desse regulamento<sup>151</sup>.

Neste caso, a criança em questão tinha nascido na Polónia em 2011, cujo pai era de nacionalidade britânica e residente na Bélgica, e a mãe de nacionalidade polaca e residente na Polónia, não estando casados entre eles.

Durante o ano de 2012, quando a criança tinha sete meses, a mãe e a criança instalaram-se em Bruxelas, sendo que, a partir dessa instalação, a criança vivia com a mãe e estava regularmente com o pai. Contudo, em outubro de 2012, a mãe partiu para a Polónia com a criança, não tencionado regressar, sem o prévio consentimento do pai.

A questão prejudicial submetida ao TJ prendia-se em saber, por um lado, se as disposições do regulamento se opõem a que o direito de um EM atribua a um tribunal especializado a competência exclusiva para conhecer do processo nas situações de rapto parental, mesmo quando já tenha sido intentado num tribunal um processo relativo à responsabilidade parental em relação à criança. Por outro lado, o órgão de reenvio questiona se as disposições do regulamento se opõem a que a um EM retire ao juiz chamado a pronunciar-se sobre a responsabilidade parental em relação à criança a competência para decidir sobre a guarda da criança, quando o mesmo é competente,

---

<sup>150</sup> Cfr. acórdão *Bradbrooke*, de 9 de janeiro de 2015, proc. C-498/14 PPU.

<sup>151</sup> Após os acórdãos *Rinau*, cit. e *Povse*, cit.

tanto no plano internacional como no plano interno, para decidir sobre as questões de responsabilidade parental em relação à criança.

O TJ respondeu pela negativa, decidindo que as disposições em causa do regulamento devem ser interpretadas no sentido de que não se opõem, em princípio, a que um EM atribua a um tribunal especializado competência para examinar as questões do regresso ou da guarda da criança no âmbito do processo previsto nessas disposições, mesmo quando um órgão jurisdicional já tiver sido chamado a pronunciar-se sobre a responsabilidade parental em relação à criança.

Relativamente aos seus precedentes, este acórdão tem a particularidade de recair sobre um conflito de competências existente entre jurisdições pertencentes ao mesmo EM<sup>152</sup>.

O órgão jurisdicional de reenvio solicitou que o reenvio prejudicial fosse submetido à TPU, devido à extrema urgência do litígio no processo principal, porquanto estava em causa o exercício das responsabilidades parentais e a guarda da criança num contexto em que existia um risco de deterioração irreparável dos laços entre o pai e o filho, que permanecia, à data do reenvio, privado de contacto com o pai.

O TJ teve em conta que a mãe da criança se recusava a dar cumprimento ao acórdão proferido pela cour d'appel de Bruxelles, que, por um lado, lhe ordenou que comunicasse ao pai progenitor o endereço do seu novo lugar de residência com a criança e, por outro, declarou que o pai exercerá um direito de visita ao filho. Em razão desse incumprimento, a criança, de três anos, estava separada do pai há mais de um ano. Considerou ainda o TJ que, o prolongamento daquela situação, caracterizada, além do mais, pela grande distância entre a residência do pai e a residência do filho, poderia comprometer seriamente a futura relação deste com o pai.

Nestas condições, decidiu deferir o pedido do órgão jurisdicional de reenvio no sentido de o pedido de decisão prejudicial ser sujeito a tramitação urgente.

No processo *P.*<sup>153</sup>, o TJ teve ocasião de se pronunciar sobre o alcance da noção de “ordem pública”, no sentido que lhe é conferido pelo art. 23.º, al. a), do Regulamento (CE) n.º 2201/2003, enquanto fundamentos de não-reconhecimento de decisões em

---

<sup>152</sup> Cfr. tomada de posição do advogado-geral Niilo Jääskinen, apresentada em 16 de dezembro de 2014, § 33.

<sup>153</sup> Cfr. acórdão *P.*, de 19 de novembro de 2015, proc. C-455/15 PPU.

matéria de responsabilidade parental, no quadro do controlo da competência da jurisdição do EM de origem.

O litígio principal dizia respeito à possibilidade de uma jurisdição sueca recusar, por motivos de ordem pública, o reconhecimento de uma decisão através da qual uma jurisdição lituana tinha decidido acerca da guarda de uma criança. No caso, estava em causa uma criança que, antes da sua deslocação na Lituânia, tinha o seu domicílio habitual na Suécia, razão pela qual a jurisdição deste último país de considerava como única jurisdição com competência para decidir acerca da residência e guarda da criança.

O TJ sublinhou, desde logo, que o recurso à cláusula de ordem pública, constante do art. 23.º, al. a), do referido regulamento, só é concebível quando, tendo em conta o superior interesse da criança, o reconhecimento da decisão proferida noutro EM colida de forma inaceitável com a ordem jurídica do Estado requerido, por infringir um princípio fundamental. A fim de respeitar a proibição de revisão de mérito da decisão proferida noutro EM, prevista no art. 26.º do mesmo regulamento, a infração deve constituir uma violação manifesta, tendo em conta o superior interesse da criança, de uma regra jurídica considerada essencial na ordem jurídica do Estado requerido ou de um direito reconhecido como fundamental nessa ordem jurídica.

O TJ abordou, posteriormente, a questão de saber se um fundamento de recusa do reconhecimento pode basear-se no facto de a jurisdição nacional que proferiu a decisão colocada em litígio ter retido a competência sem examinar se uma jurisdição de outro EM, com o qual a criança tivesse um laço particular, estivesse em melhores condições para apreciar o caso, nos termos do art. 15.º desse mesmo regulamento.

Decidiu o TJ que há que responder à questão submetida que o art. 23.º, al. a), do Regulamento (CE) n.º 2201/2003 deve ser interpretado no sentido de que, não se verificando uma violação manifesta, tendo em conta o superior interesse da criança, de uma regra jurídica considerada essencial na ordem jurídica de um EM ou de um direito reconhecido como fundamental nessa ordem jurídica, esta disposição não permite que o tribunal desse EM, que se considera competente para se pronunciar sobre a guarda de uma criança, recuse reconhecer a decisão de um tribunal de outro EM que se pronunciou sobre a guarda dessa criança.

O pedido de tramitação prejudicial urgente apresentado pelo órgão de reenvio foi deferido, tendo em conta, em primeiro lugar, o facto de o reenvio prejudicial ter por objeto a interpretação do Regulamento (CE) n.º 2201/2003, que foi adotado, em especial, com fundamento no art. 61.º, al. c), CE, atual art. 67.º TFUE, que figura no

título V da parte III do TFUE, relativo ao ELSJ, de modo que o processo está abrangido pelo âmbito de aplicação da tramitação prejudicial urgente. Em segundo lugar, o TJ teve em consideração o facto de o processo dizer respeito a uma criança de seis anos, separada do pai há mais de um ano, e que, segundo o órgão jurisdicional de reenvio, este deixou de poder estar com ela. Concluiu, quanto à questão da aplicação da tramitação urgente, que o prolongamento da situação atual poderia prejudicar seriamente a relação futura dessa criança com o pai.

Nestas condições, a Quarta Secção do TJ decidiu, mediante proposta do juiz-relator, ouvido o advogado-geral, deferir o pedido do órgão jurisdicional de reenvio de submeter o reenvio prejudicial a tramitação urgente.

### 1.3.2. Vistos, asilo e imigração

Sobre a matéria em epígrafe, cumpre mencionar que o ELSJ caracteriza-se primordialmente como um espaço sem controlos de pessoas na passagem das fronteiras comuns dos EM, ou seja, as fronteiras internas da EU. Isto significa que, como explica Nuno Piçarra, se circula no interior de um só Estado, pelo que deve o controlo de pessoas e a vigilância nas fronteiras externas ser suficientemente eficaz para que tal espaço se possa manter e desenvolver sem défices de segurança<sup>154</sup>.

É no âmbito desta matéria que surgem primordialmente as detenções administrativas de cidadãos provenientes de Estados terceiros que entraram irregularmente no território de um EM e que justificam a condição de urgência. A natureza unicamente administrativa de um processo, sem qualquer relevância a título penal, não releva para a decisão de aplicação da tramitação prejudicial urgente.

Atente-se no acórdão *Kadzoev*<sup>155</sup>, cujo processo tinha por objeto a interpretação do art. 15.º, n.ºs 4 a 6, da Diretiva 2008/115/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, relativa a normas e procedimentos comuns nos EM para o regresso de nacionais de países terceiros em situação irregular<sup>156</sup>.

Este caso abarca uma particular importância, destacada, desde logo, pelo advogado-geral Ján Mazák, que afirma que “sendo a primeira vez em que o Tribunal de

---

<sup>154</sup> Cfr. Piçarra, Nuno, “Fronteiras, Vistos, Asilo e Imigração”, in Silveira, Alessandra, Mariana Canotilho e Pedro Madeira Froufe (coord.), *Direito da União Europeia...*, pp. 245 a 337.

<sup>155</sup> Cfr. acórdão *Kadzoev*, cit.

<sup>156</sup> Cfr. JOUE (2008/L 348/107), pp. 98-107.

Justiça é solicitado a clarificar certos aspetos relativos à aplicação do artigo 15.º desta diretiva, o presente processo prejudicial assume uma importância que ultrapassa a do caso em apreço. Essa importância inscreve-se no processo sensível e contínuo tendente a conciliar o direito inegável do Estado, reconhecido pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, de controlar a entrada e a permanência dos estrangeiros no seu território e o seu interesse legítimo em prevenir eficazmente abusos de direito em matéria de imigração e de asilo, por um lado, com, por outro, as exigências de um Estado de direito e o grau de proteção concedido aos migrantes ao abrigo do direito internacional, do direito comunitário e, em particular, dos direitos humanos e liberdades fundamentais”<sup>157</sup>.

Neste processo, o órgão jurisdicional de reenvio interroga o TJ, essencialmente, sobre a aplicabilidade, ao caso em apreço, das disposições do art. 15.º da diretiva, relativas à duração máxima da detenção para efeitos de afastamento, bem como sobre o modo de cálculo dos prazos previstos para esse efeito, tendo em conta as circunstâncias do processo principal. Interroga também o TJ relativamente à questão de saber em que condições se pode considerar que o afastamento não é razoavelmente possível e se, ou em que circunstâncias, a detenção pode ser mantida quando não há uma perspetiva razoável de afastamento e depois de se terem esgotado as possibilidades de prolongamento do período de duração da detenção. Estas questões foram suscitadas no quadro de um processo no qual o órgão jurisdicional de reenvio foi chamado a pronunciar-se oficiosamente, em última instância, sobre a legalidade e, portanto, sobre a manutenção da detenção do Sr. Said Shamilovich Kadzoev no centro especial de instalação temporária de estrangeiros próximo da cidade de Sófia.

A secção designada resolveu remeter o processo ao Tribunal a fim de ser atribuído a uma formação mais importante, pelo que veio, de facto, a ser remetido pelo Tribunal à Grande Secção.

Decidiu o Tribunal que o art. 15.º, n.ºs 5 e 6 daquela diretiva devem ser interpretados no sentido de que a duração máxima de detenção nela prevista deve incluir o período de detenção cumprido no quadro de um processo de afastamento iniciado antes de o regime da diretiva ser aplicável, sendo certo que o período durante o qual uma pessoa esteve colocada num centro de instalação temporária com fundamento numa decisão tomada ao abrigo das disposições nacionais e comunitárias relativas aos

---

<sup>157</sup> Cfr. tomada de posição do advogado-geral Ján Mazák, apresentada em 10 de novembro de 2009, § 5.

requerentes de asilo não deve ser considerado uma detenção para efeitos de afastamento na aceção do art. 15.º da Diretiva 2008/115/CE. Acrescentou que deve ainda ser interpretado no sentido de que o período durante o qual a execução do despacho de condução coerciva à fronteira esteve suspensa devido a um processo de recurso judicial interposto pelo interessado contra tal despacho é tomado em conta para o cálculo do período de detenção para efeitos de afastamento quando, durante todo o período de apreciação do processo, o interessado permaneceu num centro de instalação temporária.

Relativamente a este caso, e conform destaca Paoli Iannuccelli, a privação de liberdade que pode ser suscetível de determinar uma urgência não depende necessariamente da aplicação de uma sanção penal, o que é comprovado precisamente neste caso, no qual estava em causa uma detenção administrativa<sup>158</sup>, tendo sido deferido o pedido de TPU.

Ainda quanto a esta matéria, seguiu-se o caso *El Dridi*<sup>159</sup>, no qual o órgão jurisdicional de reenvio, a Corte d'appello di Trento (Itália), submeteu ao TJ duas questões prejudiciais que tinham por objeto a interpretação dos art. 15.º e 16.º da Diretiva 2008/115/CE, e que tinham a seguinte redação:

“À luz do princípio da cooperação leal, cujo efeito útil é alcançar os objetivos da diretiva, e dos princípios de proporcionalidade, da adequação e da razoabilidade da pena, os artigos 15.º e 16.º da Diretiva 2008/115/CE [...] obstam:

- 1) à possibilidade de punir, enquanto crime, a violação de uma fase intermédia do procedimento administrativo de regresso, antes de este estar concluído, recorrendo ao máximo rigor ainda possível em matéria de coerção administrativa?
- 2) à possibilidade de punir com pena de prisão que pode ir até quatro anos a simples falta de cooperação, por parte do interessado, no procedimento de expulsão, e em especial, a hipótese de inobservância da primeira ordem de afastamento por parte da autoridade administrativa?”.

O órgão reenvio considera a resposta do TJ necessária para poder julgar o recurso interposto por H. El Dridi, nacional de um país terceiro em situação irregular em Itália, da sentença proferida pelo Tribunale di Trento, pela qual esse tribunal o

---

<sup>158</sup> Cfr. Tizzano, Antonio e Paolo Iannuccelli, “La procédure préjudicielle d’urgence devant la Cour de justice : premier bilan et nouvelles questions”, in *Il Diritto dell’Unione Europea*, n.º 1, 2012, p. 114.

<sup>159</sup> Cfr. acórdão *El Dridi*, de 28 de abril de 2011, proc. C-61/11 PPU.



condenou a uma pena de um ano de prisão pelo delito, verificado em 29 de setembro de 2010, de não ter obedecido à ordem dada pelo Questore de deixar o território do Estado no prazo de cinco dias.

Quanto à questão de mérito, decidiu o Tribunal que a Diretiva 2008/115/CE, nomeadamente quanto aos art. 15.º e 16.º, deve ser interpretada no sentido de que se opõe à legislação de um EM, como a que estava em causa no processo principal, que determina a aplicação de uma pena de prisão a um nacional de um país terceiro, em situação irregular, unicamente porque este, sem motivo justificado, permanece no território desse EM em violação de uma ordem de deixar o referido território num prazo determinado.

O órgão jurisdicional nacional emitiu um pedido de submissão do processo a tramitação prejudicial urgente com o fundamento de que se encontrava detido um indivíduo para execução da pena a que foi condenado pelo Tribunale di Trento, pedido esse que veio a ser deferido atenta a verificação do preenchimento dos pressupostos de que depende a TPU.

Vejamos ainda o caso *Imran*<sup>160</sup>, não obstante o TJ não se ter pronunciado sobre as questões prejudiciais que lhe foram apresentadas, por no decurso do reenvio as circunstâncias de facto se terem alterado, tornando aquelas questões hipotéticas. Como sabemos, e segundo jurisprudência constante, o reenvio encontra a sua justificação na necessidade inerente à resolução efetiva de um litígio, e não questões hipotéticas. Importa, contudo, perceber as circunstâncias no âmbito das quais foi deferido o pedido de tramitação prejudicial urgente.

O órgão jurisdicional holandês de reenvio colocou uma questão interessante referente aos critérios de integração introduzidos em várias legislações nacionais para beneficiar do reagrupamento familiar<sup>161</sup>. O juiz nacional questionou se a obrigação imposta pela regulamentação neerlandesa aos membros da família de nacionais de países terceiros que pretendam beneficiar do direito ao reagrupamento familiar, de serem aprovados, no estrangeiro, num exame sobre a integração cívica, antes de se poderem juntar à sua família nos Países Baixos, não constitui uma interpretação

---

<sup>160</sup> Cfr. despacho *Imran*, de 10 de junho de 2011, proc. C-155/11 PPU.

<sup>161</sup> Sobre esta matéria cfr. Groenendijk, Kees, “Pre-departures Integration Strategies in the European Union: Integration or Immigration Policy?”, in *European Journal of Migration and Law*, n.º 13, 2011.

demasiado estrita do artigo 7.º, n.º 2, da Diretiva 2003/86/CE do Conselho, de 22 de setembro de 2003, relativa ao direito ao reagrupamento familiar<sup>162</sup>. Esta disposição normativa determina que “os EM podem exigir que os nacionais de países terceiros cumpram medidas de integração, em conformidade com o direito nacional”.

Sucedeu que o Governo neerlandês comunicou ao TJ que tinha caducado a decisão de 15 de fevereiro de 2010 contra a qual é dirigido o recurso no processo principal, uma vez que, através da decisão de 12 de maio de 2011, a reclamação de 10 de agosto de 2009 de B. Mohammad Imran foi declarada procedente após reapreciação. Esta informação foi confirmada, no essencial, pelo órgão jurisdicional de reenvio.

Observe-se que o pedido de autorização de residência provisória apresentado por B. Mohammad Imran foi deferido e que, conseqüentemente, o litígio no processo principal deixou de ter objecto. Nestas circunstâncias, o órgão jurisdicional de reenvio considera que as questões prejudiciais perderam o seu carácter urgente e pede ao Tribunal de Justiça que não dê seguimento à tramitação processual prevista no art. 104.º-B do Regulamento de Processo. Todavia, considera que, de momento, não é oportuno retirar o pedido de decisão prejudicial, na medida em que B. Mohammad Imran ainda não desistiu do seu recurso da decisão de 15 de fevereiro de 2010 e que, além disso, pretende intentar uma ação de indemnização nesse tribunal.

Por esses motivos, decidiu o TJ por despacho que não há que decidir do pedido de decisão prejudicial.

O órgão jurisdicional nacional de reenvio pediu que o reenvio prejudicial fosse submetido a tramitação urgente, pedido esse que foi deferido pelo TJ.

Vejamos ainda o acórdão *Vo*<sup>163</sup>, respeitante à interpretação dos art. 21.º e 34.º do Regulamento (CE) n.º 810/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho de 2009, que estabelece o Código Comunitário de Vistos (Código de Vistos)<sup>164</sup>.

A questão que se colocava no pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Bundesgerichtshof (Alemanha) consiste, no essencial, em saber se o DUE, designadamente os art. 21.º e 34.º do Código de Vistos, se opõe a que um EM sancione penalmente uma pessoa por auxílio à imigração ilegal, apesar de os emigrantes em

---

<sup>162</sup> Cfr. JOUE (2003/L 251/12), pp. 12-18.

<sup>163</sup> Cfr. acórdão *Vo*, de 10 de abril de 2012, proc. C-83/12 PPU.

<sup>164</sup> Cfr. JOUE (2009/L 243/1), pp. 1-58.

causa possuírem vistos uniformes aparentemente válidos que, embora obtidos de forma fraudulenta, ainda não tinham sido anulados. Esta questão baseia-se na possível relação entre o procedimento administrativo que visa a anulação de um visto, que diz respeito ao titular do mesmo, por um lado, e o processo penal que visa a penalização do auxílio à imigração ilegal, que é relativo ao passador, por outro.

O Bundesgerichtshof (Alemanha), órgão jurisdicional de reenvio, pediu a aplicação da tramitação prejudicial urgente, fundamentando o seu pedido alegando que o Sr. Vo, condenado numa pena de prisão de quatro anos e três meses, por crime de auxílio à imigração ilegal praticado com fins lucrativos e em organização, está preso preventivamente, de forma contínua, desde 1 de janeiro de 2011, e que, caso o Tribunal de Justiça responda afirmativamente à questão prejudicial, o Sr. Vo não pode ser alvo de um processo penal e, por conseguinte, a sua prisão deixa de ter fundamento.

Este pedido foi deferido, tendo o TJ tido em conta que no processo principal estava em causa a possível libertação de um cidadão vietnamita em cumprimento de pena de prisão em consequência da interpretação das referidas normas.

Nesta decisão, o Tribunal precisou a sua jurisprudência referente a política dos vistos, no seguimento do pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Bundesgerichtshof no âmbito de um processo penal contra um nacional vietnamita por ter feito entrar, no território alemão, cidadãos de países terceiros titulares de vistos obtidos fraudulentamente.

O TJ declarou que os art. 21.º e 34.º do Código de Vistos não se opõem a disposições nacionais que punem criminalmente o auxílio à imigração ilegal nos casos em que as pessoas infiltradas, nacionais de países terceiros, dispõem de um visto que obtiveram por meios fraudulentos, enganando as autoridades competentes do EM emitente sobre a verdadeira finalidade da viagem, sem que esse visto tenha sido previamente anulado.

Em 2012, mais de dois anos após o acórdão *Melki e Abdeli*<sup>165</sup> que analisaremos adiante e que seguiu a TPA, o Tribunal interpretou, no processo *Adil*<sup>166</sup>, os art. 20.º e 21.º

---

<sup>165</sup> Cfr. acórdão *Melki e Abdeli*, cit..

<sup>166</sup> Cfr. acórdão *Adil*, de 19 de julho de 2012, proc. C-278/12 PPU.

do Regulamento (CE) n.º 562/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2006 (Código das Fronteiras Schengen)<sup>167</sup>.

O caso desencadeou-se por ocasião de um pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Raad van State do Reino dos Países Baixos relativamente a um litígio que opunha um nacional de um país terceiro, colocado em detenção administrativa por causa do carácter irregular da sua situação no território neerlandês, após ter sido objeto de um controlo efetuado nos Países Baixos na zona fronteiriça com a Alemanha no Minister voor Immigratie, Integratie en Asiel (Ministério da Emigração, da Integração e do Asilo), a respeito da legalidade desse controlo e, nessa medida, da medida de detenção que lhe foi aplicada. Resulta do processo nacional que, no momento em que lhe foi feito o controlo, o Sr. Adil informou a Koninklijke Marechaussee<sup>168</sup> da sua intenção de apresentar um pedido de asilo.

A questão que se colocava no pedido de decisão prejudicial proveniente do Raad van State consiste, no essencial, em saber se o art. 21.º, al. a), do Código das Fronteiras Schengen, que enuncia o princípio da proibição dos controlos equiparados aos controlos nas fronteiras, se opõe à regulamentação nacional relativa aos controlos “MTV” (controlo móvel em matéria de segurança, designado “Mobiel Toezicht Veiligheid”). O órgão jurisdicional de reenvio pede, em substância, ao TJ que se digne esclarecer a interpretação que prestou no acórdão *Melki e Abdeli*.

Neste processo, a urgência prendia-se com o facto de as respostas do TJ às questões colocadas pelo órgão de reenvio poderem determinar a imediata libertação do Sr. Adil, o qual estava detido em virtude da sua entrada irregular no território da União. Com efeito, o órgão de reenvio fundamentou o pedido de tramitação prejudicial urgente declarando que o processo suscita questões relativas ao domínio das políticas do ELSJ e que as respostas a essas questões são pertinentes para decidir sobre a detenção administrativa do Sr. Adil. A decisão de reenvio não faz qualquer referência ao pedido de asilo pelo Sr. Adil.

---

<sup>167</sup> Regulamento que estabelece o código comunitário relativo ao regime de passagem de pessoas nas fronteiras (Código das Fronteiras Schengen), JOUE (2006/L 105/1), pp. 1-32.

<sup>168</sup> Na audiência, o Governo neerlandês explicou que a Koninklijke Marechaussee é responsável designadamente pela vigilância da família real, do Banco Central, das fronteiras externas e dos estrangeiros.

Tendo essas circunstâncias em consideração, a Segunda Secção do TJ decidiu deferir o pedido do órgão jurisdicional de reenvio e de desencadear a tramitação prejudicial urgente.

A advogada-geral Eleanor Sharpston salienta que resulta das observações do Governo neerlandês que o Sr. Adil foi colocado em situação de detenção no contexto da sua apresentação de um pedido de asilo e devido ao risco eventual de tentar subtrair-se aos controlos das autoridades durante o tratamento do pedido se não estivesse em detenção administrativa. Uma vez que a detenção do Sr. Adil depende, não da legalidade do controlo que lhe foi feito, mas aparentemente apenas do tratamento do pedido de asilo, salienta ainda que os efeitos das respostas do TJ às questões prejudiciais sobre a sua detenção deixam de ser evidentes.

Neste seguimento, a advogada-geral expõe que a tramitação prejudicial urgente foi instituída, “expressa e exclusivamente, para responder à necessidade imperiosa de tratar certas categorias de processos – designadamente, aquelas em que a legalidade da detenção de uma pessoa depende da resposta que o Tribunal de Justiça venha a dar às questões prejudiciais submetidas – «no mais curto prazo»” e que se trata de “um procedimento excecional que apenas pode ser desencadeado para os processos que devam ser realmente resolvidos com urgência. A tramitação urgente no Tribunal requer a mobilização de um concentrado de recursos, quer judiciais que administrativos. Assim, se esse procedimento for demasiado solicitado, perturbará o tratamento dos outros processos pendentes no Tribunal. É óbvio que não deve ser solicitado (por exemplo) com o intuito de obter uma resposta mais rápida quando os factos subjacentes o não justificam. Por estas razões, o PPU só deve ser pedido quando as circunstâncias que o justificam se verificarem realmente. Assim, o juiz nacional é obrigado a expor na sua decisão de reenvio todos os elementos de direito e de facto que provam a urgência e justificam a aplicação do PPU. Esta obrigação constitui a contrapartida dos princípios da solidariedade e da cooperação que gerem as relações entre os tribunais nacionais e o nosso Tribunal. O juiz nacional não deve omitir os elementos que são pertinentes para a apreciação, pelo Tribunal de Justiça, da necessidade de submeter o reenvio a esse procedimento excecional”<sup>169</sup>.

---

<sup>169</sup> Cfr. tomada de posição da advogada-geral Eleanor Sharpston, apresentada em 9 de julho de 2012, §§ 32 e 33.

Veio o TJ declarar que os art. 20.º e 21.º do regulamento em questão não se opõem a uma legislação nacional que permite que os funcionários encarregados da vigilância das fronteiras e do controlo dos estrangeiros procedam a controlos, numa zona geográfica de 20 quilómetros a partir da fronteira terrestre entre um EM e os Estados partes na CAAS, com a finalidade de verificar se as pessoas controladas preenchem os requisitos de permanência legal aplicáveis no EM em causa, quando esses controlos tenham por base informações gerais e na experiência em matéria de permanência ilegal de pessoas nos locais dos controlos, quando também podem ser efetuados em medida limitada a fim de obter essas informações gerais e dados ligados à experiência nesta matéria e quando o seu exercício está sujeito a certas limitações relativas, designadamente, à sua intensidade e à sua frequência. Considerou o Tribunal que, por um lado, estes controlos não constituem controlos de fronteira proibidos pelo art. 20.º do Regulamento (CE) n.º 562/2006 e, que por outro, o art. 21.º, al. a), deste regulamento proíbe esses controlos somente quando têm um efeito equivalente ao dos controlos de fronteira.

O TJ interpretou ainda no acórdão *G. e R.*<sup>170</sup> os n.ºs 2 e 6 do art. 15.º da Diretiva 2008/115/CE.

O pedido de decisão prejudicial, submetido pelo Raad van State (Países Baixos) foi apresentado no âmbito de um litígio que opõe M. G. e N. R., dois nacionais de países terceiros que permaneciam em situação irregular nos Países Baixos, ao *Staatssecretaris van Veiligheid en Justitie* (a seguir «*Staatssecretaris*»), acerca da legalidade das medidas de prorrogação da sua detenção adotadas em aplicação do art. 15.º, n.º 6, da Diretiva 2008/115/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, relativa a normas e procedimentos comuns nos EM para o regresso de nacionais de países terceiros em situação irregular, à luz do art. 41.º, n.º 2, al. a), da CDFUE. A questão que se coloca no presente pedido de decisão prejudicial é relativa ao âmbito do direito de qualquer pessoa a ser ouvida antes de ser tomada a seu respeito qualquer medida individual que a afete desfavoravelmente, consagrado no supra referido art. 41.º, n.º 2, al. a), e, mais especificamente, às consequências jurídicas duma violação deste direito.

---

<sup>170</sup> Cfr. acórdão *G. e R.*, de 10 de setembro de 2013, proc. C-383/13 PPU.

O TJ declarou que a não observância dos direitos de defesa, quando da adoção de uma decisão de prorrogação da detenção de um nacional em situação irregular com vista ao seu afastamento, não conduz automaticamente ao levantamento da detenção. O juiz nacional deve, no entanto, segundo o TJ, verificar se tal violação privou efetivamente aquele que a invoca da possibilidade de melhor se defender, de tal forma que o procedimento administrativo que conduziu à manutenção da detenção teria podido conduzir a um resultado diferente.

O órgão jurisdicional de reenvio pediu a aplicação da tramitação urgente e fundamentou o pedido expondo que os nacionais de países terceiros em causa nos litígios que lhe foram submetidos se encontram detidos e que a sua situação recai no âmbito de aplicação das disposições do título V do TFUE, relativas ao ELSJ. Em caso de resposta afirmativa à questão prejudicial, as medidas de detenção deveriam ser imediatamente levantadas. Em caso de resposta negativa, seria efetivamente possível uma ponderação dos interesses, ponderação a que o órgão jurisdicional nacional deveria proceder, apreciando com diligência se a mesma deve ou não determinar o levantamento das medidas de detenção. O órgão jurisdicional de reenvio salientou igualmente que se encontra pendente em diversos tribunais neerlandeses um determinado número de processos análogos.

Foi aquele pedido deferido pela Segunda Secção do TJ, tendo sido tido em consideração o facto de, como salienta o órgão jurisdicional de reenvio, os recorrentes nos processos principais se encontram privados de liberdade e que a resolução dos litígios nos processos principais seria suscetível de ter como consequência o imediato termo a essa privação de liberdade.

Seguiu-se o acórdão *Mahdi*<sup>171</sup>, no qual o TJ é pela quarta vez<sup>172</sup> chamado a pronunciar-se ao abrigo da tramitação prejudicial urgente sobre a interpretação das disposições da Diretiva 2008/115/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2008.

Este processo respeita a um cidadão sudanês, colocado num centro de detenção especial na Bulgária para a execução de uma medida de condução à fronteira, numa situação em que ainda não tinha expirado o prazo de seis meses previsto na decisão de

---

<sup>171</sup> Cfr. acórdão *Mahdi*, de 5 de junho de 2014, proc. C-146/14 PPU.

<sup>172</sup> Os processos anteriores dizem respeito aos acórdãos *Kadzoev*, cit.; *El Dridi* cit.; e *G. e R.*, cit.

detenção inicial. Tendo o interessado recusado regressar voluntariamente, a sua embaixada recusou emitir-lhe um documento de viagem, razão pela qual não foi possível executar a decisão de condução à fronteira.

O órgão jurisdicional de reenvio, o Administrativen sad Sofia-grad (Tribunal Administrativo de Sófia, Bulgária) submeteu ao TJ duas questões de índole processual, concretamente se, quando reaprecia a situação do interessado após ter terminado o prazo de detenção inicial, a autoridade administrativa competente deve adotar um novo ato escrito que indique os fundamentos de direito e de facto, e se a fiscalização da legalidade desse ato exige que a autoridade judicial competente se possa pronunciar sobre o mérito do processo.

O TJ veio recordar que, no âmbito da Diretiva 2008/115/CE, a única exigência expressamente prevista no art. 15.º da referida diretiva quanto à adoção de um ato escrito é a enunciada no n.º 2 deste art., a saber, que a detenção seja ordenada por escrito com menção das razões de facto e de direito. Esta exigência deve ser entendida no sentido de que também abrange qualquer decisão sobre a prorrogação da detenção, na medida em que a detenção e a prorrogação têm natureza análoga e em que o nacional deve ter a possibilidade de conhecer os fundamentos da decisão tomada a seu respeito. O Tribunal declarou assim que, no caso de, antes de submeterem o litígio ao órgão jurisdicional administrativo, as autoridades búlgaras terem deliberado sobre o seguimento a dar à detenção, era necessário um ato escrito contendo os fundamentos de direito e de facto. Em contrapartida, na hipótese de as autoridades búlgaras só terem procedido a uma reapreciação da situação do Sr. Mahdi sem se pronunciarem sobre o pedido de prorrogação, essas autoridades não tinham a obrigação de adotar expressamente um ato formal uma vez que não existem disposições nesse sentido na Diretiva 2008/115/CE.

Além disso, o TJ considerou que, quando uma autoridade judicial se pronuncia sobre a legalidade de uma decisão de prorrogação de uma detenção inicial, deve obrigatoriamente estar em condições de se pronunciar sobre todos os elementos de facto e de direito que sejam pertinentes para determinar se a prorrogação é justificada, o que exige uma análise aprofundada dos elementos de facto pertinentes para proferir essa decisão. Daqui resulta que os poderes de que a autoridade judicial dispõe no âmbito de tal fiscalização não podem, em nenhuma circunstância, limitar-se apenas aos elementos apresentados pela autoridade administrativa.



O TJ recordou ainda que o risco de fuga é um elemento a tomar em consideração no âmbito da detenção inicial. No entanto, no que respeita à prorrogação de uma detenção, o risco de fuga não é um dos dois pressupostos da prorrogação que figuram na Diretiva 2008/115/CE. Deste modo, esse risco só é pertinente no que respeita à reapreciação dos pressupostos que deram inicialmente lugar à detenção. Logo, tal impõe que sejam apreciadas as circunstâncias factuais da situação da pessoa em causa para analisar se pode ser aplicada eficazmente contra este uma medida menos coerciva. Só em caso de manutenção do risco de fuga é que a falta de documentos de identidade poderá ser tomada em consideração. Concluiu que a falta de documentos não pode, por si só, justificar uma prorrogação da detenção.

No pedido de aplicação da tramitação urgente efetuado pelo juiz de reenvio, este órgão explanou que o nacional do país terceiro em causa no processo principal se encontra detido e que a sua situação é abrangida pelo âmbito de aplicação das disposições do título V do TFUE relativas ao ELSJ. Ressalvou que a resposta do TJ às questões prejudiciais tem uma influência determinante na questão de saber se aquele deve ser mantido no centro de detenção de Busmantsi ou se deve ser libertado. Tendo em conta esses fundamentos, foi o pedido deferido pela Terceira Secção do TJ.

Ainda quanto a matéria de vistos, asilo e imigração, atente-se no processo *N.*<sup>173</sup>.

Em 1995, J.N. apresentou um primeiro pedido de asilo nos Países Baixos, o qual foi indeferido em 1996. Em 2102 e 2013, J.N. apresentou novos pedidos de asilo, tendo em 2014 o Secretário de Estado indeferido o último destes pedidos, e ordenado que J.N. abandonasse imediatamente a União Europeia, tendo-lhe ainda imposto uma proibição de entrada com uma duração de dez anos. O recurso dessa decisão foi julgado improcedente por sentença transitada em julgado. Entre 1999 e 2015, J.N. foi condenado vinte e uma vezes em multas e penas de prisão por diversas infrações (na sua maioria furtos). Por último, em 2015, J.N. foi preso pela prática de um crime de furto e por não ter respeitado a proibição de entrada que lhe tinha sido imposta. Foi condenado a nova pena de prisão e, seguidamente, colocado em detenção na qualidade de requerente de asilo. Quando cumpria a pena de prisão, J.N. apresentou um quarto pedido de asilo.

---

<sup>173</sup> Cfr. acórdão *N.*, cit..

Nesse seguimento, o Raad van State (Conselho de Estado, Países Baixos), chamado a conhecer de um recurso interposto por J.N., veio submeter uma questão prejudicial ao TJ. O órgão jurisdicional de reenvio invoca a jurisprudência do TEDH relativa aos casos em que a detenção de um requerente de asilo pode ser ordenada, nomeadamente o acórdão *Nabil e o. C. Hungria*<sup>174</sup> e interroga-se, nestas condições, acerca da validade da Diretiva 2013/33/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, que estabelece normas em matéria de acolhimento dos requerentes de proteção internacional<sup>175</sup>, em matéria de acolhimento dos requerentes de proteção internacional, que autoriza a detenção de um requerente de asilo quando a proteção da segurança nacional ou da ordem pública o exige.

O TJ teve que se pronunciar pela primeira vez sobre a questão da compatibilidade do art. 8.º da Diretiva 2013/33/UE, com o art. 6.º da CDFUE (e art. 5.º da CEDH). Contudo, em razão da questão prejudicial que lhe foi submetida, teve que se limitar à análise do caso específico do art. 8.º, n.º 3, al. e), da diretiva.

No seu acórdão, o começa por constatar que a medida de detenção, prevista pela diretiva, corresponde efetivamente a um objetivo de interesse geral reconhecido pela União. Recorda que a proteção da segurança nacional e da ordem pública contribui igualmente para a proteção dos direitos e liberdades de terceiros. A este respeito, a CDFUE enuncia o direito das pessoas não só à liberdade mas também à segurança.

O TJ examina seguidamente se o legislador da União se circunscreveu aos limites daquilo que é adequado e necessário à realização dos objetivos legítimos prosseguidos, e se respeitou o justo equilíbrio entre o direito à liberdade do requerente de asilo e as exigências respeitantes à proteção da segurança nacional ou da ordem pública. Tendo em consideração a importância do direito à liberdade e à gravidade da ingerência nesse direito que uma medida de detenção constitui, o TJ sublinha que as restrições ao seu exercício devem ocorrer na estrita medida do necessário.

O TJ refere que a possibilidade de deter um requente de asilo está sujeita à observância de um conjunto de condições, relativas, nomeadamente, à duração da detenção (que deve ser a mais breve possível)<sup>176</sup>. Recorda ainda que decorre do dever de

---

<sup>174</sup> Cfr. acórdão do TEDH, de 22 de setembro de 2015, *Nabil e o. c. Hungria*, n.º 62116/12.

<sup>175</sup> Cfr. JOUE (2013/L 180/96), pp. 96-116.

<sup>176</sup> Acrescenta que a delimitação estrita a que está sujeito o poder reconhecido às autoridades nacionais competentes nesse contexto é igualmente assegurada pela interpretação dos conceitos de «segurança nacional» e de «ordem pública». Assim, o TJ declarou que o conceito de «ordem pública» pressupõe, em

lealdade dos EM bem como das exigências de eficácia que a obrigação imposta aos EM de procederem ao afastamento, nas hipóteses enunciadas na diretiva, deve ser cumprida o mais rapidamente possível. Esta obrigação não seria respeitada se a execução de uma decisão de regresso fosse atrasada pelo facto de, após o indeferimento do pedido de proteção internacional em primeira instância, o processo não poder ser retomado na fase em que tinha sido interrompido, mas ter de recomeçar.

Por último, sublinha o TJ que, ao habilitar os EM a tomarem medidas de detenção por motivos de segurança nacional ou de ordem pública, a Diretiva 2013/33/UE não ignora o nível de proteção oferecido pelo art. 5.º, n.º 1, al. f), segunda parte, da CEDH, que permite a detenção de uma pessoa contra a qual está em curso um processo de expulsão.

Em conclusão, o TJ declarou que a validade da Diretiva 2013/33/UE, na medida em que autoriza essas medidas de detenção, cujo alcance está estritamente delimitado a fim de satisfazer as exigências de proporcionalidade, não pode ser posta em causa, e que o exame do art. 8.º, n.º 3, § 1, al. e), da Diretiva 2013/33/UE, não revelou nenhum elemento suscetível de afetar a validade desta disposição à luz dos art. 6.º e 52.º, n.ºs 1 e 3, da CDFUE. Neste caso em concreto, a compatibilidade com o direito à liberdade estava confirmado.

A nosso ver, o elemento essencial tido em conta pelo TJ no acórdão vindo de analisar foi o facto de uma decisão de regresso já ter sido proferida e tornada definitiva. Afigura-se incontestável que as exigências decorrentes do acórdão *Nabil e o. C. Hungria* tenham sido respeitadas no caso em concreto, porquanto estava em curso um processo de expulsão ou de extradição. Acresce que o TJ deu a entender ao órgão jurisdicional de reenvio que a sua jurisprudência relativamente à caducidade de uma decisão de regresso aquando da apresentação de um novo pedido de proteção internacional, previsto pela lei nacional no momento dos factos, violaria o efeito útil da Diretiva 2008/115/CE.

---

qualquer caso, além da perturbação da ordem social que qualquer infração à lei implica, a existência de uma ameaça real, atual e suficientemente grave para um interesse fundamental da sociedade. Quanto ao conceito de «segurança nacional», decorre da jurisprudência do TJ que o mesmo cobre a segurança interna de um EM e a sua segurança externa. Consequentemente, o facto de prejudicar o funcionamento das instituições e dos serviços públicos essenciais assim como a sobrevivência da população, tal como o risco de uma perturbação grave das relações externas ou da coexistência pacífica dos povos, ou ainda a lesão de interesses militares podem afetar a segurança pública.

O órgão jurisdicional de reenvio pediu que o reenvio prejudicial fosse submetido à tramitação prejudicial urgente invocando que J. N. se encontrava então privado da sua liberdade. Precisou, no entanto, que desde 23 de outubro de 2015, J. N. já não se encontrava em detenção administrativa de estrangeiro, mas em detenção penal. O órgão jurisdicional de reenvio indicou, contudo, que, no termo desta pena (ou seja, em 1 de dezembro de 2015) J. N. seria, sem dúvida, em conformidade com a prática do Secretário de Estado, colocado de novo em detenção.

Posto isto, o TJ decidiu deferir o pedido do órgão jurisdicional de reenvio no sentido de submeter o pedido de decisão prejudicial a tramitação urgente e considerou que a dimensão da questão submetida merecia a atenção da Grande Secção.

Note-se ainda que o TJ considerou que era conveniente não limitar a fase escrita do processo (como prevê o art. 109.º do RPTJ) apenas às partes que dominam a língua do processo (no caso concreto, as partes no processo principal, o Reino dos Países Baixos, o Parlamento Europeu, o Conselho da União Europeia e a Comissão Europeia), e, em consequência, em aplicação do art. 24.º do ETJ, solicitava às partes e a outros interessados referidos no art. 23.º do ETJ que tomassem posição por escrito sobre uma série de perguntas. Com isto, o TJ contribuiu sem dúvida para que o processo beneficie de uma instrução mais aprofundada do que aquela que teria permitido um processo prejudicial de urgência clássico.

Efetivamente, o art. 267.º, § último, do TFUE dispõe que, se uma questão prejudicial for suscitada em processo pendente perante um órgão jurisdicional nacional relativamente a uma pessoa que se encontre detida, o TJ pronunciar-se-á “com a maior brevidade possível”. A advogada-geral Eleanor Sharpston salvaguarda que aquela norma somente fará sentido se a resposta do TJ à questão prejudicial tiver pertinência para a detenção da pessoa em causa e tiver incidência sobre essa detenção. Acrescenta que “[s]e assim não for, pouco importa que o Tribunal de Justiça tramite o processo com maior ou menor rapidez. Mesmo quando esta condição está preenchida, em minha opinião, nada permite, porém, concluir que o Tribunal de Justiça seria obrigado a ir mais depressa do que é permitido pela natureza, sensibilidade ou complexidade das questões submetidas. Assim acontece, em particular, quando o Tribunal de Justiça considera que a instrução do processo exige que todos os interessados referidos no artigo 23.º do Estatuto do Tribunal de Justiça tenham possibilidade de tomar posição por escrito. Com efeito, o Tribunal de Justiça dispõe não de um único instrumento processual para a tramitação dos reenvios prejudiciais urgentes, mas de dois, sendo o

segundo o processo prejudicial acelerado previsto no artigo 105.º do Regulamento de Processo. Ora, uma das principais diferenças deste último relativamente ao processo prejudicial urgente reside precisamente no facto de a participação na sua fase escrita ser aberta a todos os referidos interessados. Este processo prejudicial acelerado pode certamente ser tramitado a um ritmo que tenha devidamente em conta a regra estabelecida no artigo 267.º, último §, TFUE e, por conseguinte, revelar-se apropriado para a tramitação de um reenvio prejudicial como o presente”<sup>177</sup>.

Cumprindo, ainda, analisar o caso *Mirza*<sup>178</sup>, no qual um nacional paquistanês, que deu nome ao processo, entrou ilegalmente no território húngaro proveniente da Sérvia em 2015, tendo apresentado um primeiro pedido de proteção internacional na Hungria. Durante esse processo, Mirza abandonou o local de permanência que lhe tinha sido fixado pelas autoridades húngaras, razão pela qual estas puseram termo à análise do pedido por terem considerado que o requerente tinha retirado tacitamente o seu pedido.

Posteriormente, Mirza foi interpelado na República Checa quando tentava chegar à Áustria. As autoridades checas pediram à Hungria que readmitisse o interessado, pedido que foi aceite pela Hungria. Mirza apresentou então um segundo pedido de proteção internacional na Hungria. As autoridades húngaras consideraram esse pedido inadmissível, pelo que não procederam à análise do mérito, por terem considerado que, para o requerente, a Sérvia devia ser qualificada de país terceiro seguro.

Mirza interpôs recurso desta decisão para o Debreceni Közigazgatási és Munkaügyi Bíróság (Tribunal Administrativo e do Trabalho de Debrecen, Hungria). Veio este órgão jurisdicional perguntar ao TJ se Mirza pode ser enviado para um país terceiro seguro não obstante as autoridades checas não terem aparentemente sido informadas da regulamentação e da prática húngaras que consistem em transferir requerentes de proteção internacional para países terceiros seguros.

No seu acórdão, o TJ salienta, em primeiro lugar, que o direito de enviar um requerente de proteção internacional para um país terceiro seguro também pode ser exercido por um EM depois de este último ter admitido ser responsável, em aplicação

---

<sup>177</sup> Cfr. tomada de posição da advogada-geral Eleanor Sharpston, apresentada em 26 de janeiro de 2016, §§ 47 e 48.

<sup>178</sup> Cfr. acórdão *Mirza*, cit.

do Regulamento (UE) n.º 604/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013 (Regulamento Dublin III)<sup>179</sup> e no âmbito do processo de retomada a cargo, pela análise de um pedido de proteção internacional apresentado por um requerente que saiu desse EM antes de ter sido tomada uma decisão de mérito sobre o seu primeiro pedido de proteção internacional.

Por outro lado, constatou ainda que aquele regulamento não sujeita o EM responsável (a Hungria) a uma obrigação de informar o EM que procede à transferência (a República Checa) do teor da sua regulamentação nacional em matéria de envio de requerentes para países terceiros seguros ou da sua prática administrativa na matéria.

Dado que Mirza se encontrava à data do pedido de reenvio em detenção no âmbito do processo de pedido de proteção internacional em causa no processo principal, o órgão jurisdicional de reenvio pediu que o reenvio prejudicial fosse submetido à tramitação prejudicial urgente. Por outro lado, em resposta a um pedido do TJ, o órgão jurisdicional de reenvio informou-o da recondução da referida medida até à data da decisão definitiva sobre o pedido de proteção internacional de Mirza ou, caso essa decisão não fosse tomada até 1 de março de 2016, até esta última data. Das informações comunicadas ao TJ pelo órgão jurisdicional de reenvio resultava ainda que, depois de 1 de março de 2016, a medida de detenção podia ser prorrogada novamente por sessenta dias, com uma duração total de detenção de seis meses.

Ora, para aferir do critério da urgência, o TJ tomou em consideração, segundo a sua jurisprudência, a circunstância de que a pessoa em causa no processo principal se encontrava privada de liberdade e que a sua manutenção em detenção dependia da decisão dada ao litígio no processo principal. Nestas condições, a Quarta Secção decidiu deferir o pedido do órgão jurisdicional de reenvio de que o reenvio fosse submetido a tramitação prejudicial urgente.

### **1.3.3. Cooperação em matéria penal**

A cooperação judiciária em matéria penal na União assenta no princípio do reconhecimento mútuo das sentenças e decisões judiciais e inclui a aproximação das

---

<sup>179</sup> Regulamento que estabelece os critérios e mecanismos de determinação do Estado-Membro responsável pela análise de um pedido de proteção internacional apresentado num dos Estados-Membros por um nacional de um país terceiro ou por um apátrida, JOUE (2013/L 180/31), pp. 31-59.

disposições legislativas e regulamentares dos EM nos domínios a que se referem o n.º 2 do art. 82.º e o art. 83.º do TFUE<sup>180</sup>.

O mandado de detenção europeu<sup>181</sup> foi adotado pela Decisão-Quadro 2002/584/JAI do Conselho, de 13 de junho de 2002<sup>182</sup>, relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os EM, que veio substituir o anterior sistema da extradição, procurando fomentar uma prática de diálogo diretamente entre as autoridades judiciais dos EM envolvidos. Tem por objetivo facilitar o reconhecimento do pedido de entrega de uma pessoa, através de determinados controlos, com vista a que aquela cumpra uma pena ou a fim de efetivar o procedimento criminal<sup>183</sup>.

O primeiro caso que seguiu a forma de TPU no âmbito desta matéria foi o processo *Santesteban Goicoechea*<sup>184</sup>, importando destacar que a decisão foi proferida

---

<sup>180</sup> Para maiores desenvolvimentos, cfr. Monte, Mário Ferreira e Joana Whyte, “Cooperação Judiciária e Policial em Matéria Penal”, in Silveira, Alessandra, Mariana Canotilho e Pedro Madeira Froufe (coord.), *Direito da União Europeia...*, pp. 393-447.

<sup>181</sup> O mandado europeu é definido no n.º 1 do art. 1.º da Decisão-Quadro 2002/584/JAI do Conselho, de 13 de junho de 2002, relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os EM, (JO L 190) de 18 de julho de 2002, como sendo “uma decisão judiciária emitida por um Estado-Membro com vista à detenção e entrega por outro Estado-Membro duma pessoa procurada para efeitos de procedimento penal ou de cumprimento de uma pena ou medida de segurança privativas de liberdade”.

<sup>182</sup> Cfr. JOUE (2002/L 190/1), pp. 1-20. Entrou em vigor no dia 7 de agosto de 2002, tendo sido alterada pela Decisão-Quadro 2009/299/JAI, do Conselho, de 26 de fevereiro de 2009, que alterou na mesma altura a Decisão-Quadro 2005/214/JAI, a Decisão-Quadro 2006/783/JAI, a Decisão-Quadro 2008/909/JAI, e a Decisão-Quadro 2008/947/JAI, visando reforçar os direitos processuais dos particulares e promover a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo das decisões proferidas na ausência do arguido.

<sup>183</sup> Conforme resulta do considerando 5 da Decisão-Quadro 2002/584/JAI, “[o] objetivo que a União fixou de se tornar um espaço de liberdade, de segurança e de justiça conduz à supressão da extradição entre os Estados-Membros e à substituição desta por um sistema de entrega entre autoridades judiciais. Acresce que a instauração de um novo regime simplificado de entrega de pessoas condenadas ou suspeitas para efeitos de execução de sentenças ou de procedimento penal permite suprimir a complexidade e a eventual morosidade inerentes aos atuais procedimentos de extradição. As relações de cooperação clássicas que até ao momento prevaleceram entre Estados-Membros devem dar lugar a um sistema de livre circulação das decisões judiciais em matéria penal, tanto na fase pré-sentencial como transitadas em julgado, no espaço comum de liberdade, de segurança e de justiça”.

<sup>184</sup> Cfr. acórdão *Santesteban Goicoechea*, de 12 de agosto de 2008, proc. C-296/08 PPU.

ao fim de apenas 40 dias. Trata-se do segundo processo no qual o TJ lançou mão da tramitação prejudicial urgente.

Este processo, que incidiu sobre um mandado de detenção europeu, tem por objeto um pedido de decisão prejudicial apresentado pela chambre de l'instruction da cour d'appel de Montpellier (França), por decisão de 3 de julho de 2008, entrado no TJ no mesmo dia, num processo de extradição.

Neste processo, o TJ decidiu que o art. 31.º da Decisão-Quadro 2002/584/JAI deve ser interpretado no sentido de que somente se refere à hipótese de o regime do mandado de detenção europeu ser aplicável, sendo certo que tal não sucede quando um pedido de extradição diz respeito a factos praticados antes de uma data indicada por um EM numa declaração realizada em conformidade com o disposto no art. 32.º da sobredita decisão-quadro.

Declarou ainda que o art. 32.º daquela decisão-quadro deve ser interpretado no sentido de que não se opõe à aplicação, pelo EM de execução, da Convenção relativa à extradição entre os EM da União Europeia, estabelecida por ato do Conselho de 27 de setembro de 1996 e assinada na mesma data por todos os EM, mesmo quando esta só entrou em vigor nesse EM depois de 1 de janeiro de 2004.

O órgão jurisdicional de reenvio pediu a aplicação ao processo da tramitação urgente, alegando que o Sr. Santesteban Goicoechea se encontrava detido, após execução de uma pena de prisão, unicamente à ordem do processo de extradição no qual é colocada a questão prejudicial.

Deste modo, e considerando que a única razão da detenção do Sr. Santesteban Goicoechea pelas autoridades francesas é o pedido de extradição apresentado pelas autoridades espanholas, a Terceira Secção do TJ decidiu, que fosse aplicada ao reenvio prejudicial a tramitação urgente.

No processo *Leymann e Pustovarov*<sup>185</sup>, o pedido de decisão prejudicial tinha por objeto a interpretação do art. 27.º n.ºs 2 a 4, da Decisão-Quadro 2002/584/JAI.

No caso, Leymann e Pustovarov eram suspeitos de ilicitamente importarem droga para a Finlândia, pelo que as autoridades finlandesas emitiram um mandado de detenção europeu às autoridades espanholas relativamente a um dos arguidos e às autoridades polacas relativamente ao outro.

---

<sup>185</sup> Cfr. acórdão *Leymann e Pustovarov*, cit.



Acontece que após a detenção dos arguidos, foi emitido um novo mandado de detenção com alterações relativamente à substância ilícita e às datas dos factos, tendo as autoridades requeridas consentido na alteração, no entanto somente após os arguidos terem sido condenados na Finlândia.

Por carta de 5 de setembro de 2008, o Korkein oikeus, órgão jurisdicional de reenvio, pediu que o reenvio prejudicial fosse submetido à tramitação urgente, fundamentando esse pedido no facto de Pustovarov cumprir uma pena de prisão por diversas infrações, entre as quais a de importação ilícita de 26 quilos de haxixe, objeto do processo no decurso do qual se formulou o pedido de decisão prejudicial. Referiu que o interessado deve beneficiar de liberdade condicional a partir de 18 de março de 2009. Este órgão jurisdicional afirma que, se a acusação relativa a essa infração fosse anulada, a duração da pena aplicada a A. Pustovarov seria reduzida e a sua libertação ocorreria mais cedo. A Terceira Secção do TJ decidiu deferir aquele pedido do órgão jurisdicional de reenvio.

Quanto às questões prejudiciais, decidiu o TJ que para determinar se a infração em causa não é uma *infração diferente* daquela por causa da qual a pessoa foi entregue, na aceção do art. 27.º, n.º 2, da Decisão-Quadro 2002/584/JAI, que exija a aplicação do procedimento de consentimento referido no art. 27.º, n.ºs 3, al. g), e 4, da mesma decisão-quadro, deve ser verificado se os elementos constitutivos da infração, segundo a descrição legal que é feita desta última no EM de emissão, são aqueles em virtude dos quais a pessoa foi entregue e se há uma correspondência suficiente entre os dados que figuram no mandado de detenção e os mencionados no ato processual posterior. Admitem-se modificações nas circunstâncias de tempo e de lugar, na medida em que resultem de elementos coligidos no decurso do processo que corre no EM de emissão relativamente aos comportamentos descritos no mandado de detenção, que não alterem a natureza da infração e não deem origem a motivos de não execução nos termos dos art. 3.º e 4.º do diploma em apreço.

Especificou, ainda, que uma modificação da descrição da infração, que tem por objeto a categoria dos estupefacientes em causa, não é, por si só, suscetível de tipificar uma *infração diferente* daquela por causa da qual a pessoa foi entregue, nos termos vindos de expor.

Quanto ao mérito da causa, esta decisão foi alvo de algumas críticas, afigurando-se pertinentes os considerandos de C. Barnard, que se mostrou cético relativamente à qualidade da decisão do TJ, acusando este acórdão de não ter tratado das questões de

princípio sobre o mandado de detenção europeu<sup>186</sup>. Refere, ainda, que, não obstante as questões em causa neste processo, o TJ não promove a discussão dos argumentos das partes.

No caso *Gataev e Gataeva*<sup>187</sup>, o TJ foi chamado, pelo Korkein oikeus, Finlândia, a interpretar a relação entre as disposições da Diretiva 2005/85/CE, relativa ao procedimento de asilo, e as da Decisão-Quadro 2002/584/JAI, quando a pessoa cuja entrega é pedida por força de um mandado de detenção europeu, que é nacional de um Estado terceiro, tenha apresentado um pedido de asilo no Estado-Membro que deve executar o mandado e esse pedido está a ser apreciado ao mesmo tempo que corre o processo relativo à execução do mandado de detenção.

Sucedeu que decorrido aproximadamente um mês após a entrada do reenvio prejudicial no TJ, e já após ter sido deferido o pedido de aplicação ao processo da tramitação prejudicial urgente, o órgão jurisdicional nacional de reenvio veio comunicar ao TJ a sua retirada do reenvio. Por tal motivo, o TJ cancelou o processo de reenvio mediante despacho.

Com particular relevância para a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo em que se funda a Decisão-Quadro 2002/584/JAI, atente-se ainda no acórdão *West*<sup>188</sup>, no qual o TJ analisou pela primeira vez o conceito de *Estado-Membro de execução* na aceção do art. 28.º n.º 2 daquele diploma, relativamente a entregas sucessivas da mesma pessoa, objeto de sucessivos mandados de detenção europeus, qualificando esta situação de “cadeia de mandados de detenção europeus”<sup>189</sup>.

---

<sup>186</sup> Cfr. Barnard, Catherine, “The PPU: Is it worth the candle ? An early assessment”, in *European Law Review*, 2009.

<sup>187</sup> Cfr. despacho *Gataev e Gataeva*, de 03 de abril de 2010, proc. C-105/10 PPU.

<sup>188</sup> Cfr. acórdão *West*, de 28 de junho de 2012, proc. C-192/12 PPU.

<sup>189</sup> O estudo do caso *West* permite sustentar que o TJ tem contribuído em larga medida para a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo em que se funda a Decisão-Quadro 2002/584/JAI, promovendo a confiança mútua em que assenta a cooperação entre os EM. Neste caso, verificamos que os argumentos relacionados com a proteção das prerrogativas dos EM, concretizada nos artigos 27.º e 28.º, foram afastados com o recurso ao próprio objetivo da decisão-quadro, que consiste, pois, em facilitar e acelerar a entrega de pessoas condenadas ou suspeitas no contexto de um sistema legal que assenta na confiança recíproca entre os EM e no princípio do reconhecimento mútuo, “arvorado em pedra angular da cooperação judiciária”. Cfr. Patrício, Helena, “O mandado de detenção...”, pp. 72 e 73.

Aquele normativo determina que uma pessoa que foi entregue ao EM de emissão ao abrigo de um mandado de detenção europeu apenas pode ser entregue por este Estado a outro EM que não ao “Estado-Membro de execução” ao abrigo de um mandado de detenção europeu emitido por uma infração cometida antes da sua entrega com o consentimento do referido “Estado-Membro de execução”.

Nos autos principais, o recorrente, West, de nacionalidade britânica, foi condenado em matéria penal em vários EM e que, por conseguinte, foi objeto de vários mandados de detenção europeus que levaram a entregas sucessivas entre os EM em causa em aplicação da Decisão-Quadro 2002/584/JAI. O litígio principal tem origem nesses antecedentes judiciais e nesses processos de entregas sucessivos.

O Korkein oikeus, órgão jurisdicional de reenvio, decidiu submeter ao TJ a seguinte questão prejudicial: “Deve entender-se, para efeitos da aplicação do artigo 28.º, n.º 2, da [Decisão-Quadro 2002/584], que o ‘Estado-Membro de execução’ é o Estado-Membro a partir do qual uma pessoa inicialmente foi entregue a outro Estado-Membro em cumprimento de um mandado de detenção europeu, ou que é esse outro Estado-Membro a partir do qual a pessoa foi entregue a um terceiro Estado-Membro, ao qual é agora solicitada a ulterior entrega dessa pessoa a um quarto Estado-Membro? Ou será eventualmente necessário o consentimento de ambos os Estados-Membros?”.

O Korkein oikeus pediu ao TJ a aplicação da tramitação urgente, indicando que, visto que West tinha cumprido a pena de um ano e seis meses de prisão em que tinha sido condenado pelo Helsingin hovioikeus em 31 de maio de 2002, o mesmo devia ser libertado em 29 de abril de 2012. Todavia, indicava que, por decisão do mesmo dia, tinha ordenado a manutenção da detenção de M. West. Estando este último privado da sua liberdade, o pedido de decisão prejudicial urgente impunha-se de forma absolutamente imperativa tendo em conta a sua segurança jurídica. A Segunda Secção do TJ decidiu admitir esse pedido de decisão prejudicial urgente. O TJ convidou igualmente a República Francesa, a Hungria e o Reino Unido a prestarem certas informações e a produzirem certos documentos.

Tendo em conta o objetivo de criação de um espaço de liberdade, segurança e justiça que a decisão-quadro visa prosseguir, e em conformidade com a confiança mútua que deve existir entre os EM, veio o TJ declarar que o art. 28.º, n.º 2, da decisão-quadro deve ser interpretado no sentido de que quando uma pessoa foi objeto de mais de uma entrega entre EM em virtude de mandados de detenção europeus sucessivos, a entrega posterior dessa pessoa a um EM diferente do EM que a entregou em último lugar está

sujeita somente ao consentimento do EM que procedeu a esta última entrega. Para sustentar essa decisão, o TJ sublinhou que a norma em análise não contempla de forma explícita as situações em que uma pessoa foi objeto de três pedidos de entrega sucessivos, pelo que deve considerar-se que a expressão *Estado-Membro de execução* remete para o EM que executou o mandado de detenção europeu ao título do qual a pessoa em causa foi entregue ao EM de emissão, sendo, portanto, conferido a este EM o poder de entregar essa pessoa, enquanto EM de execução, a outro EM. Entre outros fundamentos, o TJ considerou ainda que, obrigar à obtenção do consentimento do primeiro EM de execução e do segundo também, poderia prejudicar o objetivo supra aludido da decisão-quadro, atendendo à possibilidade de os EM formularem múltiplos pedidos de informações complementares e, bem assim, à de serem adotadas decisões divergentes a respeito da entrega da pessoa em causa<sup>190</sup>.

No seu acórdão *F.*<sup>191</sup>, proferido no âmbito de um reenvio prejudicial suscitado acerca de uma questão prioritária de constitucionalidade submetida pelo Conseil constitutionnel francês, o TJ analisou a possibilidade de interpor um recurso suspensivo de uma decisão de ampliação dos efeitos de um mandado de detenção europeu.

Este pedido foi apresentado no âmbito de uma questão prioritária de constitucionalidade submetida pela Cour de cassation (França), no âmbito de um recurso interposto por J. F. do acórdão de 15 de janeiro de 2013 da chambre de l'instruction de la cour d'appel de Bordeaux (França), que deu consentimento a um pedido de ampliação de entrega, apresentado pelas autoridades judiciais do Reino Unido, por uma infração cometida antes da entrega de J. F., diferente daquela que havia fundamentado o mandado de detenção europeu inicial contra ele emitido pela Crown court at Maidstone (Reino Unido).

---

<sup>190</sup> O TJ remete para jurisprudência anterior, recordando que a decisão-quadro tem designadamente em vista facilitar e acelerar a cooperação judiciária (cfr. acórdãos *Advocaten voor de Wereld*, de 3 de maio de 2007, proc. C-303/05; *Santesteban Goicoechea*, cit. e *Leymann e Pustovarov*, cit.), acrescentando que tem por objeto substituir o sistema de extradição multilateral entre EM por um sistema de entrega entre autoridades judiciais de pessoas condenadas ou suspeitas para efeitos da execução de sentenças ou de procedimento penal, baseando-se este último sistema no princípio do reconhecimento mútuo (cfr. acórdãos *Advocaten voor de Wereld*, cit.; *Kozłowski*, de 17 de julho de 2008, proc. C-66/08; *Wolzenburg*, de 6 de outubro de 2009, proc. C-123/08 e *Mantello*, de 16 de novembro de 2010, proc. C-261/09).

<sup>191</sup> Cfr. acórdão *F.*, de 30 de maio de 2013, proc. C-168/13 PPU.

O pedido de decisão prejudicial tinha por objeto a interpretação dos art. 27.º, n.º 4, e 28.º, n.º 3, al. c), da Decisão-Quadro 2002/584/JAI do Conselho.

Depois de ter recordado que a Decisão-Quadro 2002/584/JAI prevê, ela própria, um procedimento que é conforme com os requisitos da CDFUE, o TJ salientou que a inexistência de regulamentação expressa sobre um eventual direito de recurso suspensivo das decisões relativas ao mandado de detenção europeu não impede os EM de preverem esse direito nem lhes impõe que o instituem. A este respeito, declarou que, desde que não seja posta em causa a aplicação da referida decisão-quadro, esta não impede um EM de aplicar as suas normas constitucionais relativas, nomeadamente, ao respeito do direito a um processo equitativo.

O órgão jurisdicional de reenvio expôs ao TJ, no seu pedido de aplicação da tramitação prejudicial urgente que, quer o prazo de três meses no qual tem de se pronunciar sobre a questão prioritária de constitucionalidade que lhe foi submetida, quer a privação de liberdade de que o recorrente no processo principal é objeto no procedimento que está na origem dessa questão, justificam a aplicação daquela tramitação.

À luz dessas evidências, a secção designada deferiu a aplicação da tramitação urgente, constatando que a solução do litígio no processo principal é suscetível de ter uma incidência não negligenciável na duração daquela privação de liberdade.

No acórdão *Spasic*<sup>192</sup>, atribuído à Grande Secção, o TJ analisou a compatibilidade com a CDFUE de uma limitação do princípio *ne bis in idem* no espaço Schengen.

Esta questão foi suscitada no âmbito de um processo respeitante a um cidadão sérvio, acusado na Alemanha de ter cometido uma burla pela qual foi condenado em Itália a uma pena privativa de liberdade de um ano e a uma multa. Spasic, que estava preso na Áustria por outros delitos, pagou essa multa, mas não cumpriu a pena privativa de liberdade. As autoridades alemãs consideraram que, à luz da CAAS, o princípio *ne bis in idem* não se aplicava uma vez que a sanção privativa de liberdade ainda não tinha sido cumprida em Itália. Embora o art. 54.º da CAAS subordine a aplicação do princípio *ne bis in idem* à condição de que, em caso de condenação, a sanção “tenha sido

---

<sup>192</sup> Cfr. acórdão *Spasic*, cit..

cumprida” ou esteja “atualmente em curso de execução”, o art. 50.º da CDFUE consagra este princípio sem se referir expressamente a tal condição.

A Grande Secção salientou, em primeiro lugar, que, no que respeita ao princípio *ne bis in idem*, as anotações relativas à CDFUE referem expressamente a CAAS, pelo que esta limita validamente o princípio consagrado na Carta. Observou, em seguida, que a condição de execução, prevista no art. 54.º da CAAS, constitui uma restrição ao princípio *ne bis in idem*, resultante da lei na aceção do art. 52.º, n.º 1, da CDFUE, e não põe em causa o referido princípio enquanto tal porquanto visa unicamente a impunidade de que poderiam beneficiar num EM as pessoas condenadas noutro EM por decisão penal transitada em julgado. Por último, segundo o TJ, a condição de execução é proporcional ao objetivo de assegurar um nível elevado de segurança dentro do espaço de liberdade, segurança e justiça e não excede o que é necessário para evitar a impunidade das pessoas condenadas. Todavia, no âmbito da aplicação em concreto, não se pode excluir que os órgãos jurisdicionais nacionais mantenham contactos entre si e deem início a consultas para verificar se há uma verdadeira intenção por parte do EM da primeira condenação de proceder à execução das sanções impostas.

Por outro lado, o TJ considerou que quando uma pena privativa de liberdade e uma multa sejam pronunciadas a título principal, a execução apenas da multa não basta para considerar que a sanção foi cumprida ou que está em execução na aceção da CAAS.

Outro caso merecedor de destaque é o processo *Lanigan*<sup>193</sup>, no qual o TJ é mais uma vez confrontado com questões de grande importância relativas ao mandado de detenção europeu. Neste processo, o TJ foi chamado a analisar as consequências da inobservância dos prazos nos quais o EM deve adotar uma decisão definitiva sobre a execução do mandado europeu emitido por outro EM em conformidade com os art. 15.º e 17.º da Decisão-Quadro 2002/584/JAI.

No processo principal estava em causa um mandado de detenção europeu emitido pelas autoridades britânicas contra uma pessoa interpelada na Irlanda com base no referido mandado de detenção europeu. Nessa altura, a High Court da Irlanda informou o órgão jurisdicional britânico de que não consentia na sua entrega às

---

<sup>193</sup> Cfr. acórdão *Lanigan*, cit..

autoridades judiciárias do Reino Unido e foi preso enquanto aguardava uma decisão sobre a sua entrega a essas autoridades.

A análise da situação de Lanigan pela High Court iniciou-se em 30 de junho de 2014, na sequência de diversos adiamentos devidos, designadamente, a incidentes processuais descritos na decisão de reenvio. O demandado no processo principal apresentou novos argumentos que se opunham, em seu entender, à sua entrega às autoridades do Reino Unido. A avaliação da procedência destes argumentos justificou, designadamente, o envio de pedidos de informações complementares a essas autoridades, com vista a avaliar a credibilidade das afirmações de Lanigan segundo as quais a sua entrega às referidas autoridades era suscetível de pôr a sua vida em perigo. Posteriormente à receção das informações solicitadas, Lanigan apresentou um pedido de libertação sob caução. A High Court deferiu esse pedido e, assim, autorizou a sua libertação sob caução sujeitando essa libertação ao cumprimento de determinadas condições. No entanto, como essas condições não foram cumpridas, Lanigan continuou preso. Por outro lado, o demandando alegou também perante a High Court que o pedido de entrega devia ser indeferido com fundamento na inobservância dos prazos previstos na decisão-quadro (60 dias após a detenção da pessoa procurada, com possibilidade de prorrogação por mais 30 dias).

Nestas condições, a High Court decidiu suspender a instância e submeter ao TJ as seguintes questões prejudiciais: “1) Quais as consequências da inobservância dos prazos previstos no artigo 17.º da [decisão-quadro], lido em conjugação com as disposições do artigo 15.º da referida decisão-quadro? 2) A inobservância dos prazos previstos no artigo 17.º da [decisão-quadro] confere direitos a uma pessoa que tenha estado detida durante um período superior aos prazos previstos, enquanto se aguardava uma decisão sobre a sua entrega?”.

O TJ decidiu que, tendo em conta, por um lado, o carácter central da obrigação de executar o mandado de detenção europeu no sistema instituído pela decisão-quadro e, por outro, a inexistência nesta de qualquer referência explícita relativa a uma limitação da validade temporal dessa obrigação, a regra consagrada no art. 15.º, n.º 1, da decisão-quadro não pode ser interpretada no sentido de que implica que, findos os prazos fixados no art. 17.º da decisão-quadro, a autoridade judiciária de execução já não pode adotar a decisão sobre a execução do mandado de detenção europeu ou que o EM de execução já não está obrigado a prosseguir o procedimento de execução deste.

Além disso, o TJ decidiu que o art. 12.º da referida decisão-quadro, referente à manutenção da pessoa procurada em detenção, lido em conjugação com o art. 17.º do mesmo diploma e à luz do art. 6.º da CDFUE, que prevê que toda a pessoa tem direito à liberdade e segurança, deve ser interpretado no sentido de que não se opõe, em princípio, a que a autoridade judiciária de execução mantenha a pessoa procurada em detenção, em conformidade com o direito do EM de execução, findos os prazos fixados no art. 17.º da decisão-quadro, ainda que a duração total dos períodos de detenção desta pessoa exceda aqueles prazos. Mais referiu que, em todo o caso, se a autoridade judiciária de execução concluir que está obrigada a pôr termo à detenção da pessoa procurada, cabe-lhe então, por força dos art. 12.º e 17.º, n.º 5, da decisão-quadro, fazer acompanhar a libertação provisória dessa pessoa de todas as medidas que considere necessárias para evitar a sua fuga e para garantir que as condições materiais necessárias à sua entrega efetiva continuem reunidas enquanto não for tomada nenhuma decisão definitiva sobre a execução do mandado de detenção europeu.

A High Court, órgão de reenvio, pediu ao TJ a aplicação da TPU, sustentando que o reenvio suscitava uma ou várias questões relativas aos domínios objeto da terceira parte do TFUE, título V, e que o demandado no processo principal se encontrava detido. Por outro lado, precisou que estava inclinada a seguir o acórdão Dundon da Supreme Court (no qual a Supreme Court indeferiu o pedido de *habeas corpus* de uma pessoa que se encontrava em prisão preventiva ao abrigo de um mandado de detenção europeu em condições análogas às do processo principal), mas que pretendia aproveitar a ocasião para verificar a posição do TJ antes de se pronunciar nesse sentido.

A secção designada deferiu o pedido de aplicação da tramitação prejudicial urgente neste processo, tendo o órgão jurisdicional de reenvio feito constar, para tanto, que Lanigan se encontrava privado de liberdade e que a sua manutenção em detenção dependia da decisão do litígio no processo principal.

Pertinentemente, e quanto à questão da tramitação urgente, salvaguarda o advogado-geral que essa tramitação “não deve impedir-nos de propor uma resposta que se adegue o melhor possível às circunstâncias particulares do caso em apreço, devendo, pelo contrário, encorajar-nos a fazê-lo”<sup>194</sup>.

---

<sup>194</sup> Cfr. tomada de posição do advogado-geral Pedro Cruz Villalón, apresentada em 6 de julho de 2015, § 2.



Vejamos, ainda, o caso A.<sup>195</sup>, decidido por despacho fundamentado, nos termos do art. 99.º do RPTJ. A decisão final foi proferida 23 dias após a entrada do pedido de reenvio, pelo que trata-se do processo que menos tempo durou para ser decidido no período de referência.

No caso, o órgão jurisdicional de reenvio pergunta, em substância, se os art. 2.º, n.º 4, e 4.º, n.º 1, da Decisão-Quadro 2002/584/JAI devem ser interpretados no sentido de que se opõem a que a entrega com base num mandado de detenção europeu seja sujeita, no EM de execução, não apenas ao requisito de que o facto pelo qual o mandado de detenção foi emitido constitua uma infração nos termos do direito desse EM mas também ao requisito de que, segundo esse mesmo direito, tal facto seja punível com uma pena privativa de liberdade de duração máxima não inferior a doze meses.

Salientou o TJ que, por força do art. 4.º, n.º 1, da referida decisão-quadro, a autoridade judiciária de execução pode recusar a execução de um mandado de detenção europeu se, num dos casos referidos no n.º 4 do art. 2.º da mesma, o facto que determina o mandado de detenção europeu não constituir uma infração nos termos do direito do EM de execução. O referido art. 2.º, n.º 4, precisa que esta faculdade se refere às infrações não abrangidas pelo n.º 2 desse mesmo art., quaisquer que sejam os elementos constitutivos ou a qualificação das mesmas. Acrescentou que a referida faculdade de recusar a execução está, portanto, limitada à hipótese de um mandado de detenção europeu dizer respeito a um facto que não consta da lista que figura no art. 2.º, n.º 2, da Decisão-quadro 2002/584/JAI e não constitui uma infração nos termos do direito do EM de execução. Relativamente ao caso em concreto, entendeu o TJ que a recusa de executar o mandado de detenção europeu não é abrangida pela hipótese expressamente prevista nos art. 2.º, n.º 4, e 4.º, n.º 1, da Decisão-Quadro 2002/584/JAI.

Julgou, assim, o TJ que os art. 2.º, n.º 4, e 4.º, n.º 1, da Decisão-Quadro 2002/584/JAI devem ser interpretados no sentido de que se opõem a que a entrega com base num mandado de detenção europeu seja sujeita, no EM de execução, não apenas ao requisito de que o facto pelo qual o mandado de detenção foi emitido constitua uma infração nos termos do direito desse EM mas também ao requisito de que, segundo esse mesmo direito, tal facto seja punível com uma pena privativa de liberdade de duração máxima não inferior a doze meses.

---

<sup>195</sup> Cfr. despacho A., cit.

Por fim, importa não descurar o acórdão *Aranyosi Căldăraru*<sup>196</sup>, tratando-se do reenvio prejudicial cuja tramitação urgente registou a mais longa duração no período de referência, tendo sido concluído em 118 dias.

Este recente acórdão, proferido em abril de 2016, consubstancia uma verdadeira mina de informações no que diz respeito à cooperação judiciária no âmbito do ELSJ, porquanto aborda as matérias sensíveis neste domínio, nomeadamente o respeito pelos direitos fundamentais, o diálogo entre os órgãos jurisdicionais e o princípio da confiança mútua.

Os pedidos de reenvio foram apresentados no âmbito da execução, na Alemanha, de dois mandados de detenção europeus emitidos, respetivamente, em 2014 pelo juiz de instrução do Miskolci járásbírószág (Tribunal de Comarca de Miskolc, Hungria) contra P. Aranyosi, dando origem ao processo C-404/15, e outro em 2015 pelo Judecătoria Făgăraş (Tribunal de Primeira Instância de Fagaras, Roménia) contra R. Căldăraru, dando origem ao processo C-659/15 PPU.

Em ambos os casos, o órgão nacional está persuadido de que existem indícios probatórios de que, em caso de entrega às autoridades judiciárias competentes, os indivíduos em questão poderão ser sujeitos a condições de detenção que violam o artigo 3.º da CEDH e os direitos fundamentais, bem como os princípios gerais de direito consagrados no artigo 6.º do TUE. O órgão de reenvio fundamenta o reenvio na jurisprudência do TEDH e nos relatórios elaborados pelo Comité Europeu para a Prevenção da Tortura e das Penas ou Tratamentos Desumanos ou Degradantes<sup>197</sup>.

---

<sup>196</sup> Cfr. acórdão *Aranyosi Căldăraru*, cit.

<sup>197</sup> Com efeito, e no que importa para o proc. C-404/15 PPU, o TEDH condenou a Hungria em razão da sobrelotação nas suas prisões (Tribunal EDH, Varga e outros c. Hungria, n.ºs 14097/12, 45135/12, 73712/12, 34001/13, 44055/13 e 64586/13, de 10 de março de 2015). O TEDH considerou demonstrado que o Estado húngaro tinha violado o art. 3.º da CEDH ao prender os recorrentes em celas demasiado pequenas e sobrelotadas. O TEDH considerou esse processo um processo piloto depois de ter sido chamado a pronunciar-se em 450 recursos semelhantes contra a Hungria relativamente a condições de detenção desumanas. Já no que importa para o proc. C-659/15 PPU, note-se que em vários acórdãos proferidos em 10 de junho de 2014, o TEDH condenou a Roménia em razão da sobrelotação nas suas prisões (Tribunal EDH, Voicu c. Roménia, n.º 22015/10; Bujorean c. Roménia, n.º 13054/12; Constantin Aurelian Burlacu c. Roménia, n.º 51318/12, e Mihai Laurențiu Marin c. Roménia, n.º 79857/12). Também aqui, o TEDH considerou demonstrado que o Estado romeno tinha violado o art. 3.º da CEDH ao prender os recorrentes em celas demasiado pequenas e sobrelotadas, sem aquecimento suficiente, sujas e sem água quente para tomar banho.

Com as suas questões, que o TJ decidiu analisar conjuntamente apensando ambos os processos, o órgão jurisdicional de reenvio pergunta se perante elementos sérios que demonstrem uma incompatibilidade das condições de detenção no EM de emissão com os direitos fundamentais, a autoridade judiciária de execução pode ou deve recusar a execução do mandado de detenção europeu emitido contra uma pessoa para efeitos de procedimento penal ou de cumprimento de uma pena privativa de liberdade, ou se pode ou deve subordinar a entrega dessa pessoa à obtenção de informações do EM de emissão que lhe permitam assegurar-se da conformidade dessas condições de detenção com os direitos fundamentais.

A resposta do TJ a essas questões era particularmente aguardada, tendo em conta a relação levantada acerca da execução do mandado de detenção europeu face ao respeito pelos direitos fundamentais dos particulares.

Ora, verificamos que, a fim de manter a eficácia do sistema do mandado de detenção europeu, o TJ inovou ao apresentar uma solução algo ousada criando um regime excecional enquadrado<sup>198</sup>. O TJ constata que tanto a decisão-quadro em questão como a exigência de respeito pelos direitos fundamentais e em especial o direito à dignidade, se impõem aos EM. É, assim, necessário conciliar a existência e, acima de tudo, a execução do mecanismo do mandado de detenção europeu com respeito, na prática, pelos direitos fundamentais. A título de solução, o TJ concede a aceitação de um procedimento derogatório da entrega automática e que se inspira do art. 23.º da decisão-quadro e que será aceitável não obstante o princípio da confiança mútua entre EM. Este procedimento derogatório da decisão-quadro é, note-se, extremamente enquadrado e excecional<sup>199</sup>.

---

<sup>198</sup> Até à data, o TJ manteve uma postura rígida, excluindo qualquer derrogação ao DUE. A Decisão-Quadro 2002/584/JAI, baseada no princípio do reconhecimento mútuo e confiança recíproca prevê as hipóteses facultativas e obrigatórias de recusa de execução. Fora dessas hipóteses, e se as condições formais se mostrarem preenchidas, a autoridade judiciária de execução não pode recusar a entrega do indivíduo visado pelo mandado. Este princípio é ainda válido em matéria de proteção dos direitos fundamentais: um nível de proteção menos elevado dos direitos de defesa no EM de emissão não pode justificar uma recusa de execução de um mandado de detenção europeu (cfr. acórdãos *Melloni*, de 26 de fevereiro de 2013, proc. C-399/11 e *Radu*, de 29 de janeiro de 2013, proc. C-396/11).

<sup>199</sup> Em primeiro lugar, a autoridade judiciária de execução deve basear-se em elementos objetivos, fiáveis, precisos e devidamente atualizados. Pode, por exemplo, tratar-se de decisões judiciais internacionais. Após ter sido identificada a situação excecional, a autoridade judiciária deve verificar, com apoio em motivos sérios e comprovados, a existência de um risco real, ou, dito de outra forma, um risco concreto e

No que diz respeito à tramitação dos processos, em ambos os processos o órgão jurisdicional de reenvio pediu que fosse aplicada a tramitação prejudicial urgente.

No processo C-404/15, o órgão jurisdicional referiu que P. Aranyosi tinha sido temporariamente detido com fundamento num mandado de detenção europeu emitido pelas autoridades húngaras, mas que não estava preso à data do reenvio, uma vez que o Ministério Público de Bremen tinha ordenado a sua libertação por não existir a essa data risco de fuga do arguido em razão das suas ligações sociais. A Quarta Secção do Tribunal de Justiça decidiu que não havia que deferir o pedido de submeter o processo a tramitação prejudicial urgente. Não obstante, o presidente do TJ concedeu ao processo C-404/15 tratamento prioritário.

Já no processo C-659/15 PPU, o órgão jurisdicional referiu que R. Căldăraru tinha sido temporariamente detido com fundamento num mandado de detenção europeu emitido pelas autoridades romenas e que se encontrava à data do reenvio em detenção com base nesse mandado de detenção para efeitos da sua entrega a essas autoridades. Acrescentou que a procedência da prisão de R. Căldăraru dependia da resposta do TJ às suas questões prejudiciais. Nestas condições, a Terceira Secção do TJ decidiu deferir o pedido de tramitação urgente.

Sucedeu que já após a decisão da secção competente sobre o pedido de aplicação aos processos da tramitação prejudicial urgente, ambos os processos foram remetidos à Grande Secção e, em razão da sua conexão, confirmada na audiência de alegações, foram apensados os processos para efeitos do acórdão.

---

preciso para o indivíduo visado pelo mandado de detenção europeu. Por fim, a obrigação de controlo que se espera do EM de execução traduz-se no exercício de uma dupla apreciação, em abstrato e em concreto. Para o efeito, deve pedir o fornecimento de informações complementares à autoridade judiciária de emissão, que deve comunicar essas informações no prazo fixado nesse pedido. A autoridade judiciária de execução deve adiar a sua decisão quanto à entrega da pessoa em causa até obter as informações complementares que lhe permitam afastar a existência de tal risco. Se a existência desse risco não puder ser afastada num prazo razoável, esta autoridade deve decidir se há que pôr termo ao processo de entrega.

## **CAPÍTULO V**

### **A ATIVIDADE JUDICIAL NA TRAMITAÇÃO PREJUDICIAL URGENTE: APRECIACÕES DE EFICÁCIA DO MECANISMO**

**Sumário:** 1. Reflexão crítica. 1.1. Quanto ao volume de processos. 1.2. Quanto à natureza do contencioso. 1.3. Quanto à dilação temporal.

#### **1. Reflexão crítica**

Com o estudo jurisprudencial levado a cabo no capítulo anterior visamos lograr respostas às questões centrais deste estudo, nomeadamente relativamente à proteção dos direitos e garantias fundamentais dos particulares no âmbito de uma tramitação processual que se quer célere e simplificada.

##### **1.1. Quanto ao volume de processos**

Duma primeira análise ao relatório anual de 2015 e respetiva jurisprudência, retiramos que a duração média em 2015 dos reenvios prejudiciais foi de 15,3 meses, muito perto do recorde de 2014 (15 meses)<sup>200</sup>.

Esta diminuição progressiva relativamente aos anos anteriores da duração da pendência dos processos no TJ deve-se mormente à utilização acrescida dos vários instrumentos processuais ao dispor do TJ para acelerar o tratamento de determinados processos, como é o caso, para os reenvios prejudiciais, da tramitação prejudicial urgente e da tramitação prejudicial acelerada.

Ainda no que diz respeito ao ano de 2015, a tramitação prejudicial urgente foi requerida em 10 processos e admitida em 6, tratando-se do ano com o maior registo de número de pedidos de aplicação desta tramitação ao longo do período de referência, e sendo 2009 o ano em que menos foi solicitada (três pedidos, dois deles tendo sido admitidos).

No período de referência, dos 3116 processos de reenvio prejudicial entrados no TJ, a tramitação urgente foi requerida em 46 processos, 28 dos quais tendo sido admitidos, incluindo o processo cujo pedido proveio officiosamente do presidente do TJ,

---

<sup>200</sup> Média duração processos de reenvio prejudicial: 2008: 16,8 meses; 2009: 17,1 meses; 2010: 16,1 meses; 2011: 16,3 meses; 2012: 15,6 meses; 2013: 16,3 meses; 2014: 15,0 meses; 2015: 15,3 meses. Cfr. Relatórios anuais do TJ, respetivamente, de 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015, disponíveis em <http://curia.europa.eu/>.

ou seja, mais de metade (cerca de 60,87 %). Foram, portanto, indeferidos 18 pedidos nacionais<sup>201</sup>.

Concluimos que o número de pedidos de aplicação da tramitação prejudicial urgente no período de referência não foi muito significativo, moderando-se em 46 pedidos, em relação aos processos prejudiciais que deram entrada no TJ no mesmo período e cujo domínio material das questões prejudiciais submetidas ao TJ incidiam sobre o ELSJ, num total de 337 processos.

Não descuramos o facto de o elevado número de processos prejudiciais cujo domínio recaiu sobre o ELSJ não significar que esses processos eram efetivamente suscetíveis de serem submetidos à tramitação prejudicial urgente nos termos do art. 107.º do RPTJ (o que se comprova desde logo pelo facto de 18 desses 46 pedidos terem sido indeferidos), porquanto, como já tivemos oportunidade de observar, a condição de urgência deve ser averiguada casuisticamente. Aliás, verificamos que, quanto ao critério de urgência, o TJ parece consagrar uma interpretação exigente desse critério<sup>202</sup>.

Ainda assim, acompanhamos o TJ quando afirma que é pouco provável que esta moderação dos órgãos jurisdicionais nacionais seja imputável a um desconhecimento da possibilidade legislativa de os processos serem submetidos a tramitação prejudicial urgente, na medida em que os pedidos apresentados durante o período de referência tiveram origem em órgãos jurisdicionais de diversos graus e diversos EM<sup>203</sup>.

## 1.2. Quanto à natureza do contencioso

Reportando-se à tramitação prejudicial urgente como um “nouveau théâtre du procès européen”, Laure Clément-Wilz questiona se a tramitação prejudicial urgente

---

<sup>201</sup> Cfr. anexo: quadro III – Pedidos de TPU indeferidos: tramitação posterior e matéria.

<sup>202</sup> A título de exemplo, atente-se no processo *Santesteban Goicoechea*, cit., no qual a urgência resultava de o requerente dever ser libertado e estar detido no âmbito de um processo de extradição. Já no processo *Leymann e Pustarov*, cit., a urgência decorria de a interpretação solicitada ao TJ influir na detenção dos indivíduos em causa, sendo suscetível de determinar a imediata libertação dos mesmos. No acórdão *Kadzoev*, cit., o processo dizia respeito à interpretação da Diretiva 2008/115/CE, estando o Sr. Kadzoev detido sem se saber se devia permanecer nesta situação atendendo à interpretação de que carecia o órgão de reenvio. No acórdão *Deticek*, cit., o caso respeitava a uma criança cuja guarda era questionada, fundando-se a urgência em que a demora da decisão poderia conduzir à deterioração irreparável das relações da criança com o pai.

<sup>203</sup> Cfr. Relatório sobre a aplicação da tramitação prejudicial urgente..., cit.

indica o caminho a seguir pelo TJ e sistema jurisdicional europeu<sup>204</sup>. Se é certo que a tendência de especialização se confirmará ao nível do TJ mediante o estabelecimento de tribunais especializados<sup>205</sup>, afigura-se-nos, no entanto, que o TJ procura preservar a sua competência generalista de modo a não fragmentar, de certa forma, o contencioso europeu.

Vimos que a especialização verificada no âmbito da tramitação prejudicial urgente responde a exigências relacionadas com a urgência *de per si*. Acresce que é valorizado o contraditório oral, justificado por exigências de celeridade e de preservação dos interesses dos EM no domínio sensível que é o ELSJ.

Cumprе aferir se existe algo que se assemelhe a um padrão quanto à prática seguida pelo TJ quanto às decisões de deferimento ou indeferimento da tramitação prejudicial urgente. Ora, não podemos procurar naquelas decisões que competem à secção designada por uma expressão de preferência sobre um ou outro domínio material em particular para o deferimento do pedido de tramitação urgente, na medida em que tais decisões não são fundamentadas, conforme já tivemos oportunidade de apontar.

A decisão acerca do deferimento ou indeferimento do pedido de TPU foi proferida, no período de referência, numa média de aproximadamente 8 dias<sup>206</sup>. Tendo em conta o facto de que as decisões não serem fundamentadas, e que é exigido ao órgão de reenvio que, no pedido de tramitação urgente, exponha as circunstâncias do caso que, no seu entender, são suscetíveis de caracterizar uma situação de urgência, afigura-se-nos algo excessiva a duração média aferida.

Do ponto de vista nacional, apercebemo-nos que os juízes nacionais tendem a considerar que a natureza penal do caso constitui *de per si* motivo suficiente para a aplicação da tramitação prejudicial urgente<sup>207</sup>. Ora, é certo que grande número dos processos que tramitaram sob a tramitação prejudicial urgente são de natureza penal, contudo, tal não significa que um processo penal deva necessariamente tramitar sob a tramitação prejudicial urgente.

---

<sup>204</sup> Cfr. Clement-Wilz, Laure, “La procédure préjudicielle d’urgence, nouveau théâtre du procès européen ? ”, consultado a 28 de novembro de 2015, [http://www.gdr-elsj.eu/wp-content/uploads/2012/10/Article\\_PPU\\_extrait\\_LCW-1.pdf](http://www.gdr-elsj.eu/wp-content/uploads/2012/10/Article_PPU_extrait_LCW-1.pdf).

<sup>205</sup> Dispõe o art. 19.º, n.º 1, primeira parte, do TUE, que “[o] Tribunal de Justiça da União Europeia inclui o Tribunal de Justiça, o Tribunal Geral e tribunais especializados”.

<sup>206</sup> Cfr. anexo: quadro I – Duração dos processos com TPU.

<sup>207</sup> Cfr. anexo: quadro III – Pedidos de TPU indeferidos: tramitação posterior e matéria.

Nesse sentido, atente-se nomeadamente no caso *Pontini*<sup>208</sup>, no qual o juiz nacional motiva o seu pedido de aplicação de tramitação prejudicial urgente na circunstância de o processo penal nacional instaurado contra as partes principais estar pendente há vários anos. Todavia, a natureza penal do caso é indiferente para a secção de urgência, que esclarece que o caso não está compreendido no âmbito de aplicação daquela forma processual<sup>209</sup>.

A jurisprudência do TJ demonstra que a tramitação urgente é aplicada maioritariamente ao nível da cooperação judiciária em matéria civil (no âmbito de processos de execução das decisões em matérias matrimonial e de responsabilidade parental), sendo certo que dos 28 processos prejudiciais que correram termos no TJ sob tramitação urgente, 10 deles recaíram sobre essa matéria. Em 2012, o TJ denotou que metade dos processos prejudiciais que seguiram tramitação urgente desde a sua entrada em vigor incidiam sobre a competência, reconhecimento e execução das decisões em matéria matrimonial e de responsabilidades parentais<sup>210</sup>, prática que, como se vê, tem vindo a aumentar.

Não podemos, todavia, afirmar que se trata de uma maioria esmagadora ao nível do domínio material dos processos, porquanto, no período de referência, 9 reenvios incidiram sobre matéria de vistos, imigração e asilo, e outros 9 sobre cooperação policial e penal<sup>211</sup>, pelo que facilmente percebemos que não é dada peculiar predileção a uma determinada matéria.

Ainda assim, atendendo às circunstâncias de facto e de direito nas quais a tramitação prejudicial urgente foi concedida, é-nos ainda possível identificar dois tipos de situações que levaram o TJ a pronunciar-se de forma muito célere:

- a) Quando se verifica um risco de deterioração irreparável da relação progenitor/filho, designadamente quando está em causa o regresso de um filho privado de contacto com um dos seus progenitores ou o reagrupamento familiar;
- b) Quando uma pessoa está detida e a manutenção da detenção depende da resposta a dar pelo TJ.

Com efeito, por um lado, resulta da jurisprudência do TJ que este tem vindo a conceder a aplicação da TPU quando está em causa uma situação que envolve

---

<sup>208</sup> Cfr. acórdão *Pontini*, de 24 de Junho de 2010, proc. C-375/08.

<sup>209</sup> Cfr. acórdão *Pontini*, cit., p. 43

<sup>210</sup> Cfr. Relatório sobre a aplicação da tramitação prejudicial urgente..., cit.

<sup>211</sup> Cfr. anexo: quadro II – Matéria dos processos com TPU.



responsabilidades parentais, e cuja demora processual seria muito desfavorável às relações entre o progenitor e o filho, podendo ser irreversível a degradação dessas relações. Verificamos ademais que o TJ tem atribuído uma particular importância à circunstância de a pessoa envolvida no processo de origem se encontrar detida ou, de alguma forma, privada da sua liberdade. Sobre esse aspeto, vimos que no caso *West*, o particular em causa encontrava-se na iminência de dever ser libertado, na medida em que aproximava-se do fim a pena a pena que cumpria, quando o reenvio prejudicial foi submetido ao TJ. Grande parte dos casos tratados sob esta forma de processo envolviam pessoas privadas de liberdade, ou porque se encontravam presos, ou em virtude de um internamento em estabelecimento de saúde ou, ainda, por estarem retidos por força da entrada ilegal no território da União.

Concluimos que a prática que demonstra a jurisprudência do TJ está em conformidade, não só com as hipóteses mencionadas por aquele órgão na sua Nota Informativa sobre a apresentação de pedidos de decisão prejudicial pelos órgãos jurisdicionais nacionais<sup>212</sup>, bem como com o convite do Conselho ao TJ no sentido de aplicar a tramitação prejudicial urgente em situações privativas de liberdade<sup>213</sup>, e, bem assim, com o consagrado no § 4 do art. 267.º do TFUE.

Sublinhando o já mencionado, temos que, não sendo possível enumerar aqui aquelas situações de modo exaustivo, em virtude, designadamente, do carácter variado e evolutivo das normas da União que regulam o ELSJ, um órgão jurisdicional nacional poderá apresentar um pedido de tramitação prejudicial urgente, por exemplo, nas situações seguintes: no caso, previsto no artigo 267.º, § 4, do TFUE, de uma pessoa detida ou privada de liberdade, quando a resposta à questão colocada seja determinante para a apreciação da situação jurídica dessa pessoa ou, no caso de um litígio relativo a responsabilidades parentais ou à guarda de crianças, quando a competência do juiz

---

<sup>212</sup> Cfr. Nota Informativa relativa à instauração de processos prejudiciais pelos órgãos jurisdicionais nacionais, que substitui a Nota Informativa de 2009 relativa à apresentação de pedidos de decisão prejudicial pelos órgãos jurisdicionais nacionais, JOUE (2009/C 297/01), JOUE (2011/C 160/1), p. 1, n.º 37: 2 “[...] um órgão jurisdicional nacional poderá apresentar um pedido de tramitação segundo o processo prejudicial urgente, por exemplo, nas situações seguintes: no caso, previsto no artigo 267.º, quarto parágrafo, TFUE, de uma pessoa detida ou privada de liberdade, quando a resposta à questão colocada seja determinante para a apreciação da situação jurídica dessa pessoa ou, no caso de um litígio relativo ao poder parental ou à guarda de crianças, quando a competência do juiz chamado a julgar a causa nos termos do direito da União dependa da resposta à questão prejudicial.”

<sup>213</sup> Declaração do Conselho que acompanha a decisão..., cit., p. 44.

chamado a julgar a causa nos termos do direito da União dependa da resposta à questão prejudicial.

### 1.3. Quanto à dilação temporal

No último ano, dos 10 pedidos de TPU apresentados ao TJ, a secção designada considerou que os requisitos exigidos pelos art. 107.º e ss. do RPTJ estavam preenchidos em cinco deles, tendo estes processos sido encerrados num prazo médio de 2,5 meses<sup>214</sup> a contar da data da entrada do pedido de reenvio no TJ, verificando-se um aumento relativamente ao ano anterior, que registou uma duração média de 2,2 meses.

Foi no ano de 2012 que se verificou a menor duração média de processos que seguiram a tramitação prejudicial urgente, de 1,9 meses<sup>215</sup>.

Realce-se que os textos legislativos não impõem um determinado prazo para a duração destes processos com tramitação excecional. No entanto, na declaração que acompanha a decisão de alteração do ETJU no sentido de introduzir o atual art. 23.º-A do Protocolo (n.º 3) relativo ao ETJUE, o Conselho assinala que o processo prejudicial submetido a tramitação urgente “deverá ficar concluído no prazo de três meses”<sup>216</sup>. Ora, atendendo aos oito anos civis que correram desde a entrada em vigor daquela tramitação, verificamos que o TJ foi capaz, no geral, de cumprir a recomendação do Conselho, porquanto a média da duração dos processos urgentes no período de referência foi de 2,2 meses<sup>217</sup>.

Não obstante, note-se que a duração do processo *Aranyosi Căldăraru*<sup>218</sup> excedeu os aludidos três meses, ultrapassando aquele limite indicativo em 28 dias. Trata-se do processo que mais tempo demorou até ser concluído, com uma duração total registada de 118 dias, em matéria de mandado de detenção europeu, atribuído à Grande Secção, como vimos. Este processo padeceu, pois, de uma duração notoriamente excessiva. A nosso ver, esta circunstância poderá dever-se ao facto de terem sido apensados os processos C-404/15 e C-659/15 PPU, ou, essencialmente, pelo facto de se ter verificado

---

<sup>214</sup> Cfr. anexo: quadro I – Duração dos processos com TPU.

<sup>215</sup> Média duração processos com tramitação prejudicial urgente: 2008: 2,1 meses; 2009: 2,5 meses; 2010: 2,1 meses; 2011: 2,6 meses; 2012: 1,9 meses; 2013: 2,0 meses; 2014: 2,2 meses; 2015: 2,2 meses. Cfr. anexo: quadro I – Duração dos processos com TPU.

<sup>216</sup> Cfr. JOUE (2008/L 24/44), p. 44.

<sup>217</sup> Cfr. anexo: quadro I – Duração dos processos com TPU.

<sup>218</sup> Cfr. acórdão *Aranyosi Căldăraru*, cit.

neste processo uma elevada intervenção dos EM<sup>219</sup>, tendo intervindo 10 EM, quando a média registada no período de referência foi de 2,9.

No relatório sobre a aplicação da tramitação prejudicial urgente, remetido ao Conselho em 31 de janeiro de 2012, o TJ teve em conta a média de resolução dos processos submetidos a tramitação prejudicial urgente durante o período compreendido entre 1 de março de 2008 e 6 de outubro de 2011, a qual foi de 66 dias a contar do pedido de submeter o processo a tramitação prejudicial urgente. Salientou o TJ que o “objetivo principal visado e anunciado pelo Tribunal de Justiça, isto é, a resolução deste tipo de processos dentro de prazos muito curtos, de cerca de dois a quatro meses, com variações possíveis em função do grau da urgência, foi, portanto, plenamente alcançado”<sup>220</sup>. Aquela média foi também apontada pela doutrina como tendo sido “un véritable succès”<sup>221</sup>, pelo menos do ponto de vista da celeridade.

Em termos comparativos, concluímos assim que a média a longo prazo manifesta uma diminuição da duração dos processos urgentes, porquanto, como vimos, foi de 66 dias, a contar da entrada do processo de reenvio no TJ. Tal duração situa-se, assim, na duração expectada pelo TJ.

Verificamos que foi o processo A.<sup>222</sup> que foi concluído no mais curto período de tempo, em 23 dias, referente ao domínio de cooperação policial e judiciária em matéria penal. Relembremos, todavia, que foi decidido por despacho fundamentado, nos termos do art. 99.º do RPTJ. Se atendermos aos processos que foram decididos por acórdão, o mais célere foi então o caso *Santesteban Goicoechea*, concluído em 40 dias.

É interessante notar o caso *Lopes Da Silva Jorge*<sup>223</sup>, relativamente ao qual, não obstante estar em causa a execução de um mandado de detenção europeu, o processo seguiu a tramitação ordinária, tendo durado 18 meses, ou seja, mais do que a já supra referida média de duração dos reenvios prejudiciais que correram termos no TJ no último ano. Neste acórdão, o TJ recorda que, embora os EM devam, em princípio, cumprir um mandado de detenção europeu, têm a possibilidade de permitir, em situações específicas, às autoridades judiciais competentes decidirem que uma pena

---

<sup>219</sup> Cfr. anexo: quadro IV – Intervenção dos em nos processos com TPU.

<sup>220</sup> Cfr. Relatório sobre a aplicação da tramitação prejudicial urgente..., cit., p. 2.

<sup>221</sup> Cfr. Tizzano, Antonio e Paolo Iannuccelli, “La procédure préjudicielle d’urgence...”, p. 107.

<sup>222</sup> Cfr. despacho A., cit.

<sup>223</sup> Cfr. acórdão *Lopes Da Silva Jorge*, de 5 de dezembro de 2012, proc. C-42/11, cujo pedido de reenvio entrou no TJ em 31 de janeiro de 2011.

aplicada deve ser executada no território do EM de execução. É esse o caso, segundo a decisão-quadro, quando a pessoa procurada “se encontrar no Estado-Membro de execução, for sua nacional ou sua residente” e este Estado se comprometa a executar essa pena nos termos do seu direito nacional. Segundo jurisprudência assente, este motivo de não execução facultativa tem, designadamente, por objetivo permitir à autoridade judiciária de execução dar uma especial importância à possibilidade de aumentar as oportunidades de reinserção social da pessoa procurada após o cumprimento da pena a que foi condenada. Este objetivo pode ser legitimamente prosseguido quando se demonstre um grau de integração real na sociedade do referido Estado.

Conforme o TJ já decidiu<sup>224</sup>, em derrogação ao princípio do reconhecimento mútuo, um EM pode limitar o benefício deste motivo de recusa da execução do mandado de detenção europeu aos seus nacionais ou aos nacionais de outros EM que tenham permanecido legalmente no território nacional ao longo de um período contínuo de cinco anos. Este requisito pode, com efeito, ser considerado suscetível de garantir que a pessoa procurada está suficientemente integrada no EM de execução. Contudo, os EM não podem, sob pena de violar o princípio da não discriminação em razão da nacionalidade<sup>225</sup>, limitar a não execução do mandado em relação ao motivo em questão apenas aos nacionais, com exclusão absoluta e automática dos nacionais de outros EM que se encontram ou residem – devendo estas expressões ser definidas de forma uniforme pelos EM – no território do EM de execução e independentemente dos laços que tenham com esse EM.

Mais referiu o TJ que aquela constatação não implica que o Estado em questão deva necessariamente recusar executar o mandado de detenção europeu emitido contra qualquer pessoa que resida ou se encontre no seu território. Contudo, na medida em que apresente um grau de integração na sociedade do referido Estado comparável ao de um nacional, a autoridade judiciária de execução deve poder apreciar se existe um interesse legítimo que justifique que a pena aplicada no EM de emissão seja executada no território do EM de execução.

Ora, atendendo nomeadamente a este último caso, questionamos se deveriam ser mais frequentes os pedidos de aplicação da tramitação urgente, ou se tal conduziria a

---

<sup>224</sup> Cfr. acórdão *Wolzenburg*, de 6 de outubro de 2008, proc. C-123/08.

<sup>225</sup> Cfr. art. 18.º do TFUE.

uma perda da qualidade da jurisprudência do TJ. Com efeito, desde as primeiras aplicações da tramitação prejudicial urgente, certos autores assumiam já uma posição de dúvida relativamente à qualidade das decisões do TJ no âmbito de processos que tivessem seguido aquela tramitação, por exemplo, como vimos, no caso *Leymann e Pustovarov* pelo facto de não ter tratado das questões de princípio sobre o mandado de detenção europeu<sup>226</sup>.

Em busca de uma eficácia permanente, sem descurar as exigências inerentes a uma atividade dedicada à justiça, a tramitação prejudicial urgente procura aplicar estas duas exigências de celeridade e qualidade da justiça até aos seus extremos, em razão do seu campo de aplicação específico.

A advogada-geral Juliane Kokott sublinha que nos processos prejudiciais com tramitação urgente, em que os EM apenas podem participar em audiência (com exceção do EM ao qual pertence o órgão jurisdicional que apresenta o pedido de decisão prejudicial), o TJ deve ser particularmente cuidadoso na apreciação da relevância de questões prejudiciais para a decisão do processo principal<sup>227</sup>.

## Conclusão

Como vimos, a TPU simplifica as diferentes etapas do processo no Tribunal de Justiça, mas a sua aplicação impõe contingências significativas a este Tribunal, às partes e aos outros interessados que intervenham no processo, em particular aos EM.

Por conseguinte, só deve ser requerida em circunstâncias em que seja absolutamente necessário que o Tribunal profira uma decisão sobre o pedido de decisão prejudicial o mais rapidamente possível. Não sendo possível enumerar aqui essas situações de modo exaustivo, em virtude, designadamente, do carácter variado e evolutivo das normas da União que regulam o ELSJ, um órgão jurisdicional nacional poderá apresentar um pedido de tramitação prejudicial urgente, por exemplo, nas situações seguintes: no caso, previsto no art. 267.º, § 4, do TFUE, de uma pessoa se encontrar detida ou privada de liberdade, quando a resposta à questão colocada seja determinante para a apreciação da situação jurídica dessa pessoa ou, no caso de um litígio relativo a responsabilidades parentais ou à guarda de crianças, quando a

---

<sup>226</sup> Cfr. Barnard, Catherine, “The PPU: Is it worth the candle?...”, pp. 281 a 295.

<sup>227</sup> Cfr. tomada de posição da advogada-geral Juliane Kokott, apresentada em 28 de março de 2012, no processo *Health Service Executive*, cit., § 51.

competência do juiz chamado a julgar a causa nos termos do DUE dependa da resposta à questão prejudicial.

Cremos que o campo de aplicação da TPU está destinado a evoluir em função da intensidade da atividade do legislador da União.

Constatamos que a especialização verificada no âmbito da tramitação prejudicial urgente relaciona-se com exigências da urgência de *per si* do caso. Pudemos ainda constatar que, para tanto, é favorecido o contraditório oral, em razão das exigências de celeridade e de preservação dos interesses dos EM no domínio sensível que é o ELSJ.

Somos de opinião que o receado desvirtuamento do reenvio prejudicial no âmbito da tramitação urgente não se verifica na prática. De facto, lograda a exaustiva análise jurisprudencial levada a cabo, constatamos que o TJ tem sido capaz, desde a consagração legislativa desta tramitação, de produzir, em prazos muito curtos, decisões complexas e devidamente fundamentadas em domínios muito sensíveis.

Não podemos deixar de ressaltar que o verificado sucesso desta tramitação é suscetível de conduzir, num futuro próximo, a uma sobrecarga do serviço da secção designada. A fim de combater essa eventual sobrecarga, afigura-se-nos concebível que a secção designada possa equacionar lançar mão mais vezes da possibilidade de decisão por despacho fundamentado, verificados os requisitos do art. 99.º do RPTJ. Não descuramos ainda a possibilidade de o TJ fazer um uso mais frequente da TPA.

## CAPÍTULO VI

### IMPLICAÇÕES DA CONDIÇÃO DO ELSJ: A POSIÇÃO DOS PARTICULARES

**Sumário:** 1. Implicações do de indeferimento da tramitação prejudicial urgente por exclusão do domínio do ELSJ. 2. Processos cujas questões que revelem do ELSJ e simultaneamente questões excluídas. 3. A fragilidade da condição do ELSJ.

#### 1. Implicações do indeferimento da tramitação prejudicial urgente por exclusão do domínio do ELSJ

Como vimos, se o litígio não incidir sobre o ELSJ não poderá ser submetido à TPU, pelo que determinar o domínio a que pertence o caso em apreço, e consequentemente as questões prejudiciais a submeter ao TJ, constitui uma tarefa primordial do juiz nacional.

Caso se verifique que o litígio não incide sobre o ELSJ, o pedido de tramitação urgente será liminarmente indeferido pelo TJ, o que se verificou nomeadamente no caso *Pontini*<sup>228</sup>.

Neste processo, sucedeu que na sequência de investigações iniciadas em 2004 a pedido da Procura della Repubblica di Treviso, foi instaurado um processo no Tribunale di Treviso (Tribunal de Treviso) contra L. Pontini e o., com base nas disposições pertinentes do Código Penal italiano, pela prática dos crimes de associação criminosa e de burla agravada e continuada em prejuízo da Comunidade Europeia. Segundo a acusação, durante os anos de 2002 a 2004, os arguidos receberam indevidamente subvenções comunitárias, a saber, prémios especiais para os bovinos machos e pagamentos por extensificação previstos, respetivamente, nos art. 4.º, n.º 1, e 13.º do Regulamento (CE) n.º 1254/1999 do Conselho, de 17 de maio de 1999, que estabelece a organização comum de mercado no sector da carne de bovino<sup>229</sup>.

O juiz nacional de reenvio interroga-se sobre se, no que diz respeito aos requisitos de concessão de subvenções financeiras comunitárias como as em causa no processo principal, o Regulamento (CE) n.º 1254/1999 previu requisitos estritos, não derogáveis pelos EM, ou se estabeleceu um quadro geral de referência, remetendo para

---

<sup>228</sup> Cfr. Acórdão *Pontini*, cit.

<sup>229</sup> Cfr. JOUE (1999/L 160/21), pp. 21-47.

as competentes autoridades nacionais a necessária aplicação e a regulamentação dos detalhes.

O órgão jurisdicional de reenvio acompanhou a sua questão prejudicial de um pedido ao TJ de aplicação da tramitação urgente, em conformidade com o então art. 104.º-B do RPTJ, considerando que a questão exigia uma resposta urgente do TJ, pelo facto de o processo penal contra os arguidos estar pendente desde 2004 e de, entretanto, a autoridade nacional competente ter suspenso a concessão de todas as subvenções comunitárias aos arguidos. Sucedeu que por decisão de 21 de agosto de 2008, a Terceira Secção do TJ indeferiu esse pedido, dado que o pedido de decisão prejudicial não abrange um domínio coberto pela tramitação urgente prevista nos art. 23.º-A do Protocolo (n.º 3) relativo ao ETJUE e então 104.º-B do RPTJ e que, de qualquer forma, não tem a urgência exigida para a aplicação da referida tramitação. A título subsidiário, e pelas mesmas razões, o órgão jurisdicional de reenvio pediu ao TJ que submetesse o presente reenvio prejudicial à tramitação acelerada, nos termos do anterior art. 104.º-A, § 1, do RPTJ. Todavia, e por despacho de 29 de setembro de 2008, o presidente do TJ indeferiu este pedido, por considerar não estarem preenchidos os requisitos previstos naquela norma. Este processo foi concluído em praticamente 26 meses<sup>230</sup>.

Perante aquela posição do TJ, é legítimo questionarmos a rejeição de aplicação da tramitação prejudicial urgente num caso que não incida sobre o título V da parte III do TFUE, mas que revele tanta urgência quanto um caso que incida sobre o ELSJ. Esta limitação leva-nos a concluir que poderão existir litígios cujas questões prejudiciais sejam eventualmente menos sensíveis que as do ELSJ, mas cujo caso possa revelar mais urgência e não ser ainda assim submetido a uma tramitação urgente ou acelerada.

## **2. Processos cujas questões relevem do ELSJ e simultaneamente questões excluídas desse domínio**

Como sabemos, num reenvio prejudicial, os órgãos jurisdicionais nacionais podem colocar ao TJ várias questões prejudiciais, pelo que pode surgir a hipótese de, no mesmo caso, serem simultaneamente colocadas ao TJ questões prejudiciais que relevem do ELSJ e questões excluídas desse domínio. É certo que uma tal situação seria muito

---

<sup>230</sup> O pedido de decisão prejudicial deu entrada no TJ em 18 de agosto de 2008, e o acórdão foi proferido em 24 de junho de 2010.



rara. Não obstante, dada a diversidade casuística dos processos, não podemos deixar de abordar esta questão.

Conforme sublinha Paolo Iannuccelli<sup>231</sup>, uma tal situação levanta dúvidas acerca da tramitação processual que deve ser aplicada ao processo, e mais concretamente se devem as questões ser desassociadas a fim de somente as referentes ao ELSJ serem respondidas pelo TJ sob a tramitação urgente, ou se deve ser aplicada a tramitação prejudicial urgente à globalidade das questões.

Por um lado, caso se concluísse pela necessidade de dissociação das questões, a secção de urgência do TJ trataria sob a tramitação urgente apenas as questões do âmbito do ELSJ, e as restantes sob a tramitação processual ordinária. Poderia eventualmente aplicar-se a tramitação acelerada para estas últimas.

Todavia, defendemos que esta não seria a melhor solução porquanto, desde logo, é possível prever que desse origem a problemas de diversas ordens, designadamente a circunstância de o mesmo processo ser fracionado em diferentes formas processuais, o que causaria certamente dificuldades às partes, prejudicando a sua defesa. Acresce que certas questões são dificilmente dissociadas umas das outras, pelo que a teoria poderia não acompanhar com a prática. Isto implicaria, ainda, a necessidade de o TJ analisar previamente quais as questões suscetíveis de serem dissociadas umas das outras, e de se realizar no âmbito do mesmo processo duas vezes as fases escrita e oral.

Defendemos, assim, que uma tal hipótese seria suscetível de, a nosso ver, colidir com o princípio da boa administração, consignado no art. 41.º da Carta<sup>232</sup>. O direito fundamental a uma boa administração consagra um relevante conjunto de direitos e garantias de todas as pessoas que se relacionem com a Administração, “evidenciando a

---

<sup>231</sup> Cfr. Tizzano, Antonio e Paolo Iannuccelli, “La procédure préjudicielle...”, pp. 128 e 129.

<sup>232</sup> Dispõe aquele artigo que “1. Todas as pessoas têm direito a que os seus assuntos sejam tratados pelas instituições e órgãos da União de forma imparcial, equitativa e num prazo razoável. 2. Este direito compreende, nomeadamente: o direito de qualquer pessoa a ser ouvida antes de a seu respeito ser tomada qualquer medida individual que a afete desfavoravelmente, o direito de qualquer pessoa a ter acesso aos processos que se lhe refiram, no respeito dos legítimos interesses da confidencialidade e do segredo profissional e comercial, a obrigação, por parte da administração, de fundamentar as suas decisões. 3. Todas as pessoas têm direito à reparação, por parte da Comunidade, dos danos causados pelas suas instituições ou pelos seus agentes no exercício das respetivas funções, de acordo com os princípios gerais comuns às legislações dos Estados-Membros. 4. Todas as pessoas têm a possibilidade de se dirigir às instituições da União numa das línguas oficiais dos Tratados, devendo obter uma resposta na mesma língua”.

conceção da União como uma comunidade de direito e o reforço da cidadania europeia”<sup>233</sup>. A disposição desta norma determina um âmbito de aplicação adequado porquanto abarca todas as pessoas, físicas e coletivas, independentemente da sua nacionalidade e residência ou sede social, e que estabeleçam uma relação com a Administração. Por outras palavras, trata-se de um princípio reconhecido a todos os que estabeleçam uma relação com a Administração num procedimento que diga respeito ao DUE. É, assim, suscetível de ser exercido relativamente às instituições, órgãos e organismos da EU, bem como relativamente aos EM quando apliquem o DUE, ou seja, as entidades administrativas nacionais, regionais e locais, por força do art. 51.º da Carta, supra analisado.

Acompanhamos Cláudia Viana quando afirma que se trata de um “direito de conteúdo complexo, que assenta na conceção da União como comunidade de direito, e que é indutor de um conjunto de princípios e deveres a respeitar pela Administração (quer organicamente europeia quer funcionalmente europeia), sempre que esteja em causa a aplicação do direito da União”<sup>234</sup>.

O dever de boa administração exige um tratamento imparcial, equitativo e em prazo razoável, estando indissociavelmente ligado ao dever de diligência. Note-se que, e com relevância para o presente estudo, esta norma alude ao “prazo razoável” que constitui, como tivemos oportunidade de ver, uma aplicação do princípio da tutela jurisdicional efetiva.

Acresce que, conforme já referimos, a TPU é uma tramitação excecional, derogatória do regime geral, pelo que a sua aplicação, efetivamente apenas deve aplicar-se ao domínio previsto para o efeito no art. 107.º do RPTJ.

Poderá, por outro lado, defender-se que a globalidade das questões prejudiciais deve, naquelas hipóteses, ser submetida à tramitação prejudicial urgente, o que permitirá uma maior segurança e coesão processual. Não ignoramos, todavia, que esta solução acarreta também certas dificuldades.

O regime processual da tramitação prejudicial urgente é, repita-se, excecional e derogatório do regime ordinário, sendo as suas condições de aplicação restritas e previstas na legislação. Isto significa que para aplicar a TPU a questões que não

---

<sup>233</sup> Cfr. Viana, Cláudia, Anotação ao artigo 41.º: direito a uma boa administração in Silveira, Alessandra, e Mariana Canotilho (coord.), *Carta dos Direitos Fundamentais*..., p. 483.

<sup>234</sup> Cfr. Viana, Cláudia, Anotação ao artigo 41.º..., p. 487.

preenchem as condições de aplicação desse mesmo regime, ter-se-ia que recorrer a uma interpretação amplificada de uma norma que é, *de per si*, uma exceção<sup>235</sup>. Ademais, o objetivo da tramitação prejudicial urgente é que o caso seja decidido nos prazos mais curtos quanto possíveis.

Posto isto, devendo o TJ apreciar um litígio cujas questões prejudiciais não relevem todas elas do ELSJ, deverá o TJ adotar uma posição e criar jurisprudência num ou noutro sentido.

### **3. A fragilidade da condição do ELSJ**

Recaindo este estudo sobre a harmonização do princípio da tutela jurisdicional efetiva no âmbito de tramitações excepcionais do processo de reenvio prejudicial, que está necessariamente relacionado com a proteção dos direitos fundamentais, não podemos deixar de atribuir particular importância à circunstância de o ELSJ constituir uma condição da tramitação prejudicial urgente. Certo é que existem casos que demonstraram estarem em causa medidas de privação de liberdade e que não integram o campo de aplicação do ELSJ.

Caso o processo principal não possa ser tramitado sob a forma urgente, poderá, por um lado, seguir a forma ordinária, o que acarreta naturalmente inconvenientes significativos nos prazos de conclusão do processo. Por outro lado, poderá seguir a tramitação prejudicial acelerada, o que se verificou, nomeadamente, no caso *Achughbaban*<sup>236</sup>, sobre matéria de regresso de nacionais de países terceiros em situação irregular, e mais recentemente no caso *G.*<sup>237</sup>, no qual se encontrava um indivíduo detido, cuja resposta à questão prejudicial poderia conduzir à sua libertação, sendo certo que as questões prejudiciais incidiam sobre matéria de livre circulação de mercadoria e, portanto, não se enquadravam no domínio do ELSJ. Conforme veremos adiante, a decisão que veio a ser proferida pelo TJ neste processo, implicou que G. não poderia ser responsabilizado penalmente pelos factos que lhe eram imputados no caso principal, pelo que este último foi erradamente sido detido. A sua libertação dependeu, pois, diretamente da decisão do TJ, pelo que se impunha uma decisão prejudicial tão célere quanto possível.

---

<sup>235</sup> Cfr. Tizzano, Antonio e Paolo Iannuccelli, “La procédure préjudicielle...”, p. 129.

<sup>236</sup> Cfr. acórdão *Achughbaban*, de 6 de dezembro de 2011, proc. C-329/11.

<sup>237</sup> Cfr. acórdão *G.*, de 10 de julho de 2014, proc. apensos C-358/13 e C-181/14.

Estas situações levam-nos, pois, a questionar a pertinência da condição do enquadramento das questões prejudiciais no ELSJ para a aplicabilidade da tramitação prejudicial urgente. Esta questão é deveras preocupante, na medida em que para circunstâncias factuais semelhantes (entenda-se, a detenção de um indivíduo), o TJ apresentará soluções processuais diferentes.

Importa, nesta sede, analisarmos quais as consequências processuais quando uma privação de liberdade não é suscetível de desencadear a tramitação prejudicial urgente, por não estar enquadrada no título V da parte III do TFUE.

O art. 267.º do TFUE prevê que sempre que uma questão sobre a interpretação dos Tratados, ou validade e interpretação dos atos adotados pelas instituições da União, seja suscitada em processo pendente perante um órgão jurisdicional nacional cujas decisões não sejam suscetíveis de recurso judicial previsto no direito interno, esse órgão é obrigado a submeter a questão ao Tribunal. Dispõe ainda que se uma questão desta natureza for suscitada em processo pendente perante um órgão jurisdicional nacional relativamente a uma pessoa que se encontre detida, o Tribunal deverá pronunciar-se com a maior brevidade possível. Desde logo, retiramos desta disposição normativa que nem todos os processos apresentados ao TJ poderão ser decididos com a maior brevidade possível. Para além disso, facilmente nos apercebemos que os autores dos tratados demonstraram uma preocupação adicional no tratamento de processos que envolvam a privação de liberdade de cidadãos, impondo que estes sejam decididos nos prazos mais curtos quanto possível. A tramitação prejudicial urgente é a tramitação mais célere prevista no Regulamento de Processo do TJ, a qual se aplica somente a questões que sejam levantadas no âmbito do ELSJ. Isto significa que sendo apresentado ao TJ um caso de privação da liberdade não relacionado com o ELSJ, não poderá ser tramitado pela TOU, sendo legítimo questionarmos se tal desfecho constitui uma violação do art. 267.º n.º 4 do TFUE.

Antes de mais, estando-se perante um caso de privação de liberdade, e com vista ao cumprimento do art. 267.º n.º 4, deverá ser excluída a tramitação normal. Como vimos, a duração média em 2015 dos reenvios prejudiciais foi de 15,3 meses. Não se preenchendo os requisitos previstos no art. 107.º do RPTJ, deverá então recorrer-se à tramitação prejudicial acelerada, ainda que a média de duração destes processos seja superior, conforme demonstraremos adiante.

Com efeito, a TPA não é a tramitação mais célere prevista no RPTJ, pelo que verificamos que, nestas condições, poderemos deparar-nos, na prática, com uma

incoerência legislativa nos art. 267.º n.º 4 do TFUE e 23.º-A do Protocolo (n.º 3) relativo ao ETJUE.

Defendemos ainda que o acesso à TPU para uns processos nos quais esteja em causa uma privação de liberdade e o acesso à tramitação ordinária ou acelerada noutros processos em que também se verifique uma privação de liberdade, mas que não releve do ELSJ, é suscetível de se concretizar num tratamento desigual de casos semelhantes. Um entendimento diferente poderá defender que, se um caso releva do ELSJ e outro não, não poderão ser verdadeiramente semelhantes. Não obstante, o facto de estarmos perante uma privação de liberdade, e não fazendo o art. 267.º n.º 4 qualquer distinção entre as diferentes medidas privativas de liberdade dos particulares, deveria ser suficiente para aplicar a mesma forma processual. Ou será o enquadramento das questões prejudiciais no ELSJ suficiente para determinar o carácter urgente de um caso e justificar essa distinção? Cremos que não. Independentemente do facto de revelar ou não do ELSJ, a verdade é que pode ser premente em ambos os casos que o TJ se pronuncie nos prazos mais céleres, tendo a sua decisão influência sobre a eventual libertação da parte principal. Afigura-se-nos que um tal tratamento diferente poderá colidir com o princípio da não discriminação, que se encontra no coração da União Europeia, e tem valor de direito primário. Com efeito, este princípio para além de se encontrar consagrado nos tratados<sup>238</sup> resulta ainda dos princípios gerais de direito.

Nesta sede, cumpre ainda termos em atenção os termos da reforma do RPTJ ocorrida em 29 de setembro de 2012. Relativamente à TPA, note-se que o art. 62.º-A do Regulamento de Processo de 1991 dispunha que “[o] presidente pode excecionalmente, a pedido do demandante ou do demandado, sob proposta do juiz-relator, ouvidas as outras partes e o advogado-geral, decidir julgar um processo seguindo uma tramitação acelerada, afastando as disposições do presente regulamento, quando a *especial urgência* do processo exija que o Tribunal decida num prazo curto”<sup>239</sup> (itálico nosso). E no seu art. 104.º-A, aplicável aos reenvios prejudiciais, era determinado que “a pedido do órgão jurisdicional nacional, o presidente pode, excecionalmente, sob proposta do juiz-relator, ouvido o advogado-geral, decidir submeter um reenvio prejudicial a tramitação acelerada, afastando a aplicação das disposições do presente regulamento,

---

<sup>238</sup> Cfr. art. 18.º e 19.º do TFUE.

<sup>239</sup> Cfr. JOUE (1991/L 176/7), pp. 7-32.

quando as circunstâncias invocadas justifiquem a *urgência extraordinária* em responder à questão submetida a título prejudicial” (itálico nosso).

No atual RPTJ, temos que no art. 133.º, sob a epígrafe “[d]ecisão relativa à tramitação acelerada” deixou de se fazer menção à “especial urgência do processo”, e, no que toca aos *reenvios prejudiciais*, também no art. 105.º, sob a epígrafe “Tramitação acelerada”, deixou de se fazer referência à “urgência extraordinária” das circunstâncias invocadas. Estes dois atuais artigos dispõem antes que a tramitação acelerada pode ser aplicada quando “a natureza do processo exija o seu tratamento dentro de prazos curtos”.

Deixou, assim, de se fazer qualquer referência à condição de “urgência”, o que, a nosso ver, permite aplicar esta tramitação a um maior número de processos. Cremos ainda que esta reforma permitiu distinguir as condições de aplicação da tramitação prejudicial urgente e tramitação prejudicial acelerada.

## **Conclusão**

Face aos problemas descritos nesta secção que decorrem das condições de acesso à TPU, poderíamos defender a eliminação *tout court* da condição do ELSJ, e, em respeito do art. 267.º, § 4, do TFUE e do princípio da igualdade de tratamento de processos semelhantes, aplicar a tramitação prejudicial urgente a todos os processos nos quais esteja em causa a aplicação de uma medida privativa de liberdade e cuja decisão do TJ seja suscetível de alterar essa circunstância.

Teríamos, nessa hipótese, que o TJ poderia optar pela tramitação mais conveniente e adaptada ao caso concreto, independentemente do âmbito material da questão suscitada ao TJ. A consideração pelo TJ do grau de urgência do caso seria suscetível de permitir uma maior uniformização de jurisprudência com vista à aplicação da mesma tramitação a processos com circunstâncias semelhantes. Para processos menos urgentes mas cujo tratamento acelerado seja necessário, manter-se-ia a aplicabilidade da tramitação acelerada.

Contudo, esta solução teria por desvantagem a circunstância de limitar a aplicabilidade da tramitação prejudicial urgente aos processos que envolvem uma medida privativa de liberdade. Nesta hipótese, todos os processos cujas questões prejudiciais integram atualmente o ELSJ, mas que não preenchessem aquela condição, seriam excluídos.

Não se nos afigura aceitável uma tal solução, desde logo porque tivemos oportunidade de analisar situações concretas nas quais a urgência do caso nada tinha que ver com medidas privativas de liberdade, podendo, antes, prender-se com temas como a cooperação judiciária em matéria civil, designadamente a necessidade de salvaguardar os laços familiares entre progenitores e filhos menores.

Outra solução que tem vindo a ser reproduzida pela doutrina passa pela fusão da tramitação prejudicial urgente com a tramitação prejudicial acelerada. Neste sentido, defende Laure Clément-Wilz que a urgência do processo deve ser a única circunstância a atender para a determinação da tramitação que irá seguir<sup>240</sup>. Defende ainda esta doutrina que a interpretação do carácter urgente deveria continuar a ser realizada no sentido estrito, porquanto não podemos deixar de lembrar que se trata de uma forma processual excecional. Independentemente do âmbito material das questões recair ou não sobre o ELSJ, estando em causa uma privação de liberdade aplicar-se-ia automaticamente a TPU, desde logo por estar bem nítido o cunho urgente, sem contudo limitar a tramitação em apreço a estes casos.

Segundo este entendimento, caberia ao TJ determinar antes de mais se as circunstâncias do caso em concreto revelam um carácter urgente que lhe permita aplicar-lhe uma tramitação mais célere, sendo certo que, em caso contrário, o processo seguiria os trâmites ordinários. Esta solução permitiria oferecer um tratamento igual a processos cujas circunstâncias casuísticas se assemelham.

Não obstante, não podemos olvidar que esta solução, embora mais justa que a anterior, tem a penosa consequência de desprovir a TPU de todo o seu enquadramento formal e condições de acesso, cujo regime é – relembre-se, excecional – podendo abrir caminho para uma “banalização” da TPU. Cremos que é essa banalização que o legislador da União pretendeu evitar, antecipando que, caso tal sucedesse, certamente não seria possível ao TJ cumprir os três meses de duração recomendados para processos de reenvio urgentes.

---

<sup>240</sup> Cfr. Clement-Wilz, Laure, “La procédure préjudicielle...”, pp. 165 e 166.

## **PARTE III**

### **CAPÍTULO VII**

#### **DETERMINAÇÃO DA NATUREZA DO CONTENCIOSO NA TRAMITAÇÃO PREJUDICIAL ACELERADA E A SUA HARMONIZAÇÃO COM O PRINCÍPIO DA TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA**

**Sumário:** 1. Condições de acesso à tramitação prejudicial acelerada: domínios de aplicação. 1.1. Análise jurisprudencial.

##### **1. Condições de acesso à tramitação prejudicial acelerada: domínios de aplicação**

Nos termos do art. 105.º do RPTJ, um reenvio prejudicial pode ser sujeito a TPA, em derrogação das disposições gerais deste regulamento, quando a natureza do processo exija o seu tratamento dentro de prazos curtos.

Diferentemente do que ocorre na TPU, não existe para a TPA um domínio material específico ao qual se encontre limitada a sua condição de acesso. Conforme veremos, a tramitação acelerada tem sido aplicada às mais diversas áreas do DUE, desde política externa e segurança comum, política económica e monetária, matéria de princípios, objetivos e missões dos tratados, entre outras. Na verdade, é às circunstâncias de facto e a suscetibilidade de um ou vários indivíduos serem prejudicados irreparavelmente nos seus direitos ou interesses que o presidente do TJ tem atendido no momento da decisão acerca da tramitação.

Deste modo, não levaremos a cabo, nesta secção, uma análise jurisprudencial semelhante à realizada no capítulo anterior, organizada em razão da matéria das questões prejudiciais. Decidimos, antes, que a abordagem que se segue aos acórdãos proferidos nos processos que seguiram a tramitação prejudicial acelerada no período de referência seguirá uma organização cronológica, importando, ainda assim, realçar aqueles cujas questões prejudiciais dizem respeito a matéria enquadrada no ELSJ<sup>241</sup>.

---

<sup>241</sup> Cfr. acórdãos *Kozłowski*, de 17 de julho 2008, proc. C-66/08; *Chatzi*, de 16 de setembro de 2010, proc. C-149/10; *Purrucker*, de 9 de novembro de 2010, proc. C-296/10 e *Ivanova Gogova*, de 21 de outubro de 2015, proc. C-215/15.



### 1.1. Análise jurisprudencial

O acórdão *Kozłowski*<sup>242</sup> foi o primeiro a ser proferido no período de referência no âmbito de um processo de reenvio prejudicial submetido a tramitação acelerada, cujas questões prejudiciais se inseriam no âmbito do ELSJ.

Neste caso o TJ foi chamado a analisar o art. 4.º, § 6, da Decisão-Quadro 2002/584/JAI, interpretando o conceito de residência e destacando as situações equiparáveis (em francês «réside ou demeure»).

Por sentença de 2002 do Sąd Rejonowy w Tucholi (Tribunal da Comarca de Tuchola) (Polónia), S. Kozłowski foi condenado na pena de prisão de cinco meses pelo crime de dano. A sentença condenatória transitou em julgado, mas a pena ainda não fora executada. S. Kozłowski encontrava-se preso desde 2006 no Centro Penitenciário de Stuttgart (Alemanha), onde cumpria uma pena privativa da liberdade de três anos e seis meses, na qual foi condenado por duas sentenças do Amtsgericht Stuttgart, de 2006 e de 2007, por 61 crimes de burla cometidos na Alemanha. Por mandado de detenção europeu emitido em 2007, a autoridade judiciária polaca de emissão pediu à autoridade judiciária alemã de execução a entrega de S. Kozłowski para efeitos de execução da pena de prisão de cinco meses em que foi condenado pelo Sąd Rejonowy w Tucholi. S. Kozłowski foi ouvido pelo Amtsgericht Stuttgart quanto a essa questão e, nessa audição, informou que não consentia na sua entrega à autoridade judiciária polaca de emissão.

Nestas condições, o órgão nacional de reenvio procura saber se S. Kozłowski preenche a condição de residência na aceção do art. 4.º, n.º 6, da decisão-quadro. Com efeito, aquele permanece no território alemão, ainda de que forma não contínua, desde o mês de fevereiro de 2005, provavelmente ilegalmente e sem intenção de voltar à Polónia. Em caso de resposta afirmativa, as autoridades de execução poderiam recorrer à faculdade que lhes assiste de recusar a execução do mandado de detenção europeu, executando a pena decidida pelas autoridades polacas nos termos do seu direito nacional.

O TJ declarou que “uma pessoa procurada é «residente» no Estado-Membro de execução quando tiver fixado a sua residência real nesse Estado-Membro e «encontre-se» aí quando, na sequência de uma permanência estável de uma certa duração nesse Estado-Membro, criou laços com esse Estado num grau semelhante aos que resultam da

---

<sup>242</sup> Cfr. acórdão *Kozłowski*, cit.

residência». O TJ declarou ainda que “para determinar se entre a pessoa procurada e o Estado-Membro de execução existem laços que permitam considerar que essa pessoa está abrangida pela expressão «se encontrar», na aceção do referido artigo 4.º, n.º 6, cabe à autoridade judiciária de execução fazer uma apreciação global de vários dos elementos objetivos que caracterizam a situação dessa pessoa, entre os quais, nomeadamente, a duração, a natureza e as condições da sua permanência, bem como os seus laços familiares e económicos com o Estado-Membro de execução”.

Quanto à tramitação deste processo, reveste de particular interesse, porquanto o órgão de reenvio pediu ao TJ que o processo fosse submetido à tramitação prejudicial urgente, nos termos dos art. 23.º-A do Protocolo (n.º 3) relativo ao ETJUE e 104.º-B do RPTJ. Contudo, e tal como aquele órgão jurisdicional nacional precisou na sua decisão, aqueles artigos publicados no JOUE em 29 de janeiro de 2008, cuja aplicação foi requerida pelo órgão nacional por antecipação, somente se verificaria a 1 de março de 2008. Ora, tendo o caso dado entrada no TJ antes desta data, o TJ não pôde submeter o processo à tramitação prejudicial urgente.

Não obstante, tendo em conta o espírito de cooperação que caracteriza as relações entre as jurisdições nacionais e o TJ, o TJ interpretou o pedido do órgão de reenvio como visando uma redução substancial da duração do processo e considerou-o como um pedido de aplicação da tramitação acelerada, nos termos do art. 104.º-A do RPTJ.

Nessa decisão acerca da tramitação, o TJ considerou que o caso levanta questões de interpretação num domínio sensível de atuação do legislador da União e que tem por base aspetos centrais do funcionamento do mandado de detenção europeu, sobre os quais cumpre ao TJ pronunciar-se pela primeira vez. Considerou ainda que a interpretação que será a final julgada pelo TJ será suscetível de ter consequências tanto para as autoridades chamadas a cooperar no âmbito de um mandado de detenção europeu como quanto aos direitos das pessoas visadas pelo mandado, e que se encontram em situação de incerteza e insegurança. Por esses motivos, o TJ decidiu aplicar ao processo a TPA.

Seguiu-se o acórdão *Metock*<sup>243</sup>, referente a matéria de cidadania europeia<sup>244</sup>, que incide sobre um caso em que nacionais de países terceiros entraram no EM de

---

<sup>243</sup> Cfr. acórdão *Metock*, de 25 de julho de 2008, proc. C-127/08.

acolhimento antes de se tornarem cônjuges de um cidadão da União, e tem por objeto a interpretação da Diretiva 2004/38/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004, relativa ao direito de livre circulação e residência dos cidadãos da União e dos membros das suas famílias no território dos EM<sup>245</sup>.

O TJ decidiu neste processo que a sobredita diretiva opõe-se à regulamentação de um EM que determina que, para que um nacional de um país terceiro, cônjuge de um cidadão da União que reside nesse EM e do qual não é nacional, possa beneficiar das disposições dessa diretiva, seja exigido que tenha residido de forma legal noutro EM antes de entrar no EM de acolhimento.

Declarou, ainda, que o art. 3.º, n.º 1, da Diretiva 2004/38/CE deve ser interpretado no sentido de que o nacional de um país terceiro, cônjuge de um cidadão da União que reside num EM de que não possui a nacionalidade, que acompanha ou se reúne a esse cidadão da União, beneficia das disposições dessa diretiva, independentemente do local ou da data do seu casamento ou das circunstâncias em que esse nacional de um país terceiro entrou no EM de acolhimento.

Quanto à submissão deste processo a TPA, concluiu o presidente do TJ que é forçoso constatar que num dos processos principais, encontra-se um casal privado de qualquer tipo de vida familiar. Nos três outros processos principais, refere o presidente que, embora não resulta do reenvio que os nacionais dos países terceiros se encontrem sob ameaça de iminente expulsão, dúvidas não restam que se encontram privados de qualquer tipo de vida familiar normal.

De facto, importa atender que o direito ao respeito da vida familiar no sentido que lhe é dado pelo art. 8.º da CEDH integra o quadro de direitos fundamentais que, segundo a firme jurisprudência do TJ, é protegido na ordem jurídica da União<sup>246</sup>.

Conclui o presidente do TJ que uma decisão dentro de prazos muito curtos seria suscetível de pôr termo àquelas situações de incertezas, permitindo aos interessados viver uma vida familiar normal, pelo que, sem necessidade de analisar outras razões

---

<sup>244</sup> Cfr., nomeadamente, Silveira, Alessandra, in Silveira, Alessandra, Mariana Canotilho e Pedro Madeira Froufe (coord.), *Direito da União Europeia...*, pp. 17-72.

<sup>245</sup> Altera o Regulamento (CEE) n.º 1612/68 e que revoga as Diretivas 64/221/CEE, 68/360/CEE, 72/194/CEE, 73/148/CEE, 75/34/CEE, 75/35/CEE, 90/364/CEE, 90/365/CEE e 93/96/CEE, cfr. JOUE (2004/L 158/77), pp. 77-123.

<sup>246</sup> Cfr. acórdãos *Carpenter*, de 11 de julho de 2002, proc. C-60/00; *Akrich*, de 23 de setembro de 2003, proc. C-109/01, e *Parlement/Conseil*, de 27 de junho de 2006, proc. C-540/03.

invocadas pelo órgão jurisdicional de reenvio, deve o processo ser submetido a tramitação acelerada.

No que respeita a matéria de disposições dos tratados e mais concretamente ao controlo das fronteiras, veja-se o acórdão *Melki e Abdeli*<sup>247</sup>. Trata-se do reenvio prejudicial que registou a mais curta duração no âmbito dos processos de reenvio que no período de referência seguiram a tramitação acelerada, com 67 dias.

Os pedidos de reenvio prejudicial aqui em causa foram apresentados no âmbito de dois processos movidos contra, respetivamente, A. Melki e S. Abdeli, ambos de nacionalidade argelina, destinados a obter a prorrogação da sua manutenção em retenção em locais que não estão sob a autoridade da Administração Penitenciária, e têm por objeto a interpretação dos art. 67.º e 267.º, ambos do TFUE, designadamente a questão de saber se tais normativos se opõem a uma legislação interna que permita controlos de identidade na zona compreendida entre a fronteira terrestre da França com os Estados partes na CAAS e uma linha traçada a 20 quilómetros desta em território francês.

O órgão jurisdicional nacional de reenvio, a Cour de cassation, pediu ao Tribunal que decidisse o reenvio com urgência. Para a decisão relativamente à aplicação da tramitação acelerada, importava ter em conta o alegado pelo órgão de reenvio, segundo o qual, por um lado, o litígio dos autos põe em causa a privação de liberdade de indivíduos detidos, e, por outro, dispõe do prazo de três meses para se pronunciar sobre o reenvio da questão prioritária de constitucionalidade ao Conseil constitutionnel, nos termos da legislação nacional<sup>248</sup>. No seu despacho de 12-05-2010 teve, assim, o presidente do Tribunal em conta não só a alegada circunstância de o órgão jurisdicional de reenvio obter resposta às questões colocadas no mais breve prazo possível, mas também o facto de o art. 267.º prever que, incidindo o processo principal sobre pessoa

---

<sup>247</sup> Cfr. acórdão *Melki e Abdeli*, cit.

<sup>248</sup> Cfr. art. 23.º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 58-1067, de 7 de novembro de 1958, sobre a lei orgânica do Conseil constitutionnel, segundo o qual no prazo de três meses a contar da receção da transmissão prevista no artigo 23-2 ou no último parágrafo do artigo 23-1, o Conseil d'État ou a Cour de cassation pronuncia-se sobre o reenvio da questão prioritária de constitucionalidade ao Conseil constitutionnel. Procede-se a esse reenvio quando estiverem preenchidos os requisitos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 23-2 e a questão for nova ou tiver carácter sério.

que se encontre detida, deve o TJ pronunciar-se com a maior brevidade possível. Foi, assim, aplicada aos processos a tramitação acelerada.

Às questões que lhe foram colocadas, declarou o TJ que o art. 267.º do TFUE se opõe à legislação de um EM que consagra um procedimento incidental de fiscalização da constitucionalidade das leis nacionais, na medida em que o carácter prioritário desse procedimento tenha como consequência impedir, quer antes da transmissão de uma questão de constitucionalidade ao tribunal nacional encarregado de exercer a fiscalização da constitucionalidade das leis quer, sendo caso disso, posteriormente à decisão desse tribunal sobre a referida questão, todos os outros órgãos jurisdicionais nacionais de exercerem a sua faculdade ou de cumprirem a sua obrigação de submeter questões prejudiciais ao Tribunal de Justiça. Por outro lado, aquele normativo não se opõe a essa legislação nacional, desde que os outros órgãos jurisdicionais nacionais continuem a poder: a) em qualquer fase do processo que entendam, mesmo depois de concluído o procedimento incidental de fiscalização da constitucionalidade, submeter ao TJ qualquer questão prejudicial que considerem ser necessária; b) adotar qualquer medida necessária, de modo a assegurar a tutela jurisdicional provisória dos direitos conferidos pelo direito da UE, e c) não aplicar, concluído esse procedimento incidental, a norma nacional em causa, se a considerarem contrária ao direito da UE<sup>249</sup>.

Mais referiu o TJ que cabe ao órgão jurisdicional nacional de reenvio determinar, nos processos que lhe são submetidos, qual a interpretação correta do direito nacional. Mais uma vez aqui se nota a liberdade que sempre o TJ atribuiu aos órgãos jurisdicionais nacionais de decidir os litígios em discussão nos processos principais.

Declarou, ainda, o TJ que o n.º 2 do art. 67.º do TFUE, bem como os art. 20.º e 21.º do Regulamento (CE) n.º 562/2006, opõem-se à lei interna que permite que as autoridades policiais do EM em questão controlem, unicamente numa zona de 20 quilómetros a partir da fronteira terrestre desse Estado com os Estados partes na CAAS,

---

<sup>249</sup> No acórdão A., de 11 de setembro de 2014, proc. C-112/13, o TJ recordou os princípios consagrados no processo *Melki e Abdeli*, declarando que o direito da União, nomeadamente o artigo 267.º TFUE, deve ser interpretado no sentido que se opõe a tal legislação nacional desde que o carácter prioritário desse procedimento tenha como consequência impedir, quer antes da apresentação desse pedido ao órgão jurisdicional nacional competente para exercer a fiscalização da constitucionalidade das leis quer, sendo caso disso, depois da decisão desse órgão jurisdicional, esses tribunais comuns de exercerem a sua faculdade ou de cumprirem a obrigação de submeterem ao Tribunal questões prejudiciais.

de 14 de junho de 1985<sup>250</sup>, a identidade de qualquer pessoa, independentemente do comportamento desta e de circunstâncias particulares que demonstrem a existência de um risco de violação da ordem pública, a fim de verificar o respeito das obrigações de posse, porte e apresentação dos títulos e documentos previstos na lei, sem todavia prever o necessário enquadramento dessa competência que garanta que o seu exercício prático não possa ter um efeito equivalente ao dos controlos de fronteira.

No que concerne a matéria de política externa e segurança comum<sup>251</sup>, cumpre mencionar o acórdão *E. e F.*<sup>252</sup>. Embora o processo tenha seguido tramitação acelerada, a sua decisão final foi proferida decorridos seis meses da data da apresentação do pedido de reenvio prejudicial. Trata-se, assim, do processo de reenvio prejudicial com TPA que, no período de referência, registou a mais longa duração, com 180 dias.

O pedido de decisão prejudicial neste processo tinha por objeto, por um lado, a validade da inscrição de uma organização (a DHKP-C) na lista das pessoas, grupos e entidades a que se aplica o Regulamento n.º 2580/2001 do Conselho, de 27 de dezembro de 2001, relativo a medidas restritivas específicas de combate ao terrorismo dirigidas contra determinadas pessoas e entidades<sup>253</sup>, e, por outro, a interpretação dos art. 2.º e 3.º deste regulamento.

O TJ determinou que a inscrição da referida organização na lista prevista no art. 2.º, n.º 3, do referido regulamento é inválida, razão pela qual não pode contribuir para justificar uma condenação penal relacionada com uma alegada violação deste regulamento, relativamente ao período anterior a, no caso, 29 de junho de 2007. Acresce que o art. 2.º, n.º 1, al. b), daquele diploma deve ser interpretado no sentido de que visa a transferência para uma pessoa coletiva, grupo ou entidade que consta da lista prevista no art. 2.º, n.º 3, deste regulamento, por um membro dessa pessoa coletiva, grupo ou

---

<sup>250</sup> Entre os Governos dos Estados da União Económica Benelux, da República Federal da Alemanha e da República Francesa relativo à supressão gradual dos controlos nas fronteiras comuns, assinada em Schengen (Luxemburgo), em 19 de junho de 1990.

<sup>251</sup> Sobre esta matéria, cfr., nomeadamente, Camisão, Isabel e Francisco Pereira Coutinho, “Ação Externa”, in Silveira, Alessandra, Mariana Canotilho e Pedro Madeira Froufe (coord.), *Direito da União Europeia...*, pp. 1187-1235.

<sup>252</sup> Cfr. acórdão *E. e F.*, de 29 de junho de 2010, proc. C-550/09.

<sup>253</sup> Cfr. JOUE (2001/L 344/70), pp. 70-75.

entidade, de fundos, outros ativos financeiros ou recursos económicos angariados ou obtidos de terceiros.

O processo foi submetido a tramitação prejudicial acelerada por pedido do órgão jurisdicional de reenvio, deferido pelo presidente do TJ por despacho de 01-03-2010, três meses após ter sido efetuado o pedido de reenvio. Ora, o reenvio apresentado advinha de um processo penal instaurado contra arguidos acusados de pertencerem a um grupo terrorista no estrangeiro, em violação dos art. 2.º e 3.º do regulamento, e que se encontravam em prisão preventiva, pelo que, sendo essencial que a decisão do reenvio fosse proferida no mais breve prazo possível, decidiu o presidente, e bem, a nosso ver, submeter o processo àquela forma de tramitação. Teve, ainda, o presidente do TJ em consideração a imperatividade de celeridade fixada pelo processo nacional, pondo, deste modo, em prática o princípio da cooperação que caracteriza as relações entre as jurisdições nacionais dos EM e o TJ.

Outro acórdão proferido em 2010 no âmbito de um processo de reenvio conduzido sob a tramitação acelerada foi o caso *Chatzi*<sup>254</sup>, referente a política social, e, em especial, ao direito de licença parental.

Este pedido de decisão prejudicial tem por objeto a interpretação da cláusula 2, n.º 1, do acordo-quadro sobre a licença parental, celebrado em 14 de dezembro de 1995, que figura em anexo à Diretiva 96/34/CE do Conselho, relativa ao acordo-quadro celebrado pela UNICE, pelo CEEP e pela CES<sup>255</sup>.

Este pedido foi apresentado no âmbito de um litígio entre Z. Chatzi e o seu empregador, o Ypourgos Oikonomikon (Ministério das Finanças), a respeito de uma decisão do diretor da repartição de finanças n.º 1 de Tessalónica (Grécia) que lhe recusou o direito a gozar uma licença parental suplementar pelo facto de ter tido gémeos. Z. Chatzi interpôs um recurso desta decisão para o Dioikitiko Efeteio Thessalonikis (Tribunal Administrativo de Recurso de Tessalónica). O tribunal de reenvio salienta que o Symvoulío tis Epikrateias (Conselho de Estado) se pronunciou em 2008 no sentido de que a gravidez múltipla de uma funcionária não dá origem a um número de licenças parentais igual ao número de filhos nascidos. Contudo, o tribunal de reenvio tem dúvidas quanto à interpretação a dar à Diretiva 96/34/CE à luz da CDFUE,

---

<sup>254</sup> Cfr. acórdão *Chatzi*, cit.

<sup>255</sup> Cfr. JOUE (1996/L 145/4), pp. 4-9.

que se tornou juridicamente vinculativa com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, em 1 de dezembro de 2009.

Nestas circunstâncias, o Dioikitiko Efeteio Thessalonikis decidiu suspender a instância e questionar ao TJ, por um lado, se pode considerar-se que a cláusula 2, n.º 1, do acordo-quadro, interpretada à luz do artigo 24.º da CDFUE, institui paralelamente um direito à licença parental de que são titulares os filhos, de modo que conceder uma única licença parental no caso do nascimento de gémeos viola o artigo 21.º da CDFUE por discriminação com base no nascimento e restrição dos direitos dos gémeos incompatível o princípio da proporcionalidade. Questionou ainda ao TJ se, em caso de resposta negativa àquela questão, o termo ‘nascimento’ constante da cláusula 2, n.º 1, do acordo-quadro deve ser interpretado no sentido de que os progenitores têm um duplo direito a gozar a licença parental com base no facto de a gravidez de gémeos terminar com dois partos sucessivos (dos dois gémeos), ou no sentido de que a licença parental só é concedida pelo simples facto de ocorrer um nascimento, independentemente do número de filhos que tenham sido dados à luz, não havendo, neste caso, violação do princípio da igualdade perante a lei garantida pelo artigo 20.º da CDFUE.

Face àquelas questões, o TJ decidiu que a cláusula 2, n.º 1, do acordo-quadro não pode ser interpretada no sentido de que confere ao filho um direito individual à licença parental, e que não deve ser interpretada no sentido de que o nascimento de gémeos dá direito a um número de licenças parentais igual ao número de filhos nascidos. Acrescentou, no entanto que, à luz do princípio da igualdade de tratamento, esta cláusula impõe ao legislador nacional que ponha em prática um regime de licença parental que, em função da situação existente no EM em causa, assegure aos pais de gémeos um tratamento que tenha devidamente em conta as suas necessidades particulares. Cabe ao tribunal nacional verificar se a regulamentação nacional responde a essa exigência e, sendo esse o caso, dar-lhe, na medida do possível, uma interpretação conforme com o DUE.

Requereu o órgão jurisdicional nacional a aplicação da tramitação prejudicial acelerada invocando que, segundo as disposições normativas nacionais aplicáveis, um progenitor funcionário somente pode beneficiar de licença parental até à data do quarto aniversário do filho em questão, que, no caso do filho de Z. Chatzi ocorreria a 21 de maio de 2011, tendo o pedido de reenvio dado entrada no TJ a 29 de março de 2010.

Na sua decisão, o TJ teve em consideração que a urgência do caso visa proteger o cidadão da caducidade de um direito de que pretende beneficiar no seio da ordem



jurídica da União. Considerou ainda que o pedido de sujeição do processo à tramitação acelerada procura preservar o efeito útil das disposições pertinentes da ordem jurídica da União e assegurar uma plena efetividade dos direitos garantidos aos particulares. Ressaltou ainda que, neste contexto, o órgão jurisdicional nacional está sujeito a um imperativo de celeridade ditado pelo direito nacional. Por esses motivos, declarou que é justificada uma resposta urgente às questões colocadas pelo órgão de reenvio, deferindo, assim, o pedido de aplicação da tramitação prejudicial acelerada.

Vejamos agora o caso *Purrucker*<sup>256</sup>, cujas questões prejudiciais abrangem matéria de competência, reconhecimento e execução de decisões em matéria matrimonial e em matéria de responsabilidade parental, e estão, assim, enquadradas no âmbito de ELSJ.

O pedido de decisão prejudicial tinha por objeto a interpretação do art. 19.º do Regulamento (CE) n.º 2201/2003 do Conselho. Este pedido é apresentado no âmbito de um processo apresentado junto do Amtsgericht Stuttgart (Familiengericht) por B. Purrucker, com vista à obtenção do direito de guarda relativo aos filhos menores, fruto da sua relação com G. Vallés Pérez

Resulta da decisão de reenvio, dos factos relatados no acórdão de 15 de julho de 2010, *Purrucker*<sup>257</sup>, e dos autos do processo comunicados ao TJ pelo tribunal de reenvio que, em meados de 2005, B. Purrucker, de nacionalidade alemã, foi viver para Espanha com G. Vallés Pérez, de nacionalidade espanhola, nascido na Alemanha. Da relação entre ambos nasceram em 2006 os gémeos prematuros Merlín, um rapaz, e Samira, uma rapariga. G. Vallés Pérez reconheceu os filhos. Dado que os pais viviam juntos, dispunham, ao abrigo do direito espanhol, de um direito de guarda comum. As crianças eram titulares das nacionalidades alemã e espanhola.

Resulta ainda da decisão de reenvio e do acórdão *Purrucker* supra citado que as duas crianças menores com idade de quatro anos se encontram separadas desde fevereiro de 2007, sendo que um dos filhos menores encontra-se com o pai em Espanha e o outro com a mãe na Alemanha. Cada um dos pais intentou uma ação judicial, perante a jurisdição competente do EM onde residem respetivamente, com vista à obtenção do direito de guarda dos menores.

---

<sup>256</sup> Cfr. acórdão *Purrucker*, cit.

<sup>257</sup> Cfr. acórdão *Purrucker*, de 15 de julho de 2010, proc. C-256/09.

Aquele acórdão Purucker responde à questão que lhe tinha sido colocada pelo Bundesgerichtshof (Alemanha) acerca do reconhecimento e execução de medidas provisórias referentes ao direito de guarda. Contudo, aquele acórdão não trata da interpretação do art. 19.º, n.º 2 do regulamento e da noção de “tribunal em que o processo foi instaurado em primeiro lugar”, objeto deste novo processo de reenvio.

Decidiu o TJ que o disposto no art. 19.º, n.º 2 do regulamento não é aplicável quando o tribunal de um EM que primeiro tenha sido chamado a pronunciar-se com vista à obtenção de medidas em matéria de responsabilidade parental apenas tiver de se pronunciar sobre medidas provisórias na aceção do art. 20.º deste regulamento, e seja posteriormente apresentado num tribunal de outro EM competente para conhecer do mérito na aceção do mesmo regulamento um pedido com vista à obtenção das mesmas medidas, quer seja a título provisório quer a título definitivo.

Quanto à tramitação processual, o órgão de reenvio nacional pediu ao TJ que fosse aplicada a TPA, expondo, nomeadamente, o seu receio de que, caso a situação atual das crianças menores perdurasse, os laços interpessoais entre os menores irmãos se deteriorasse de forma irreparável. De facto, desde a sua separação, em fevereiro de 2007, as crianças não tiveram mais nenhum contacto entre elas nem com o outro progenitor. Nestas condições, decidiu o TJ deferir o pedido do órgão de reenvio de submeter o processo à tramitação acelerada.

Três anos após o acórdão *Metock*, foi o processo *Dereci*<sup>258</sup>, referente também a matéria de cidadania europeia, submetido a tramitação prejudicial acelerada.

O pedido de decisão prejudicial tinha por objeto a interpretação das disposições do DUE relativas à cidadania da União, bem como da Decisão n.º 1/80 do Conselho de Associação, de 19 de setembro de 1980<sup>259</sup>, e do Protocolo Adicional<sup>260</sup>.

---

<sup>258</sup> Cfr. acórdão *Dereci*, de 15 de novembro de 2011, proc. C-256/11.

<sup>259</sup> Relativa ao desenvolvimento da Associação instituída pelo Acordo que cria uma Associação entre a Comunidade Económica Europeia e a Turquia, assinado em 12 de setembro de 1963, em Ancara, pela República da Turquia, por um lado, pelos Estados-Membros da CEE e pela Comunidade, por outro, e concluído, aprovado e confirmado em nome desta última pela Decisão 64/732/CEE do Conselho, de 23 de dezembro de 1963, JOUE (1964 217/3685), p. 3685.

<sup>260</sup> Protocolo Adicional, assinado em 23 de novembro de 1970, em Bruxelas, e concluído, aprovado e confirmado, em nome da Comunidade, pelo Regulamento (CEE) n.º 2760/72 do Conselho, de 19 de dezembro de 1972, JOUE (1972/L 293/1), p. 1.

O reenvio prejudicial foi apresentado no âmbito de litígios que opõem M. Dereci, V. Heiml, A. Kokollari, I. E. Maduik e D. Stevic ao Bundesministerium für Inneres (Ministério do Interior), a propósito do indeferimento por este último dos pedidos de autorização de residência apresentados pelos recorrentes nos processos principais, acompanhado, nos quatro primeiros processos, de uma ordem de expulsão e de medidas de afastamento do território austríaco.

O órgão jurisdicional de reenvio questionou se a recusa do Bundesministerium für Inneres de conceder um direito de residência aos recorrentes nos processos principais deve ser interpretada no sentido de que ocasiona, para os membros das suas famílias, cidadãos da União, uma privação do gozo efetivo do essencial dos direitos conferidos pelo estatuto de cidadão da União, e se o art. 20.º do TFUE, ou, subsidiariamente e no que diz respeito a M. Dereci, o art. 13.º da Decisão n.º 1/80 ou o art. 14.º do Protocolo Adicional, devem ser interpretados no sentido de que obstam a que um EM recuse a um cidadão de um país terceiro a residência no EM de residência de um membro da sua família nacional desse EM, mesmo quando o cidadão da União não dependa do cidadão do país terceiro para a sua subsistência e nunca exerceu o seu direito de livre circulação. Em caso de resposta afirmativa, questionou, nomeadamente, se o direito de residência resulta diretamente do DUE ou é suficiente um ato constitutivo de direitos do EM, e, em qualquer caso, em que condições pode o direito de residência ser recusado ao cidadão de um país terceiro.

Face às questões colocadas, julgou o TJ que o DUE, designadamente as suas disposições relativas à cidadania da União, deve ser interpretado no sentido de que não se opõe a que um EM recuse a um nacional de um Estado terceiro a residência no seu território, quando esse nacional pretenda residir com um membro da sua família que é cidadão da União, residente neste EM, do qual tem a nacionalidade, e que nunca exerceu o seu direito de livre circulação, desde que tal recusa não comporte, para o cidadão da União em causa, a privação do gozo efetivo do essencial dos direitos conferidos pelo estatuto de cidadão da União, o que incumbe ao órgão jurisdicional de reenvio verificar.

O órgão jurisdicional de reenvio pediu ao TJ que fosse aplicada ao processo a tramitação prejudicial acelerada, fazendo constar que os indivíduos em causa são todos provenientes de Estados terceiros e pretendem viver com os membros das suas famílias respetivas, cidadãos da União, residentes na Áustria. Ressaltou ainda que os factos dos processos principais apresentam diferenças entre eles, designadamente quanto ao

carácter legal ou ilegal de entrada no território da Áustria pelos nacionais dos países terceiros, do local de residência destes bem como do laço familiar com os cidadãos da União e da existência de uma dependência económica quanto a estes últimos. Invocou ainda que as autoridades administrativas austríacas, não só recusaram a emissão do título de residência aos nacionais dos países terceiros, como proferiram uma ordem de expulsão e de medidas de afastamento do território austríaco para a maioria dos casos, afetado pessoalmente aqueles nacionais bem como os membros das suas famílias. Referiu o órgão de reenvio que circunstâncias semelhantes justificaram no caso *Metock* a aplicação da tramitação acelerada.

No seu despacho, o presidente do TJ salientou que, nos termos do art. 8.º da CEDH, o direito ao respeito da sua vida privada e familiar constitui um dos direitos fundamentais, os quais, segundo jurisprudência constante do TJ, estão protegidos pelo DUE<sup>261</sup>, tendo inclusive tal direito sido reafirmado pelo art. 7.º da CDFUE. Decidiu, nestes moldes, deferir o pedido de aplicação da tramitação requerida pelo órgão jurisdicional nacional.

Também as questões levantadas no processo *Achughbabian*<sup>262</sup> enquadravam-se no domínio do ELSJ, em especial, sobre a interpretação da Diretiva 2008/115/CE.

O litígio opunha Achughbabian ao prefeito local de Val-de-Marne, relativamente à detenção do requerente e posterior retenção administrativa no seguimento da constatação da infração de estadia irregular. Determina a lei nacional francesa que quem praticar aquela infração será punido com pena de prisão ou multa de 3.750 euros. A cour d'appel de Paris questiona se, tendo em conta o seu campo de aplicação, a Diretiva 2008/115/CE se opõe àquela norma francesa, que prevê uma pena de prisão a um nacional de país terceiro com único fundamento na sua irregular entrada ou estadia no território nacional.

Decidiu o TJ que a Diretiva 2008/115/CE deve ser interpretada no sentido de que se opõe a uma regulamentação de um EM que reprime a permanência irregular através de sanções penais, na medida em que essa regulamentação permite a prisão de um nacional de um país terceiro que, permanecendo em situação irregular no território

---

<sup>261</sup> Cfr. acórdãos *Carpenter*, cit.; *Akrich*, cit. e *Parlamento/Conselho*, de 27 de junho de 2006, proc. C-540/03.

<sup>262</sup> Cfr. acórdão *Achughbabian*, cit.

do referido EM e não estando na disposição de deixar esse território voluntariamente, não foi sujeito às medidas coercivas referidas no artigo 8.º da diretiva e em relação ao qual, em caso de detenção com vista a preparar e a realizar o seu afastamento, não expirou o período de duração máxima dessa detenção. Julgou ainda que a diretiva não se opõe a tal regulamentação na medida em que esta permite a prisão de um nacional de um país terceiro ao qual foi aplicado o procedimento de regresso instituído pela referida diretiva e que permanece em situação irregular no referido território, sem motivo justificado para o não regresso.

Pediu o órgão de reenvio que o processo fosse submetido a tramitação acelerada, invocando que desde o acórdão de 28 de abril de 2011, proferido no processo *El Dridi*, as jurisdições francesas, encarregadas de controlar as retenções administrativas dos estrangeiros em situação irregular, apreciam de forma divergente a norma nacional em causa e objeto das questões prejudiciais. Recordou que o § 4 do art. 267.º do TFUE prevê que se uma questão desta natureza for suscitada em processo pendente perante um órgão jurisdicional nacional relativamente a uma pessoa que se encontre detida, o Tribunal pronunciar-se-á com a maior brevidade possível.

Se é certo que no caso em concreto Achughbabian já não se encontrava privado de liberdade, a verdade é que outros interessados nos processos pendentes perante as jurisdições francesas se encontravam em retenção administrativa, e cuja manutenção dessa medida depende da resposta que o TJ venha a oferecer à questão prejudicial colocada pelo órgão jurisdicional de reenvio.

O presidente do TJ decidiu deferir o pedido de tramitação acelerada, tendo concluído que a aplicação desta tramitação seria suscetível de impedir eventuais privações de liberdade ilegais ou reduzir a sua duração.

No que diz respeito a matéria económica e monetária, o TJ foi chamado a pronunciar-se pela Supreme Court da Irlanda no âmbito do processo *Pringle*<sup>263</sup>.

Com a primeira questão, o órgão jurisdicional de reenvio perguntou se a Decisão 2011/199 é válida na medida em que altera o art. 136.º do TFUE ao prever o aditamento a este, com fundamento no processo de revisão simplificado previsto no art. 48.º, n.º 6, TUE, de um n.º 3 relativo à instituição de um mecanismo de estabilidade. Respondeu o TJ que o exame dessa questão não revelou nenhum elemento suscetível de afetar a

---

<sup>263</sup> Cfr. acórdão *Pringle*, de 27 de novembro de 2012, proc. C-370/12.

validade da Decisão 2011/199/UE do Conselho Europeu, de 25 de março de 2011, que altera o art. 136.º do TFUE no que respeita a um mecanismo de estabilidade para os EM cuja moeda seja o euro.

A segunda questão colocada pelo órgão de reenvio tinha por objeto a interpretação dos art. 2.º, 3.º, 4.º, n.º 3, 13.º do TUE, e art. 2.º, n.º 3, 3.º, n.ºs 1, al. c), e 2, 119.º a 123.º, e 125.º a 127.º TFUE, bem como dos princípios gerais da tutela jurisdicional efetiva e da segurança jurídica. O órgão jurisdicional de reenvio questiona se estes art. e princípios se opõem a que um EM cuja moeda seja o euro celebre e ratifique um acordo como o Tratado MEE. A essa questão, respondeu o TJ que os art. 4.º, n.º 3 e 13.º do TUE, e art. 2.º, n.º 3, 3.º, n.ºs 1, al. c), e 2, 119.º a 123.º e 125.º a 127.º do TFUE, bem como o princípio geral da tutela jurisdicional efetiva, não se opõem à celebração entre os EM cuja moeda seja o euro de um acordo como o Tratado que cria o Mecanismo Europeu de Estabilidade entre o Reino da Bélgica, a República Federal da Alemanha, a República da Estónia, a Irlanda, a República Helénica, o Reino de Espanha, a República Francesa, a República Italiana, a República de Chipre, o Grão-Ducado do Luxemburgo, Malta, o Reino dos Países Baixos, a República da Áustria, a República Portuguesa, a República da Eslovénia, a República Eslovaca e a República da Finlândia, celebrado em Bruxelas, em 2 de fevereiro de 2012, nem à ratificação desse tratado por esses EM.

Com a sua terceira questão, o órgão jurisdicional de reenvio pergunta se os EM podem proceder à celebração e à ratificação do Tratado MEE antes da entrada em vigor da Decisão 2011/199, tendo o TJ respondido que o direito de um EM de celebrar e ratificar o referido Tratado não está dependente da entrada em vigor da Decisão 2011/199.

Neste caso, o órgão de reenvio pediu a aplicação da tramitação acelerada, invocando que a ratificação pela Irlanda do Tratado MES em tempo útil é de grande importância para outros membros do mecanismo europeu de estabilidade e, em particular, para aqueles que precisam de uma assistência financeira. Se, entretanto, a Irlanda bem como os outros EM signatários do Tratado MES o ratificaram, as questões colocadas ao TJ no processo demonstram uma incerteza quanto à validade do dito tratado.

No seu despacho, salienta o presidente do TJ que o recurso à tramitação acelerada neste processo é necessária para esclarecer nos prazos mais céleres as incertezas que prejudicam o objetivo visado pelo Tratado MES, nomeadamente

preservar a estabilidade financeira da zona euro. Decidiu, assim, o presidente do TJ deferir o pedido de aplicação da tramitação acelerada.

No caso *G.*<sup>264</sup>, referente a livre circulação de mercadorias, o órgão jurisdicional de reenvio questionou o TJ acerca da interpretação do conceito de «medicamento», na aceção do art. 1.º, n.º 2, al. b), da Diretiva 2001/83/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de novembro de 2001, que estabelece um código comunitário relativo aos medicamentos para uso humano<sup>265</sup>.

O pedido de reenvio foi apresentado no âmbito de um processo penal contra G., ao qual é imputada a venda de misturas de ervas que contêm nomeadamente canabinóides sintéticos, os quais, à data dos factos no processo principal, não eram abrangidos pelas disposições da *Betäubungsmittelgesetz* (Lei alemã sobre estupefacientes).

Respondeu o TJ que o art. 1.º, n.º 2, al. b), da Diretiva 2001/83/CE deve ser interpretado no sentido de que exclui as substâncias, como as que estão em causa nos processos principais, cujos efeitos se limitam a uma mera modificação das funções fisiológicas, sem terem capacidade para produzir efeitos benéficos, imediatos ou mediatos, na saúde humana, que são consumidas apenas para provocar um estado de intoxicação e que, por isso, são nocivas para a saúde humana.

Nos autos principais, G. foi condenado, por introdução dolosa no mercado de medicamentos duvidosos, em 87 casos, a uma pena de prisão de quatro anos e seis meses.

O órgão nacional de reenvio requereu ao TJ a aplicação da tramitação prejudicial urgente, indicando que, no caso de o TJ responder que aquela disposição normativa exclui as substâncias como as que estão em causa nos processos principais, G. não poderia ser responsabilizado penalmente pelos factos que lhe eram imputados, pelo que este último teria erradamente sido detido.

A Terceira Secção do TJ decidiu que não havia que deferir o pedido de tramitação urgente, na medida em que a Diretiva 2001/83/CE, cuja interpretação foi solicitada, foi adotada ao abrigo do art. 95.º do TCE, atual art. 114.º TFUE, pertencente ao título VII da terceira parte do Tratado FUE. Ora, a tramitação prejudicial urgente só

---

<sup>264</sup> Cfr. acórdão *G.*, cit.

<sup>265</sup> Cfr. JOUE (2001/L 311/67), pp. 67-128.

se aplica aos reenvios prejudiciais que suscitam uma ou várias questões que digam respeito aos domínios pertencentes ao título V da terceira parte do Tratado.

Resulta, contudo da decisão de reenvio que a manutenção de G. em detenção depende exclusivamente da resposta a dar à questão colocada pelo órgão jurisdicional de reenvio.

Perante tal factualidade, o TJ teve em conta que, em conformidade com o disposto no art. 105.º, n.º 1, do RPTJ, o presidente do Tribunal pode, oficiosamente, a título excecional, quando a natureza do processo exija o seu tratamento dentro de prazos curtos, ouvidos o juiz-relator e o advogado-geral, decidir submeter um processo à tramitação acelerada. Para além disso, e atendendo ao art. 267.º, § 4, do TFUE, teve ainda em conta que o TJ deve pronunciar-se com a maior brevidade possível se o processo pendente perante um órgão jurisdicional nacional disser respeito a uma pessoa que se encontre detida, o que se verifica no caso em apreço.

Nestas circunstâncias, concluiu o TJ que a natureza do caso em concreto justificava que fosse tratado com a maior brevidade possível, pelo que decidiu submeter oficiosamente o processo a tramitação acelerada.

No caso *Sánchez Morcillo e Abril García*<sup>266</sup>, referente a matéria de aproximação das legislações e mais concretamente a direitos dos consumidores, estava em causa um pedido de decisão prejudicial apresentado pela Audiencia Provincial de Castellón (Espanha), tendo por objeto a interpretação do artigo 7.º da Diretiva 93/13/CEE do Conselho, de 5 de abril de 1993, relativa às cláusulas abusivas nos contratos celebrados com os consumidores<sup>267</sup>, bem como do artigo 47.º da CDFUE. O pedido foi apresentado no âmbito de um litígio que opunha J. C. Sánchez Morcillo e M. C. Abril García ao Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, SA, a respeito da oposição por estes deduzida à execução hipotecária da sua habitação.

Com as suas questões, o órgão jurisdicional de reenvio questiona, no essencial, se o artigo 7.º, n.º 1, da Diretiva 93/13/CEE, em conjugação com o artigo 47.º da CDFUE, deve ser interpretado no sentido de que se opõe a um sistema de vias de execução, como o que está em causa no processo principal, que prevê que um processo de execução hipotecária não é suscetível de ser suspenso pelo tribunal que julga o

---

<sup>266</sup> Cfr. acórdão *Sánchez Morcillo e Abril García*, de 17 de julho de 2014, proc. C-169/14.

<sup>267</sup> Cfr. JOUE (1993/L 95/29), pp. 29-34.



processo declarativo, o qual, na sua decisão final, pode, quando muito, atribuir uma indemnização pelos prejuízos sofridos pelo consumidor, na medida em que este, enquanto devedor executado, não pode recorrer da decisão que indefere a sua oposição a essa execução, ao passo que o profissional, credor exequente, pode recorrer do despacho que declara a extinção do processo ou a não aplicação de uma cláusula abusiva. A este respeito, o TJ respondeu afirmativamente.

O órgão jurisdicional nacional requereu ao TJ que o processo fosse submetido a tramitação acelerada, indicando que a resposta que vier a ser dada pelo TJ poderá ter importantes consequências a nível processual em Espanha por, no contexto da crise económica que esse EM atravessa, um número excecional de pessoas singulares ser atualmente abrangido por medidas de execução hipotecária das suas casas de habitação. Precisou ainda que os processos que poderão ser abrangidos pela resposta que o TJ vier a dar visam, para mais, a casa de habitação principal dos devedores. Na medida em que a oposição deduzida por estes últimos não tem efeito suspensivo nos termos do direito processual espanhol, essas casas de habitação poderão ser vendidas em hasta pública ainda antes de o TJ se pronunciar.

Perante esta factualidade, o TJ lembrou que resulta da sua jurisprudência constante que o número importante de pessoas ou de situações jurídicas potencialmente abrangidas pela decisão que um órgão jurisdicional de reenvio tem de proferir depois de ter submetido um pedido de decisão prejudicial ao TJ não é suscetível, enquanto tal, de constituir uma circunstância excecional que permite justificar o recurso à tramitação acelerada. Considerou, contudo, no caso em concreto, que para além do número de devedores abrangidos que foi referido pelo órgão jurisdicional de reenvio, o risco, para o proprietário, de perder a sua casa de habitação principal coloca-o, bem como à sua família, numa situação particularmente frágil. Ressaltou ainda que essa circunstância é agravada pelo facto de que, segundo o órgão jurisdicional de reenvio, caso se venha a confirmar que o processo de execução tem por base um contrato de mútuo que comporta cláusulas abusivas cuja nulidade é constatada pelo juiz nacional, a respetiva declaração de nulidade do processo de execução conferiria ao devedor lesado uma proteção meramente indemnizatória, que não permite a reposição da situação anterior na qual esse devedor era proprietário da sua casa de habitação.

O presidente do TJ decidiu, nestas condições, submeter o processo a TPA.

Por fim, no acórdão *Ivanova Gogova*<sup>268</sup>, cujas questões prejudiciais recaíram, como já se referiu, sobre o domínio do ELSJ, o TJ analisou o campo de aplicação do Regulamento (CE) n.º 2201/2003 bem como as condições de existência de uma extensão de competências nos termos do art. 12.º, n.º 1, al. b), desse regulamento.

O litígio principal opunha os pais de uma criança de nacionalidade búlgara, residente em Itália, relativamente à renovação do passaporte desta última. Ambos os progenitores são cidadãos búlgaros, que vivem separados em Itália.

A mãe quis renovar o passaporte do seu filho, por este documento ter caducado, especialmente, para viajar com ele para a Bulgária. Segundo o direito búlgaro, a decisão relativa à viagem de um filho menor e à obtenção de um passaporte em seu nome é tomada de comum acordo pelos progenitores. Por outro lado, o pedido do passaporte para esse menor deve ser feito pelos seus dois progenitores às autoridades administrativas competentes.

Uma vez que o pai não cooperou com a recorrente no processo principal, para a emissão de um novo passaporte em nome do seu filho, a mãe apresentou um pedido ao Rayonen sad – Petrich, Tribunal de Primeira Instância de Petrich, na Bulgária, para que este órgão jurisdicional decidisse o desacordo existente entre os progenitores, relativo à possibilidade de o filho viajar para fora do território nacional e à emissão de um novo passaporte. Na impossibilidade de notificar o requerimento introdutório da instância ao pai, visto este não se encontrar no seu domicílio declarado, o referido tribunal designou um mandatário *ad litem* para o representar. Ora, esse mandatário não contestou a competência dos tribunais búlgaros e declarou que o litígio devia ser resolvido em função do interesse da criança.

Sucedeu que, verificando que a criança em causa residia habitualmente em Itália, aquele tribunal declarou-se incompetente para conhecer desse pedido e extinguiu a instância. A mãe interpôs recurso dessa decisão no Okrazhen sad – Blagoevgrad, Tribunal Regional de Blagoevgrad, na Bulgária, o qual veio confirmar o referido despacho e considerou que não havia extensão da competência dos tribunais búlgaros, na aceção do art. 12.º, n.º 1, al. b), do Regulamento (CE) n.º 2201/2003.

Colocou-se, assim, a questão de saber se, no caso em apreço, a competência dos órgãos jurisdicionais búlgaros pode ser baseada no art. 12.º, n.º 1, al. b), do Regulamento (CE) n.º 2201/2003, devido ao facto de o mandatário designado por esses

---

<sup>268</sup> Cfr. acórdão *Ivanova Gogova*, cit.

órgãos jurisdicionais para representar o pai do menor não ter contestado a sua competência para conhecer do litígio no processo principal.

O TJ considerou que o processo principal releva do campo de aplicação material do Regulamento (CE) n.º 2201/2003 porquanto esse regulamento aplica-se às matérias civis relativas, nomeadamente, à atribuição, ao exercício, à delegação, à limitação ou à cessação da responsabilidade parental e que o conceito de “responsabilidade parental” é objeto de uma definição lata, no art. 2.º, n.º 7, do Regulamento (CE) n.º 2201/2003, no sentido de que compreende o conjunto dos direitos e das obrigações conferidos a uma pessoa singular ou a uma pessoa coletiva, por decisão judicial, por atribuição de pleno direito ou por um acordo em vigor relativo à pessoa ou aos bens de uma criança.

Entendeu o TJ que a ação pela qual um dos progenitores pede ao tribunal que supra a falta de consentimento do outro progenitor para o seu filho viajar para fora do EM da sua residência e para a emissão de um passaporte em nome desse filho é abrangida pelo âmbito de aplicação material do Regulamento (CE) n.º 2201/2003, e isto, mesmo que a decisão proferida no fim dessa ação deva ser tomada em consideração pelas autoridades do EM da nacionalidade da referida criança, no âmbito do processo administrativo relativo à emissão desse passaporte. Concluiu o TJ que a vontade do demandado no processo principal não pode ser deduzida do comportamento de um mandatário *ad litem* designado pelos referidos tribunais devido à ausência desse demandado. Dado que esse mandatário que não teve contactos com o demandado, não pôde obter deste último as informações necessárias para aceitar ou contestar a competência desses mesmos tribunais com conhecimento de causa, razão pela qual, numa situação como a que está em causa no processo principal, não se pode considerar que a competência dos tribunais onde foi instaurada a ação tenha sido “aceite explicitamente ou de qualquer outra forma inequívoca por todas as partes no processo”, na aceção do art. 12.º, n.º 3, do Regulamento (CE) n.º 2201/2003.

Quanto à tramitação processual, o órgão de reenvio invocou que o filho dos progenitores em causa, partes opostas no processo principal, não dispunha de documento de identificação válido, o que afeta diretamente a sua faculdade de viajar, nomeadamente para regressar à Bulgária e ver a sua família, e, potencialmente, a legalidade da sua estadia em Itália. Esse pedido foi indeferido pela secção designada.

Não obstante, o presidente do TJ decidiu, fazendo uso do n.º 1 do art. 105.º do RPTJ, oficiosamente e a título excecional, ouvido o juiz-relator e o advogado-geral, submeter este processo a tramitação prejudicial acelerada. Para essa decisão, o TJ

considerou o facto de a criança estar privada de passaporte, residindo num EM do qual não é nacional. Acrescentou que as questões submetidas ao TJ visam determinar a jurisdição internacionalmente competente para dirimir o litígio entre os pais da criança relativamente à obtenção desse documento, pelo que se impõe que o TJ decida nos prazos mais céleres, impondo-se, deste modo, a tramitação acelerada.

## **CAPÍTULO VIII**

### **A ATIVIDADE JUDICIAL NA TRAMITAÇÃO PREJUDICIAL ACELERADA: APRECIÇÕES DE EFICÁCIA DO MECANISMO**

**Sumário:** 1. Reflexão crítica. 1.1. Quanto ao volume de processos. 1.2. Quanto à natureza do contencioso. 1.3. Quanto à dilação temporal. 2. Situações de exclusão da tramitação prejudicial acelerada.

#### **1. Reflexão crítica**

Estudados os casos que deram origem a processos sob a forma da tramitação prejudicial acelerada, cumpre apurar se é possível estabelecer um termo comparativo com as condições de acesso à tramitação prejudicial urgente e, independentemente, perceber em que termos esta forma de processo é deferida.

##### **1.1. Quanto ao volume de processos**

Quanto à tramitação prejudicial acelerada, em 2015 foi requerida em 15 reenvios, contudo apenas foi aplicada num processo, no caso *Ivanova Gogova*, por falta de preenchimento das condições de acesso previstas pelo RPTJ nos restantes.

Ao longo do período de referência, e dos já referidos 3.116 processos prejudiciais que entraram no TJ, a tramitação prejudicial acelerada foi requerida em 75 reenvios, e aplicada em 12. Esta estatística significa que, no período de referência, a TPA apenas foi aplicada em 16% dos pedidos nesse sentido.

##### **1.2. Quanto à natureza do contencioso**

Os acórdãos aqui estudados podem ser vistos como uma amostra da atualidade dos litígios na União Europeia.

Pela jurisprudência analisada, a verdade é que não nos é possível concluir com certeza que, relativamente à tramitação prejudicial acelerada, existe um ou alguns domínios no âmbito dos quais seja prática recorrente do TJ submeter os respetivos processos àquela forma de tramitação. E desde logo porque, observada a jurisprudência, concluímos que tal se deverá certamente ao facto de, não se encontrando o seu âmbito de aplicação limitado a um campo material em específico, o TJ tem procurado, quando lhe é submetido um pedido de submissão de um processo àquela tramitação ou quando, excecionalmente, se lhe afigura dever segui-la, analisar as circunstâncias de facto e ponderar os interesses em questão a fim de tomar a mais adequada decisão.

### 1.3. Quanto à dilação temporal

Como vimos no período de referência, o TJ deferiu a aplicação da tramitação prejudicial acelerada em 12 processos, vindos de analisar. Constatamos que não é possível estabelecer uma previsão da duração destes reenvios, porquanto a duração ao longo do período de referência foi muito variada, o que podemos justificar, desde logo, pelo facto de a própria natureza dos casos ser já, de *per si*, muito diversa.

A média da duração dos processos que seguiram tramitação acelerada ao longo do período de referência foi de 4,7 meses, o que representa mais do que o dobro da duração média verificada para a tramitação prejudicial urgente. Importa aqui uma observação comparativa aos casos cujas questões relevavam do âmbito do ELSJ, mas que seguiram a tramitação acelerada, em detrimento da tramitação urgente. No período de referência podemos identificar quatro casos: o processo *Kozłowski*, com a duração de 150 dias; o processo *Purrucker*, com a duração de 146 dias; o processo *Achughbabian*, com a duração de 154 dias, e, por fim, o processo *Ivanova Gogova*, com a duração de 163 dias. A média da duração destes processos é de 5,1 meses, surpreendentemente superior à duração média da totalidade dos processos que seguiram tramitação acelerada no período de referência supra mencionada.

Ora, se é certo que a TPA pode ser enquadrada como uma forma de processo subsidiária da TPU, a verdade é que a sua duração, para os processos cujas questões relevam do ELSJ, fica aquém do esperado.

Importa ainda ressaltar novamente o caso *G.*, no âmbito do qual se encontrava um detido indivíduo, cuja resposta à questão prejudicial conduziu à sua libertação. Não se enquadrando, contudo, a questão prejudicial no domínio do ELSJ, foi indeferido o pedido de aplicação da tramitação urgente, tendo sido aplicada a tramitação acelerada. Este processo de reenvio foi concluído em 87 dias, ou seja, aproximadamente três meses, o que representa cerca de mais um mês sobre a média de que beneficiam os processos de reenvio prejudicial com tramitação urgente.

Não obstante, consideramos que a média alcançada corresponde, no geral, às expectativas previstas pelo legislador da União com a implementação desta tramitação, comparativamente à duração média dos reenvios prejudiciais que correm os seus termos sob a forma ordinária.

O processo que foi resolvido no mais curto período de tempo foi o caso *Melki e Abdeli*, referente à livre circulação de pessoas. Não obstante se tratarem de dois pedidos

de reenvio distintos, que foram apensados, atenta a sua natureza, este processo foi decidido em 67 dias, cuja duração é, note-se, equiparável à média verificada para os processos que beneficiaram da TPU.

Por seu turno, o processo com a mais longa duração verificada foi o caso *E. e F.*, referente a política externa e de segurança comum, tendo sido concluído em 182 dias, ou seja, mais de seis meses.

## 2. Situações de exclusão da tramitação prejudicial acelerada

Uma vez que esta tramitação impõe condicionantes importantes a todos os intervenientes no processo, designadamente ao conjunto dos EM chamados a apresentar observações, escritas ou orais, em prazos bastante mais curtos do que os prazos ordinários, a sua aplicação só deve ser pedida em circunstâncias particulares que justifiquem que o Tribunal se pronuncie rapidamente sobre as questões submetidas.

Como vimos no caso *Sánchez Morcillo e Abril García*<sup>269</sup>, o número importante de pessoas ou de situações jurídicas potencialmente afetadas pela decisão que o órgão jurisdicional de reenvio deve proferir após ter submetido um pedido prejudicial ao Tribunal não constitui, enquanto tal, uma circunstância excecional suscetível de justificar o recurso à tramitação acelerada<sup>270</sup>.

Decorre ainda do entendimento do TJ que a exigência de tratamento de um processo, perante o órgão jurisdicional nacional, nos mais curtos prazos também não justifica, por si só, a aplicação da tramitação acelerada, ainda que o processo principal corra os seus termos sob uma tramitação urgente. Tal entendimento resulta nomeadamente do caso *Rabal Cañas*<sup>271</sup>, referente a política social e no qual estava em causa no processo principal a impugnação de um despedimento, cujo processo, na jurisdição de reenvio, segue tramitação urgente.

---

<sup>269</sup> Cfr. despacho do presidente do TJ sobre o pedido de TPA de 5 de junho de 2014, proc. C-169/14, § 10.

<sup>270</sup> Neste sentido, cfr. ainda os despachos do presidente do TJ sobre o pedido de TPA *Kögarz*, de 21 de setembro de 2006, proc. C-283/06 e C-312/06, § 9; *Plantanol*, de 3 de julho de 2008, proc. C-201/08, § 10; *Football Association Premier League e Murphy*, de 3 de dezembro de 2008, proc. C-403/08 e C-429/08, § 9; *Lesoochránárske zoskupenie*, de 23 de outubro de 2009, proc. C-240/09, § 11; *Abdullahi*, de 5 de outubro de 2012, proc. C-394/12, § 11; *G.*, de 8 de janeiro de 2013, proc. C-400/12, § 14.

<sup>271</sup> Cfr. despacho do presidente do TJ de 7 de outubro de 2013, proc. C-392/13. Neste sentido, cfr. ainda os despachos do presidente do TJ sobre o pedido de TPA *Jipa*, de 3 de abril de 2007, proc. C-33/07, § 7, e ainda *Micșa*, de 31 de janeiro de 2011, proc. C-573/10, § 11

Note-se ainda que resulta ainda de jurisprudência constante do TJ que a incerteza jurídica que afeta os particulares em causa no processo principal, relativamente ao seu desfecho, não é suscetível de justificar a aplicação da tramitação acelerada<sup>272</sup>.

## **Conclusão**

Da análise jurisprudencial que levamos a cabo afigura-se-nos que os objetivos que o legislador europeu procurava alcançar com a criação da TPA não totalmente foram atingidos. Para além de não ter condições de aplicação concretamente definidas, na medida em que, como vimos, remete para a evasiva necessidade de decidir dentro de curtos prazos, a sua aplicação tem como consequência uma prioridade sobre os restantes processos pendentes, que por seu turno serão decididos em prazo mais longo.

De resto, e talvez por esta penosa consequência, vimos ainda que o TJ a desencadeou muito raramente, pelo que, ainda que permita decidir em prazos mais curtos do que no âmbito de uma tramitação ordinária, a verdade é que desde a sua entrada em vigor para os reenvios prejudiciais apenas foi desencadeada 12 vezes.

Estamos, assim, em crer que a sua fusão com a tramitação prejudicial urgente seria benéfica para boa administração da justiça pelo TJ.

---

<sup>272</sup> Neste sentido, cfr. despachos do presidente do TJ sobre o pedido de TPA *Abdullahi*, cit., § 14; *I.*, de 18 de julho de 2013, proc. C-255/13, § 15, e ainda *Gielen*, de 24 de outubro de 2013, proc. C-369/13, § 14.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluída a análise que nos propusemos realizar, resta-nos, nestas notas finais, sucintamente realçar algumas ideias especialmente relevantes, sem prejuízo das conclusões parcelares apresentadas ao longo da presente dissertação.

Vimos que o vínculo entre o reenvio prejudicial e a tutela jurisdicional efetiva é complexo e que aquele mecanismo consiste numa forma de acesso indireto à jurisdição da União, pelo que é necessário que existam meios que satisfaçam de forma adequada e suficiente as exigências de respeito e proteção dos interesses dos indivíduos.

Aquela efetividade pode ser medida em termos processuais, tendo em conta, designadamente, o acesso ao juiz da União, a cooperação entre este e o juiz nacional, e, bem assim, a eficácia dos meios postos à disposição dos cidadãos. Verificamos que o reenvio prejudicial encontra-se fortemente enquadrado num esquema próprio que permite dirigir-se ao juiz da União. Contudo, a eficácia do seu funcionamento não se traduz necessariamente numa eficácia da proteção individual. Assim, o reenvio prejudicial foi particularizado em meios – para o que ao presente estudo importa, a TPA e a TPU – que visam assegurar a proteção jurisdicional efetiva dos particulares, permitindo, nomeadamente, que a jurisdição da União possa emitir as suas decisões em prazos razoáveis.

No que diz respeito à TPU e às suas características processuais em particular, cumpre notar que, tendo em conta a extrema celeridade com que a secção designada deve pronunciar-se sobre os pedidos de aplicação desta tramitação, as decisões quanto ao seu deferimento ou indeferimento não são fundamentadas. Essa ausência de publicidade dos fundamentos tidos em conta pela secção designada para a sua decisão, não nos permite conhecer com rigor os critérios usados. Contudo, na sua decisão do pedido de reenvio prejudicial, o TJ tem por uso dedicar uma parte à tramitação do processo, expondo, ainda que em linhas muito sucintas, as circunstâncias de facto e/ou de direito que estiveram na base da decisão sobre a tramitação. Essa característica dos acórdãos do TJ, bem como a análise casuística dos processos principais apresentados ao TJ em sede de reenvio, permitiram-nos concluir pelo cumprimento do previsto pelo legislador da União aquando da consagração da TPU.

Não sendo viável enumerar tais circunstâncias exaustiva e taxativamente, em virtude, designadamente, do carácter variado e evolutivo das normas da União que regulam o ELSJ, um órgão jurisdicional nacional poderá apresentar um pedido de TPU,

por exemplo, no caso aludido no art. 267.º, § 4, do TFUE. Prevê essa disposição normativa a circunstância de uma pessoa se encontrar detida ou privada de liberdade, e cuja resposta pelo TJ à questão prejudicial apresentada seja determinante para a apreciação da situação jurídica dessa pessoa. Verificou-se que é ainda aplicável, em princípio, no caso de um litígio relativo às responsabilidades parentais ou à guarda de crianças, quando a competência do juiz chamado a julgar a causa nos termos do DUE dependa da resposta à questão prejudicial.

Enquadram-se aquelas situações no delicado domínio do espaço de liberdade, segurança e justiça. Ora, deparamo-nos com a fragilidade da condição do ELSJ que subjaz à aplicabilidade da TPU, questão sobre a qual não nos tínhamos inclinado aquando da escolha do tema, mas cuja pertinência se nos assaltou com o estudo levado a cabo, acarretando uma necessária revisão da estrutura do presente trabalho.

De facto, a criação de um espaço de liberdade, segurança e justiça reveste uma importância muito significativa no seio da União, particularmente na medida em que permite melhorar a eficácia e transparência do procedimento legislativo, e ainda porque coloca o cidadão no coração do debate, permitindo lograr uma inevitável e necessária aproximação da União dos seus cidadãos.

Cremos que o campo de aplicação da TPU está destinado a evoluir em função da intensidade da atividade do legislador da União. Contudo, constatamos que, atualmente, a especialização verificada ao nível do âmbito material das questões prejudiciais que justificam aquela tramitação, relaciona-se com as exigências que subjazem à urgência *de per si* dos casos em concreto.

Acerca da dilação temporal dos processos de reenvio prejudicial que seguiram a TPU, constatamos que os textos legislativos não impõem um prazo para a sua duração. No entanto, importa relembrar na declaração que acompanha a decisão de alteração do ETJU no sentido de introduzir o atual art. 23.º-A do Protocolo (n.º 3) relativo ao ETJUE, o Conselho assinala que o processo prejudicial submetido a tramitação urgente deverá ficar concluído no prazo de três meses.

Apuramos que ao longo dos oito anos que constituem o período de referência deste estudo, o TJ foi capaz de satisfazer aquela recomendação, porquanto a média da duração dos 28 processos urgentes que correram termos naquela instituição foi de 2,2 meses. Apenas um processo ultrapassou aquele limite indicativo, com uma duração de 118 dias, significativamente superior à média dos restantes processos. Ainda assim, a

média alcançada é muito positiva, pelo que concluímos que o receado desvirtuamento do reenvio prejudicial no âmbito da TPU não se verifica na prática.

Relativamente à TPA, para além de não ter condições de aplicação concretamente definidas, porquanto a sua regulação remete para a evasiva necessidade de decidir dentro de curtos prazos, a sua aplicação tem como consequência uma prioridade sobre os restantes processos pendentes, que por seu turno serão decididos em prazo mais longo.

Salientamos, ademais, que a sua aplicação foi desencadeada muito raramente ao longo do período de referência, sendo certo que em 75 pedidos apenas foi deferida em 12 casos. A média da duração dos processos que seguiram TPA ao longo do período de referência foi de 4,7 meses, o que se traduz em mais do que o dobro da duração média verificada para a TPU.

Resultam do período de referência quatro casos cujas questões prejudiciais se enquadravam no âmbito do ELSJ, mas que seguiram a tramitação acelerada, em detrimento da tramitação urgente, os quais tiveram uma duração de 150, 154 e 163 dias, perfazendo uma média de 5,1 meses, surpreendentemente superior à duração média da totalidade dos processos que seguiram tramitação acelerada no período de referência supra mencionada, e, bem assim, em larga medida superior à duração média dos processos que beneficiam da TPU.

Sendo suscetível de funcionar como uma tramitação subsidiária da TPU nas situações em que não se preenchem os requisitos da aplicação desta, a TPA fica aquém do esperado em termos de dilação temporal, permanecendo ambígua a sua utilidade em termos nomeadamente de mitigação da dilação temporal desejada.

Por fim, não podemos deixar de mencionar que o TJ tem sido capaz, desde a consagração legislativa da TPU, de produzir em prazos muito curtos decisões prejudiciais complexas e devidamente fundamentadas em domínios muito sensíveis.

Não obstante, ressaltamos que o verificado sucesso da TPU na mitigação da dilação temporal exigida pelo reenvio à luz da tutela jurisdicional efetiva, é suscetível de conduzir, num futuro próximo, a uma sobrecarga do serviço da secção designada.

A fim de combater aquela eventual sobrecarga, defendemos que a secção designada poderá equacionar lançar mão da possibilidade de decisão por despacho fundamentado, verificados os requisitos do art. 99.º do RPTJ.

Não descuramos ainda a possibilidade de o TJ fazer um uso mais frequente da tramitação prejudicial acelerada, ou, ainda, de proceder a uma fusão da TPU com a

TPA, sem todavia desprover o atual enquadramento excecional e restrito da TPU das suas características processuais próprias, evitando a sua “banalização”. Importará, além do mais, que o mecanismo que possa resultar de uma tal solução não se faça sentir sob a forma de um aumento da dilação temporal nos processos de reenvio à luz do princípio da tutela jurisdicional efetiva.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, JOANA RITA DE SOUSA COVELO DE, *Inconstitucionalidade por Omissão e Ação por Incumprimento A Inércia do Legislador e suas Consequências*, Juruá, 2011.

ABREU, JOANA RITA DE SOUSA COVELO DE, “A tutela jurisdicional efetiva no âmbito da cooperação judiciária em matéria civil e a jurisprudência do TJUE: a cláusula de ordem pública e a revelia absoluta como causas de recusa de reconhecimento e de execução de decisões no contexto da União”, in *UNIO EU Law Journal*, n.º 0, 2014.

ALMEIDA, JOSÉ CARLOS MOITINHO DE, *O reenvio prejudicial perante o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias*, Coimbra, 1992.

AMARAL, DIOGO FREITAS DO, e NUNO PIÇARRA, “O tratado de Lisboa e o princípio do primado do direito da união europeia: uma «evolução na continuidade»”, in *Revista de Direito Público*, n.º 1, 2009.

BARNARD, CATHERINE, “The PPU: Is it worth the candle? An early assessment”, in *European Law Review*, 2009.

BARRETO, IRENE CABRAL, *A Convenção Europeia dos Direitos do Homem anotada*, 4ª ed., Almedina, 2010.

BERNARD, ELSA, “La nouvelle procédure préjudicielle d'urgence applicable aux renvois relatifs à l'espace de liberté, de sécurité et de justice”, *Europe*, n.º 5, 2008.

BILLIARD, JEAN-NOËL, *Droit du contentieux communautaire: système et marché intérieur*, Paris, Ellipses, 2006.

CAMISÃO, ISABEL e FRANCISCO PEREIRA COUTINHO, “Ação Externa”, in SILVEIRA, ALESSANDRA, MARIANA CANOTILHO e PEDRO MADEIRA FROUFE (coord.), *Direito da União Europeia. Elementos de Direito e Políticas da União*, Almedina, 2016.

CAMPOS, JOÃO MOTA DE, *Manual de Direito Comunitário*, 2ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

CAMPOS, JOÃO MOTA DE, ANTÓNIO PINTO PEREIRA e JOÃO LUIZ MOTA DE CAMPOS, *O Direito Processual da União Europeia, Contencioso Comunitário*, Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª ed. revista e aumentada, 2014.

CAMPOS, JOÃO MOTA DE, e JOÃO LUÍZ MOTA DE CAMPOS, *Manual de Direito Europeu: o sistema institucional, a ordem jurídica e o ordenamento económico da União Europeia*, Coimbra, 2010.

CAMPOS, JOÃO MOTA DE, ANTÓNIO PINTO PEREIRA e JOÃO LUIZ MOTA DE CAMPOS, *O Direito Processual da União Europeia Contencioso Comunitário*, 2ª ed. revista e comentada, Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.

CANIVET, GUY, “Le droit communautaire et l’office du juge national”, in *Droit et société*, n.º 20 e 21, 1992.

CHEVALIER, BERNARD, “Les nouveaux développements de la procédure préjudicielle dans le domaine de l’espace judiciaire européen : la procédure préjudicielle d’urgence et les réformes principales prévues par le traité de Lisbonne”, in *ERA Forum*, vol. 9, n.º 4, 2009.

CLEMENT-WILZ, LAURE, “La procédure préjudicielle d’urgence, nouveau théâtre du procès européen ? ”, consultado a 28 de novembro de 2015, [http://www.gdr-elsj.eu/wp-content/uploads/2012/10/Article\\_PPU\\_extraire\\_LCW-1.pdf](http://www.gdr-elsj.eu/wp-content/uploads/2012/10/Article_PPU_extraire_LCW-1.pdf).

COSTA, EMÍDIO JOSÉ DA, e RICARDO JOSÉ AMARAL DA COSTA, *Da Responsabilidade civil do Estado e dos Magistrados por danos da função jurisdicional*, QuidJuris, 2010.

CRUZ VILAÇA, JOSÉ LUÍS DA, “A proteção dos Direitos Fundamentais na Ordem Jurídica Comunitária”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Rogério Soares*, Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2001.

COUTINHO, FRANCISCO PEREIRA, “Os Juízes Portugueses e o Reenvio Prejudicial”, in DUARTE, MARIA LUÍSA DUARTE, LUÍS FERNANDES e FRANCISCO PEREIRA COUTINHO (coord.), *20 Anos de Jurisprudência da União sobre Casos Portugueses. O que fica do diálogo entre os Juízes portugueses e o Tribunal de Justiça da União Europeia*, 2011.

COUTRON, LAURENT, “Urgence et renvoi préjudiciel”, in *Revue des Affaires Européennes*, n.º 2, 2012.

DORY, MARIANNE, “Droit de la Communauté et de l’Union Européenne”, in *Institut d’Études Européennes*, Editions de l’Université de Bruxelles, 2001.

DUARTE, MARIA LUÍSA, *Estudos sobre o Tratado de Lisboa*, Almedina, 2010.

DUCU, I. R., “Quel accès au juge pour protéger les droits fondamentaux dans l’Union européenne ?”, in *Romanian Journal of European Affairs*, vol. 5, n.º 4, 2005.

FERNANDES, FILIPA, *O direito fundamental à ação e as suas implicações no contencioso da União Europeia pós-Tratado de Lisboa, por um «mecanismo europeu de resgate» dos direitos dos particulares*, Princípia, 2015.

FERNANDES, SOPHIE PEREZ, *A Responsabilidade Civil do Estado-Legislador por Violação do Direito da União Europeia Breves Notas sobre o Caso Português*, Princípia, 2012.

GONÇALVES, ANABELA SUSANA DE SOUSA, “Âmbito de aplicação do Regulamento n.º 2201/2003 e reconhecimento de decisões em matéria matrimonial – Acórdão do TPR de 15.1.2013, Proc. 2186/06”, in *Cadernos de Direito Privado*, n.º 44, 2013.

GONÇALVES, ANABELA SUSANA DE SOUSA, *Da Responsabilidade Extracontratual em Direito Internacional Privado, A Mudança de Paradigma*, Almedina, 2013.

GONÇALVES, ANABELA SUSANA DE SOUSA, “O caso Rinau e a deslocação ou retenção ilícitas de crianças”, in *UNIO EU Law Journal*, n.º 0, 2014.

GONÇALVES, ANABELA SUSANA DE SOUSA, “Cooperação Judiciária em Matéria Civil”, in SILVEIRA, ALESSANDRA, MARIANA CANOTILHO e PEDRO MADEIRA FROUFE (coord.), *Direito da União Europeia. Elementos de Direito e Políticas da União*, Almedina, 2016.

GROENENDIJK, KEES, “Pre-departures Integration Strategies in the European Union: Integration or Immigration Policy?”, in *European Journal of Migration and Law*, n.º 13, 2011.

HEFFERNAN, LIZ, “Effective judicial remedies: the limits of direct and indirect access to the European community courts”, in *The Law and Practice of International Courts and Tribunals*, vol. 5, 2006.

JURGELAITIENÉ, G., e K. SIMANSKIS, “Le renvoi préjudiciel dans un système des contentieux communautaires peut-il être un remède au déséquilibre de protection juridictionnelle à l’égard des requérants individuels?”, in *Current Issues of Business And Law*, vol. 3, 2009.

KAPRIELIAN, JULIE, “Le renvoi préjudiciel en droit de l’Union: un mécanisme assurant la protection juridictionnelle effective des individus?”, in *Jurisdoctrina*, n.º 6, 2011.

LAYUS, MARIE-LAURE e FLORENCE SOMONETTI, “Procédure juridictionnelle : points communs et différences”, in *Pouvoirs*, n.º 96, 2001.

LÉGER, P., “Le droit à un recours juridictionnel effectif”, in LABAYLE, H., *Réalité et perspectives du droit communautaire des droits fondamentaux*, Bruylant, collection droit et justice, 2000.



MACHADO, JÓNATAS EDUARDO MENDES, *Direito da União Europeia*, Coimbra, 2010.

MARTINS, PATRÍCIA FRAGOSO, *Da Proclamação à Garantia Efetiva dos Direitos Fundamentais: em busca de um due process of law na União Europeia*, Principia, 2007.

MESQUITA, MARIA JOSÉ RANGEL DE, “O sistema jurisdicional após o Tratado de Lisboa”, 2010, consultado a 28 de novembro de 2015, <http://www.icjp.pt/sites/default/files/media/824-1353.pdf>.

MESQUITA, MARIA JOSÉ RANGEL DE, *Introdução ao Contencioso da União Europeia*, Almedina, 2013.

MESQUITA, MARIA JOSÉ RANGEL DE, Anotação ao artigo 47.º: direito à ação e a um tribunal imparcial, in SILVEIRA, ALESSANDRA, e MARIANA CANOTILHO (coord.), *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia comentada*, Almedina, 2013.

MONTE, MÁRIO FERREIRA e JOANA WHYTE, “Cooperação Judiciária e Policial em Matéria Penal”, in SILVEIRA, ALESSANDRA, MARIANA CANOTILHO e PEDRO MADEIRA FROUFE (coord.), *Direito da União Europeia. Elementos de Direito e Políticas da União*, Almedina, 2016.

NAOME, CAROLINE, “La procédure accélérée et la procédure préjudicielle d’urgence devant la Court de justice des Communautés européennes”, in *Journal de Droit Européen*, n.º 162, 2009.

NAOME, CAROLINE, “L’espace judiciaire européen, Le renvoi préjudiciel: questions d’actualité”, 2011, consultado a 28 de novembro de 2015, <http://proxy.siteo.com.s3.amazonaws.com/www.cna-avocats.fr/file/comeinterventionmmenaome.pdf>.

PAIS, SOFIA OLIVEIRA, *Estudos de Direito da União Europeia*, Manuais Universitários, Almedina, 2012.

PAIS, SOFIA OLIVEIRA, *Direito da União Europeia Legislação e Jurisprudência Fundamentais*, 2ª ed., QuidJuris, 2013.

PAIS, SOFIA OLIVEIRA, *Princípios Fundamentais de Direito da União Europeia Uma Abordagem Jurisprudencial*, 3ª ed., Almedina, 2013.

PATRÍCIO, HELENA, “O mandado de detenção europeu na jurisprudência do Tribunal de Justiça”, in *UNIO EU Journal Law*, n.º 0, 2009.

PIÇARRA, NUNO, “Fronteiras, Vistos, Asilo e Imigração”, in SILVEIRA, ALESSANDRA, MARIANA CANOTILHO e PEDRO MADEIRA FROUFE (coord.), *Direito da União Europeia. Elementos de Direito e Políticas da União*, Almedina, 2016.

PORTO, MANUEL LOPES e GONÇALO ANASTÁCIO (coord.), *Tratado de Lisboa Anotado e Comentado*, Almedina, 2012.

QUADROS, FAUSTO DE, *Contencioso da União Europeia*, 2ª ed., Almedina, 2007.

QUADROS, FAUSTO DE, *Direito da União Europeia*, 3ª ed., Almedina, 2013.

RAMOS, RUI MANUEL MOURA, “A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e a proteção dos Direitos Fundamentais”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Rogério Soares*, Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2001.

RIBEIRO, MARIA EUGÉNIA MARTINS DE NAZARÉ, Anotação ao artigo 267.º, in PORTO, MANUEL LOPES e GONÇALO ANASTÁCIO (coord.), *Tratado de Lisboa Anotado e Comentado*, Almedina, 2012.

ROSAS, ALLAN, “Justice in haste, justice denied? The european Court of justice and the Area of Freedom, Security and Justice”, in *Cambridge Yearbook of European Legal Studies*, 2008-2009.

SILVEIRA, ALESSANDRA, “A responsabilidade do Estado-juiz por violação do Direito da União Europeia à luz da jurisprudência do Tribunal de Justiça”, in *Scientia Iuridica*, Tomo LVII, n.º 315, Universidade do Minho, 2008.

SILVEIRA, ALESSANDRA (coord.), *Direito da União Europeia e Transnacionalidade: Acção Jean Monnet*, QuidJuris, 2010.

SILVEIRA, ALESSANDRA, *Princípios de Direito da União Europeia: Doutrina e Jurisprudência*, QuidJuris, 2011.

SILVEIRA, ALESSANDRA, “Autonomia institucional/processual dos Estados-Membros e efetividade do direito da União Europeia na jurisprudência do TJUE (ou do baile de Pierre-Auguste Renoir)”, in *Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda*, vol. V, Coimbra, 2012.

SILVEIRA, ALESSANDRA, e MARIANA CANOTILHO (coord.), *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia comentada*, Almedina, 2013.

SILVEIRA, ALESSANDRA, MARIANA CANOTILHO e PEDRO MADEIRA FROUFE (coord.), *Direito da União Europeia. Elementos de Direito e Políticas da União*, Almedina, 2016.

SILVEIRA, ALESSANDRA, e PEDRO MADEIRA FROUFE (coord.), *Tratado de Lisboa: versão consolidada*, 2ª ed. atualizada, QuidJuris, 2010.

SKOURIS, VASSILIOS, “L’urgence dans la procédure applicable aux renvois préjudiciels”, in *Liber Amicorum en l’honneur de Bo Vesterdorf*, Bruylant, 2007.

TIZZANO, ANTONIO e BRUNO GENCARELLI, “La procédure préjudicielle d’urgence devant la Cour de Justice de l’Union Européenne”, in *Il Diritto dell’Unione Europea*, n.º 4, 2009.

TIZZANO, ANTONIO e PAOLO IANNUCELLI, “La procédure préjudicielle d’urgence devant la Cour de justice : premier bilan et nouvelles questions”, in *Il Diritto dell’Unione Europea*, n.º 1, 2012.

VAN DER JEUGHT, S., KOLOWCA, I., “La nouvelle procédure préjudicielle d’urgence devant la Cour de justice des Communautés européennes”, in *Journal de droit européen*, n.º 150, 2008.

VIANA, CLÁUDIA, Anotação ao artigo 41.º: direito a uma boa administração, in SILVEIRA, ALESSANDRA, e MARIANA CANOTILHO (coord.), *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia comentada*, Almedina, 2013.

## ANEXOS

### QUADRO I – DURAÇÃO DOS PROCESSOS COM TPU<sup>273</sup>

PROCESSO	DURAÇÃO DA DECISÃO SOBRE A TRAMITAÇÃO	DURAÇÃO ENTRE A AUDIÊNCIA E A TOMADA DE POSIÇÃO	DURAÇÃO TOTAL DO PROCESSO
<i>Rinau</i> C-195/08 PPU	1	5	58
<i>Santesteban Goicoechea</i> C-296/08 PPU	4	0	40
<i>Leymann e Pustovarov</i> C-388/08 PPU	6	0	87
<i>Kadzoev</i> C-357/09 PPU	15	14	84
<i>Detiček</i> C-403/09 PPU	7	2	64
<i>Gataev e Gataeva</i> <sup>274</sup> C-105/10 PPU	n/a	n/a	n/a
<i>Povse</i> C-211/10 PPU	8	2	59
<i>McB</i> C-400/10 PPU	5	2	60
C-491/10 PPU Aguirre Zarraga	9	1	68
<i>Mercredi</i> C-497/10 PPU	10	5	65
<i>El Dridi</i> C-61/11 PPU	7	2	77

<sup>273</sup> Duração em dias dos processos que seguiram tramitação prejudicial urgente durante o período de referência, contada da data de entrada do pedido de reenvio no TJ até à data da prolação da decisão final.

<sup>274</sup> Por carta datada de 26 de março de 2010, recebida pelo TJ no mesmo dia, o Korkein oikeus informou que retirava o seu pedido de decisão prejudicial. Nesse seguimento, o presidente da Terceira Secção ordenou o cancelamento do processo no registo do TJ mediante despacho de 3 de abril de 2010.

<b>Mohammad Imran<sup>275</sup></b> <b>C-155/11 PPU</b>	3	n/a	n/a
<b>Vo</b> <b>C-83/12 PPU</b>	11	4	53
<b>Health Service Executive</b> <b>C-92/12 PPU</b>	12	2	69
<b>West</b> <b>C-192/12 PPU</b>	9	2	65
<b>Adil</b> <b>C-278/12 PPU</b>	7	4	45
<b>F.</b> <b>C-168/13 PPU</b>	6	Informação não disponível	51
<b>G. e R.</b> <b>C-383/13 PPU</b>	6	15	67
<b>Spasic</b> <b>C-129/14 PPU</b>	11	4	68
<b>Mahdi</b> <b>C-146/14 PPU</b>	11	2	69
<b>C.</b> <b>C-376/14 PPU</b>	7	2	63
<b>Bradbrooke</b> <b>C-498/14 PPU</b>	8	5	60
<b>Lanigan</b> <b>C-237/15 PPU</b>	6	5	45

---

<sup>275</sup> Por despacho de 10 de junho de 2011, o TJ decidiu que não há que decidir do pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Rechtbank 's - Gravenhage (Países Baixos). Fundamentou esse despacho no facto de o Governo neerlandês ter comunicado ao Tribunal que tinha caducado a decisão contra a qual é dirigido o recurso no processo principal, uma vez que a reclamação de B. Mohammad Imran foi declarada procedente após reapreciação. Essa informação foi confirmada, no essencial, pelo órgão jurisdicional de reenvio. Referiu ainda que o pedido de autorização de residência provisória apresentado por B. Mohammad Imran foi deferido e que, consequentemente, o litígio no processo principal deixou de ter objeto. Embora o órgão jurisdicional de reenvio quisesse manter o seu pedido de decisão prejudicial, concluiu o TJ que a propositura de tal ação era, naquela fase, apenas eventual e hipotética, pelo que não há que decidir do mérito do pedido de decisão prejudicial.

<b><i>P.</i></b> <b>C-455/15 PPU</b>	12	2	83
<b><i>A.</i></b> <sup>276</sup> <b>C-463/15 PPU</b>	8	n/a	23
<b><i>N.</i></b> <b>C-601/15 PPU</b>	7	4	90
<b><i>Mirza</i></b> <b>C-695/15 PPU</b>	19	15	85
<b><i>Căldăraru</i></b> <b>C-659/15 PPU</b>	7	17	118

---

<sup>276</sup> Processo decidido por despacho fundamentado nos termos do artigo 99.º do RPTJ.

## QUADRO II – MATÉRIA DOS PROCESSOS COM TPU<sup>277</sup>

PROCESSO	MATÉRIA DAS QUESTÕES PREJUDICIAIS
<b>Rinau</b> <b>C-195/08 PPU</b>	Cooperação judiciária em matéria civil (execução das decisões em matéria matrimonial e em matéria de responsabilidade parental)
<b>Santesteban Goicoechea</b> <b>C-296/08 PPU</b>	Cooperação policial e judiciária em matéria penal
<b>Leymann e Pustovarov</b> <b>C-388/08 PPU</b>	Cooperação policial e judiciária em matéria penal
<b>Kadzoev</b> <b>C-357/09 PPU</b>	Vistos, asilo, imigração
<b>Detiček</b> <b>C-403/09 PPU</b>	Cooperação judiciária em matéria civil (matérias matrimonial e matéria de responsabilidade parental)
<b>Gataev e Gataeva</b> <b>C-105/10 PPU</b>	Cooperação policial e judiciária em matéria penal
<b>Povse</b> <b>C-211/10 PPU</b>	Cooperação judiciária em matéria civil (matérias matrimonial e de responsabilidade parental)
<b>McB</b> <b>C-400/10 PPU</b>	Cooperação judiciária em matéria civil (matérias matrimonial e de responsabilidade parental)
<b>Aguirre Zarraga</b> <b>C-491/10 PPU</b>	Cooperação judiciária em matéria civil (execução de decisões em matéria matrimonial e em matéria de responsabilidade parental)
<b>Mercredi</b> <b>C-497/10 PPU</b>	Cooperação judiciária em matéria civil (execução das decisões em matérias matrimonial e de responsabilidade parental)
<b>El Dridi</b> <b>C-61/11 PPU</b>	Vistos, asilo e imigração
<b>Mohammad Imran</b> <b>C-155/11 PPU</b>	Vistos, asilo e imigração
<b>Vo</b> <b>C-83/12 PPU</b>	Vistos, asilo e imigração
<b>Health Service Executive</b> <b>C-92/12 PPU</b>	Cooperação judiciária em matéria civil (execução das decisões em matérias matrimonial e de responsabilidade parental)

<sup>277</sup> Matéria das questões prejudiciais dos processos que seguiram tramitação prejudicial urgente durante o período de referência.



<b>West</b> <b>C-192/12 PPU</b>	Cooperação policial e judiciária em matéria penal
<b>Adil</b> <b>C-278/12 PPU</b>	Vistos, asilo e imigração
<b>F.</b> <b>C-168/13 PPU</b>	Cooperação policial e judiciária em matéria penal
<b>G. e R.</b> <b>C-383/13 PPU</b>	Vistos, asilo e imigração
<b>Spasic</b> <b>C-129/14 PPU</b>	Cooperação policial e judiciária em matéria penal
<b>Mahdi</b> <b>C-146/14 PPU</b>	Vistos, asilo e imigração
<b>C.</b> <b>C-376/14 PPU</b>	Cooperação judiciária em matéria civil (execução das decisões em matérias matrimoniais e de responsabilidade parental)
<b>Bradbrooke</b> <b>C-498/14 PPU</b>	Cooperação judiciária em matéria civil (execução das decisões em matérias matrimoniais e de responsabilidade parental)
<b>Lanigan</b> <b>C-237/15 PPU</b>	Cooperação policial e judiciária em matéria penal
<b>P.</b> <b>C-455/15 PPU</b>	Cooperação judiciária em matéria civil (execução das decisões em matérias matrimoniais e de responsabilidade parental)
<b>A.</b> <b>C-463/15 PPU</b>	Cooperação policial e judiciária em matéria penal
<b>N.</b> <b>C-601/15 PPU</b>	Vistos, asilo e imigração
<b>Mirza</b> <b>C-695/15 PPU</b>	Vistos, asilo e imigração
<b>Căldăraru</b> <b>C-659/15 PPU</b>	Cooperação policial e judiciária em matéria penal

**QUADRO III – PEDIDOS DE TPU INDEFERIDOS: TRAMITAÇÃO POSTERIOR E MATÉRIA<sup>278</sup>**

<b>PROCESSO</b>	<b>TRAMITAÇÃO PROCESSUAL POSTERIOR</b>	<b>MATÉRIA DAS QUESTÕES PREJUDICIAIS</b>
<i>Wolzenburg</i> <b>C-123/08</b>	Tramitação ordinária	Mandado de detenção europeu
<i>Zurita García</i> <b>C-261/08</b>	Tramitação ordinária	Código das Fronteiras Schengen
<i>Pontini</i> <b>C-375/08</b>	Tramitação ordinária	Organização comum dos mercados
<i>Mantello</i> <b>C-261/09</b>	Tramitação ordinária	Mandado de detenção europeu
<i>Kita</i> <b>C-264/10</b>	Tramitação ordinária	Mandado de detenção europeu
<i>HID e BA</i> <b>C-175/11</b>	Tramitação ordinária	Estatuto de refugiado
<i>MM</i> <b>C-277/11</b>	Tratamento prioritário	Estatuto de refugiado
<i>Achughbabian</i> <b>C-329/11</b>	Tramitação acelerada	Regresso de nacionais de países terceiros em situação irregular
<i>Filev e Osmani</i> <b>C-297/12</b>	Tramitação ordinária	Regresso de nacionais de países terceiros em situação irregular
<i>L.</i> <b>C-656/13</b>	Tratamento prioritário	Competência, reconhecimento e execução das decisões em matéria matrimonial e de responsabilidade parental
<i>Bero e Bouzalmate</i> <b>C-473/13 e C-514/13</b>	Tramitação ordinária	Regresso de nacionais de países terceiros em situação irregular
<i>E.</i> <b>C-436/13</b>	Tramitação ordinária	Competência, reconhecimento e execução das decisões em matéria matrimonial e de responsabilidade parental
<i>G.</i> <b>C-181/14</b>	Tramitação acelerada	Código comunitário relativo aos medicamentos para uso humano

<sup>278</sup> Tramitação posterior e matéria das questões prejudiciais nos processos cujo pedido de TPU foi indeferido no período de referência.

<b>P. C-507/14</b>	Tratamento prioritário	Competência, reconhecimento e execução das decisões em matéria matrimonial e de responsabilidade parental
<b>Aranyosi<sup>279</sup> C-404/15</b>	Tratamento prioritário	Mandado de detenção europeu
<b>Gogova C-215/15</b>	Tramitação acelerada	Competência, reconhecimento e execução das decisões em matéria matrimonial e de responsabilidade parental
<b>Child and Family Agency C-428/15</b>	Tratamento prioritário	Competência, reconhecimento e execução das decisões em matéria matrimonial e de responsabilidade parental
<b>Bob-Dogi C-241/15</b>	Tratamento prioritário	Mandado de detenção europeu

---

<sup>279</sup> Em razão da sua conexão, confirmada na audiência de alegações, entre este processo e o processo e C-659/15 PPU, ambos remetidos à Grande Secção, foi decidido serem apensados para efeitos do acórdão proferido pelo TJ.

#### QUADRO IV – INTERVENÇÃO DOS EM NOS PROCESSOS COM TPU<sup>280</sup>

PROCESSO	EM DE REENVIO	EM PARTICIPANTES
<i>Rinau</i> <b>C-195/08 PPU</b>	Lituânia	Alemanha, França, Letónia, Países Baixos, Reino Unido
<i>Santesteban Goicoechea</i> <b>C-296/08 PPU</b>	França	Espanha
<i>Leymann e Pustovarov</i> <b>C-388/08 PPU</b>	Finlândia	Espanha, Países Baixos
<i>Kadzoev</i> <b>C-357/09 PPU</b>	Bulgária	Lituânia
<i>Detiček</i> <b>C-403/09 PPU</b>	Eslovénia	República Checa, Alemanha, França, Itália, Letónia, Polónia
<i>Gataev e Gataeva</i> <b>C-105/10 PPU</b>	Finlândia	O Tribunal teve conhecimento da sua retirada pelo órgão jurisdicional de reenvio antes da audiência
<i>Povse</i> <b>C-211/10 PPU</b>	Áustria	República Checa, Alemanha, França, Itália, Letónia, Eslovénia, Reino Unido
<i>McB</i> <b>C-400/10 PPU</b>	Irlanda	Alemanha
<i>Aguirre Zarraga</i> <b>C-491/10 PPU</b>	Alemanha	Grécia, Espanha, França, Letónia
<i>Mercredi</i> <b>C-497/10 PPU</b>	Reino Unido	Alemanha, Irlanda, França
<i>El Dridi</i> <b>C-61/11 PPU</b>	Itália	Nenhum
<i>Mohammad Imran</i> <b>C-155/11 PPU</b>	Países Baixos	Neste processo, que foi encerrado por despacho de não conhecimento do mérito, não houve audiência.
<i>Vo</i> <b>C-83/12 PPU</b>	Alemanha	Grécia

<sup>280</sup> Intervenção dos EM, que não o EM a que pertence o órgão jurisdicional de reenvio de reenvio, na fase oral dos processos que seguiram tramitação prejudicial urgente no período de referência.

<b><i>Health Service Executive</i></b> <b>C-92/12 PPU</b>	Irlanda	Alemanha, Reino Unido
<b><i>West</i></b> <b>C-192/12 PPU</b>	Finlândia	França, Hungria, Reino Unido
<b><i>Adil</i></b> <b>C-278/12 PPU</b>	Países Baixos	República Checa, Alemanha, França
<b><i>F.</i></b> <b>C-168/13 PPU</b>	França	República Checa, Alemanha, Irlanda, Países Baixos
<b><i>G. e R.</i></b> <b>C-383/13 PPU</b>	Países Baixos	Polónia
<b><i>Spasic</i></b> <b>C-129/14 PPU</b>	Alemanha	França, Itália
<b><i>Mahdi</i></b> <b>C-146/14 PPU</b>	Bulgária	Nenhum
<b><i>C.</i></b> <b>C-376/14 PPU</b>	Irlanda	França
<b><i>Bradbrooke</i></b> <b>C-498/14 PPU</b>	Bélgica	Nenhum
<b><i>Lanigan</i></b> <b>C-237/15 PPU</b>	Irlanda	Alemanha, Espanha, França, Países Baixos, Reino Unido
<b><i>P.</i></b> <b>C-455/15 PPU</b>	Suécia	Espanha, Lituânia
<b><i>A.</i></b> <b>C-463/15 PPU</b>	Países Baixos	Neste processo, que foi decidido por despacho fundamentado, não houve audiência.
<b><i>N.</i></b> <b>C-601/15 PPU</b>	Países Baixos	Bélgica, República Checa, Grécia, Itália, Chipre, Polónia
<b><i>Mirza</i></b> <b>C-695/15 PPU</b>	Hungria	Alemanha, Países Baixos
<b><i>Căldăraru</i></b> <b>C-659/15 PPU</b>	Alemanha	República Checa, Irlanda, Espanha, França, Lituânia, Hungria, Países Baixos, Áustria, Roménia, Reino Unido